

JOSETE CRISTINA SOARES DE LACERDA

URBANO EM CONSTRUÇÃO:

origem e crescimento de pequenas cidades do Semiárido brasileiro, o caso de Piancó-PB.



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Tecnologia e Recursos Naturais – CTRN
Unidade Acadêmica de Engenharia Civil – UAEC
Curso de Arquitetura E Urbanismo – CAU

Josete Cristina Soares De Lacerda

URBANO EM CONSTRUÇÃO:

origem e crescimento de pequenas cidades do
Semiárido brasileiro, o caso de Piancó-PB.

Trabalho de Conclusão de Curso

Campina Grande

2022

Joseete Cristina Soares De Lacerda

URBANO EM CONSTRUÇÃO:

origem e crescimento de pequenas cidades do
Semiárido brasileiro, o caso de Piancó-PB.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Normando Macêdo Barros Filho.

Coorientadora: Profa. Ma. Lízia Agra Villarim.

Campina Grande
2022

L131u

Lacerda, Josete Cristina Soares de.

Urbano em construção: origem e crescimento de pequenas cidades do Semiárido brasileiro, o caso de Piancó-PB / Josete Cristina Soares de Lacerda. – Campina Grande, 2022.

161 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2022.

"Orientação: Prof. Dr. Mauro Normando Macêdo Barros Filho, Profa. Ma. Lízia Agra Villarim".

Referências.

1. Arquitetura. 2. Crescimento Urbano. 3. Semiárido Brasileiro. 4. Construção Urbana – Piancó-PB. 5. Rede Urbana. 6. Morfologia Urbana. 7. Pequenas Cidades. I. Barros Filho, Mauro Normando. II. Villarim, Lízia Agra. II. Título.

CDU 72(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CNPJ nº 05.055.128/0001-76
COORDENACAO DE GRADUACAO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101-1400
Site: <http://ctrn.ufcg.edu.br> - E-mail: ctrn@ufcg.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23096.051772/2022-15

O Trabalho de Conclusão de Curso "**URBANO EM CONSTRUÇÃO: ORIGEM E CRESCIMENTO DE PEQUENAS CIDADES DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, O CASO DE PIANCÓ-PB**", foi apresentado por **JOSETE CRISTINA SOARES DE LACERDA**, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

APROVADO EM: 29 de AGOSTO de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. MAURO NORMANDO MACÊDO BARROS FILHO
Orientador – Presidente

Profa. Me. LÍZIA AGRA VILLARIM
Coorientadora

Prof. Dr. MARCUS VINÍCIUS DANTAS DE QUEIROZ
Examinador Interno

Prof. Me. ALEXANDRE AUGUSTO BEZERRA DA CUNHA CASTRO
Examinador Externo



Documento assinado eletronicamente por **MAURO NORMANDO MACEDO BARROS FILHO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/08/2022, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS DANTAS DE QUEIROZ, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/08/2022, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Augusto Bezerra da Cunha Castro, Usuário Externo**, em 30/08/2022, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lizia Agra Villarim, Usuário Externo**, em 30/08/2022, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2666613** e o código CRC **48D25F3B**.



“Conhecer uma cidade não é simples, sobretudo quando ela é vasta e cada época veio depositar, sem maiores precauções, sua marca sobre aquela das gerações precedentes.”

(PANERAI, 2006, p. 11).

AGRADECIMENTOS

Começo este espaço de relato pessoal dizendo que, se a graduação e o desenvolvimento deste trabalho foram processos desafiadores, não imaginaria que tarefa tão árdua seria também a escolha das melhores palavras para expressar a minha gratidão a cada um que contribuiu, de alguma forma, com toda a trajetória até aqui.

Agradeço, primeiramente, à minha família. À Dona Luzia e ao “Seu Zeca”, meus pais, pois jamais poderia ter trilhado os caminhos que escolhi seguir sem o apoio de vocês. Muito obrigada por tornarem tudo isso possível, dando todo o aporte financeiro, emocional e psicológico. Aos meus irmãos, agradeço todo o apoio que me proporcionaram.

Direciono o meu relato à minha mãe a quem eu agradeço imensamente por ter me dado o exemplo do que é ser resiliente todos os dias, desde que me entendo por gente, pelos cafés trazidos durante as noites em claro, pela paciência em aguentar meus períodos de irritabilidade em vésperas de entrega de projeto, e por demonstrar, do seu jeito, sua torcida e a confiança que deposita em mim.

Ao meu pai, sei que gostaria de ter expressado diretamente a mim o seu sonho de acompanhar minha trajetória, desde a escola, até a graduação. Mas suas palavras, tão repetidamente ditas por minha mãe, sempre estiveram comigo e foram, muitas vezes, a minha motivação para continuar. Ao final desta etapa, gostaria muito de poder te agradecer e te dizer que nós conseguimos, espero que esteja orgulhoso.

A Milo, que vibrou comigo a notícia da aprovação, obrigada por ser meu companheirinho por tantas vezes e por ter tornado minhas madrugadas acordada tão menos solitárias. À Mel, agradeço os momentos em que dormiu ao lado do teclado enquanto eu estudava, tornando a rotina mais fofa.

Às amigas que a escola me deu, Arianna e Amélia, agradeço por incentivarem tudo desde o começo, quando eu nem sabia que era apaixonada pelo universo da arquitetura e do urbanismo, e por vibrarem comigo esse momento.

Aos amigos que cultivei ao longo da graduação, que sorte a minha ter conhecido vocês. Cibele, Maria Clara, Bruno e Lucas, agradeço toda a parceria ao longo desses bons anos de universidade. A Charles, muito obrigada por ouvir sempre o que eu tinha a dizer em meio as minhas angústias e inseguranças, inclusive no momento em que escrevo essa mensagem, e por ter se tornado um irmão para mim. À Ana Lívia, agradeço por todas as nossas duplinhas de projeto e pela amizade tão linda que cultivamos em meio às indecisões arquitetônicas, muito obrigada por tudo. À Nycole, por ter se tornado uma surpresa já no fim dessa jornada e por ter me apoiado tanto. A todos vocês, obrigada pelos momentos nos corredores do CW, pelas viagens, por tornarem a minha vida acadêmica mais fácil, por não me permitirem desistir. Voem muito e voem bem alto, estarei sempre torcendo por vocês nos novos caminhos que vão se abrir.

À Bea, Renally, Alison e Ricson, amigos que cultivei no meio do caminho, agradeço por toda a torcida e apoio. A Vinícius, o amigo que Piancó me deu, pelo suporte fornecido quando o tema deste trabalho começava a nascer, ainda em 2020.

A Mauro, agradeço a confiança depositada em mim desde a disciplina de FPDU e por todo o conhecimento transmitido ao longo desses anos. À Lízia, por todas as contribuições dadas durante as orientações. A ambos, gostaria de agradecer por terem conduzido este trabalho de forma tão leve e respeitosa.

Ao meu primo, Sérgio Lacerda, secretário de infraestrutura de Piancó, pela paciência em me mostrar todos os mapas que encontrou na secretaria e pela ajuda no âmbito do desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, à Piancó, que me viu crescer, escolhi muito carinhosamente acompanhar de volta o seu crescimento, que em muito contribuiu para a minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar, de forma panorâmica, as dinâmicas de origem e crescimento de pequenos núcleos urbanos do Semiárido brasileiro entre os séculos XVIII e XXI, utilizando a cidade de Piancó-PB como estudo de caso. Para isso, faz-se o uso de leituras morfológicas e arquitetônicas, estruturadas por meio de mapas, elaborados a partir da trajetória de construções históricas do município e de imagens de satélite. Como resultado, são apontados ao longo da pesquisa alguns contextos históricos, socioeconômicos e políticos, que possam ter influenciado no desenvolvimento desses núcleos, de forma mais específica, Piancó. Além disso, destacam-se ainda neste estudo os elementos que regularam a forma urbana da cidade paraibana, desde a sua ocupação inicial, até o século XXI, estimulando ou inibindo a expansão da sua mancha urbana, além da identificação dos seus possíveis caminhos futuros.

Palavras-chave: Crescimento urbano; Semiárido brasileiro; pequenas cidades; rede urbana; morfologia urbana; Piancó.

ABSTRACT

The present work aims to analyze, in a panoramic way, the origin and growth dynamics of small urban centers of the Brazilian Semiárido, between XVIII and XXI centuries, using the city of Piancó-PB as a study case. In order to do that, the research makes use of morphological and architectural readings, based on maps, made out of the trajectory of the city's historical buildings and satellite images. As a result, throughout the research, historical, socioeconomic and political contexts, that may have influenced the development of those centers, specially Piancó, are highlighted. Furthermore, the elements that shaped the urban form of this Paraíba's city, since its initial occupation, until the XXI century, encouraging or suppressing the expansion of its urban portion, are emphasized on this study, besides the identification of its likely future directions.

Keywords: Urban growth; Brazilian Semiárido; small cities; urban network, urban morphology; Piancó.

LISTAS

FIGURAS E MAPAS

Figura 01: Mapa de cinturas periféricas da cidade de Alnwick, na Inglaterra, elaborado por Conzen (1960).....	27
Figura 02: Ciclo de parcela burguesa na cidade de Alnwick, na Inglaterra, elaborado por Conzen (1960).....	28
Figura 03: Regiões morfológicas de Barnt Green, elaborado por Whitehand (2009)	29
Figura 04: Crescimento do tipo contínuo (radiocêntrico) em Amsterdã	31
Figura 05: Crescimento do tipo descontínuo em Veneza	31
Figura 06: Crescimento linear	31
Figura 07: Exemplo de polo de crescimento.....	32
Figura 08: Exemplo de barreira de crescimento. Burgo no interior de uma muralha entre dois córregos.....	33
Figura 09: Diagrama de procedimentos metodológicos.....	35
Figura 10: Mapa de 2002 encontrado na Secretaria de Infraestrutura Municipal, abrangendo os bairros de Felizardo Leite, Santo Antônio, Severino Remígio e Caixa d'Água.	37
Figura 11: Mapa topográfico planialtimétrico do plano de saneamento básico para o perímetro urbano de Piancó, de 2002, encontrado na Secretaria de Infraestrutura Municipal	37
Figura 12: Imagem do satélite Landsat 5 TM, de 21 de abril de 1984.....	38
Figura 13: Imagem do satélite Landsat 5 TM, de 21 de abril de 1984, com realce por contraste	38
Figura 14: Mapa de hierarquia e regiões de influência das cidades da rede urbana brasileira	45
Figura 15: Região de influência de Piancó-PB	47
Figura 16: Atlas Náutico Português de 1519, com a representação ainda simbólica do interior do Brasil.....	49
Figura 17: Delimitação mais recente do Semiárido brasileiro	62
Figura 18: O Semiárido brasileiro na Bacia do Rio São Francisco	65
Figura 19: Mapa de inserção da cidade de Piancó-PB	68
Figura 20: Imagem da cidade de Piancó-PB, com destaque para a Igreja Matriz de Santo Antônio e, ao fundo, a paisagem natural do município.....	69
Figura 21: Delimitação dos sertões que formavam a Capitania da Paraíba.....	70
Figura 22: Planta da Villa do Piancó na Parahyba, 1848, por Francisco Pereira da Silva. ...	73
Figura 23: Localização da capela de Santo Antônio	74
Figura 24: Imagem atual da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	77
Figura 25: Imagem do entorno da Igreja Velha, tirada provavelmente no século XX, mas com características que remetem ao século XIX	79
Figura 26: Imagem do entorno da Igreja Velha, tirada provavelmente no início do século XX, mas com elementos do século XIX.....	80
Figura 27: Localização das casas no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	81

Figura 28: Imagem da Rua José Américo, provavelmente tirada no século XX.....	83
Figura 29: Imagem da “Rua Velha” na década de 1920	83
Figura 30: Localização das casas no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	84
Figura 31: Localização do Cemitério.....	86
Figura 32: Imagem atual do antigo Conselho Municipal	89
Figura 33: Imagem atual do antigo Teatro Municipal	89
Figura 34: Localização do Teatro Municipal e Conselho Municipal	90
Figura 35: Localização da Cadeia Pública e do Monumento aos Mártires de Piancó	92
Figura 36: Imagem atual da Agência dos Correios e Telégrafos	93
Figura 37: Localização da Agência dos Correios e Telégrafos	94
Figura 38: Casas no entorno da área onde ficava a Capela de Santo Antônio	95
Figura 39: Imagem de 1967 da primeira casa paroquial de Piancó-PB durante uma enchente do rio Piancó.....	96
Figura 40: Imagem atual da primeira casa paroquial de Piancó-PB.....	96
Figura 41: Localização das casas no entorno da Igreja Velha e a Casa Paroquial	97
Figura 42: Imagem da Praça Getúlio Vargas, possivelmente tirada no século XX	98
Figura 43: Imagem do casarão ao lado da Praça Getúlio Vargas.....	99
Figura 44: Localização da Praça Getúlio Vargas e do casarão ao norte da praça	100
Figura 45: Imagem da Rua Nicolau Loureiro, provavelmente no século XX	101
Figura 46: Imagem da Rua Waldemar Costa Filho na década de 1930	101
Figura 47: Localização da Rua Nicolau Loureiro e das casas na Rua Waldemar Costa Filho	102
Figura 48: Imagem atual do Piancó Clube	104
Figura 49: Imagem do Grupo Escolar Ademar Leite, construído na década de 1930	104
Figura 50: Localização do Piancó Clube e do Ademar Leite	105
Figura 51: Imagem da Escola Normal de Ensino Santo Antônio, construído em 1947.	106
Figura 52: Imagem atual da Escola Normal de Ensino Santo Antônio.....	106
Figura 53: Localização da Escola Santo Antônio e da BR-361.	107
Figura 54: Imagem atual do Cinema, localizado na Praça Salviano Leite.....	108
Figura 55: Imagem da Rua José Américo de Almeida em 1969	109
Figura 56: Imagem da antiga sede do SAMU Regional de Piancó.....	109
Figura 57: Localização da Praça Salviano Leite e Cinema, da Praça Mário Leite Ferreira, do atual Mercado Público e da antiga sede do SAMU	110
Figura 58: Localização das construções construídas entre os séculos XIX e XX	112
Figura 59: Imagem da Igreja Matriz de Santo Antônio.....	117
Figura 60: Imagem da AABB.....	118
Figura 61: Crescimento urbano de Piancó de 1965 a 1984.....	119
Figura 62: Cintura periférica correspondente ao bairro Piancozinho.....	122
Figura 63: Casas no prolongamento da Rua João Agripino Filho, nas proximidades da AABB	123
Figura 64: Crescimento urbano de Piancó de 1984 a 2004.....	125
Figura 65: Crescimento urbano de Piancó de 2004 a 2010.....	128
Figura 66: Imagem do Fórum Judicial de Piancó.....	131
Figura 67: Crescimento urbano de Piancó de 2010 a 2014.....	132
Figura 68: Imagem da nova sede do SAMU de Piancó, na BR-361.....	134
Figura 69: Crescimento urbano de Piancó de 2014 a 2018.....	135
Figura 70: Imagem de mais ocupações no bairro Piancozinho, com a mancha urbana principal da cidade ao fundo	137
Figura 71: Crescimento urbano de Piancó de 2018 a 2021	138

Figura 72: Área rural que separa a Igreja Velha do Rio Piancó (ao fundo da imagem), desde a origem da cidade	140
Figura 73: Ocupações ao longo da BR-361, no trecho em direção à Patos.....	141
Figura 74: Vista do Serrote do Cruzeiro a partir das imediações da AABB.....	143
Figura 75: Crescimento urbano de Piancó de 2018 a 2021	144

TABELAS

Tabela 01: Distribuição regional dos níveis hierárquicos dos centros urbanos, de acordo com a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2020).....	46
---	-----------

QUADROS

Quadro 01: Lista de Municípios do Semiárido brasileiro fundados no período colonial e suas respectivas classificações de acordo com o REGIC (2018), com destaque para as cidades de menor hierarquia e a cidade de Piancó-PB.....	55
--	-----------

ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB: Associação Atlética Banco do Brasil.

AESA: Agência Executiva de Gestão das Águas.

AHEX: Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.

ANA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

BDGEX: Banco de Dados Geográficos do Exército.

BNB: Banco do Nordeste do Brasil.

CBHSF: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CER: Centro Especializado em Reabilitação.

CHESF: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

CODEVASF: Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco.

CONDEL: Conselho Deliberativo.

CVSF: Companhia do Vale do São Francisco.

DNOCS: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

FAIN: Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba.

FEBEM: Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor.

GEF: Fundo para o Meio Ambiente Mundial.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFOCS: Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

INSA: Instituto Nacional do Semiárido.

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

IOCS: Inspetoria de Obras Contra as Secas.

ISUF: International Seminar on Urban Form.

MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

OEA: Organização dos Estados Americanos.

PIB: Produto Interno Bruto.

PMCMV: Programa Minha Casa, Minha Vida.

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

REGIC: Regiões de Influência das Cidades.

SAB: Semiárido brasileiro.

SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

UBS: Unidade Básica de Saúde.

UPA: Unidade de Pronto Atendimento.

UMRG: Urban Morphology Research Group.

SUMÁRIO

01 introdução	16
02 morfologia urbana: aspectos teóricos e metodológicos	20
2.1. a morfologia urbana e a sua perspectiva social e histórica	21
2.2. as diferentes abordagens no campo da morfologia urbana	23
2.3. a abordagem histórico-geográfica	25
2.4. os modos de crescimento e seus elementos reguladores	30
2.5. materiais e métodos	33
03 as pequenas cidades do Semiárido brasileiro e a interiorização do Brasil entre os séculos XVIII e XXI	42
3.1. o sertão colonial e o atual Semiárido brasileiro	47
3.1.1. a rede urbana colonial e a política urbanizadora portuguesa	49
3.1.2. do litoral ao sertão, a crise do açúcar e a povoação do interior do país	51
3.1.3. as vilas e cidades do Semiárido brasileiro fundadas no período colonial	54
3.2. o crescimento das cidades do Semiárido brasileiro do século XIX ao XXI	56
3.2.1. o ouro branco do Nordeste	56
3.2.2. o problema das secas e os planos de açudagem e de construção de rodovias	57
3.3. caracterização do atual Semiárido brasileiro	62

04 do século XVIII à segunda metade do século XX: o início de Piencó-PB e a trajetória das suas construções históricas	67
4.1. século XVIII – o período colonial e a formação da cidade, de Aldeia de São José do Panati à Piencó	69
4.2. século XIX – as epidemias, o declínio econômico nordestino e o início da República Oligárquica	76
4.3. século XX – o fim da República Oligárquica, o programa de educação do governo estadual e a gestão Elzir Matos em Piencó	90
05 o crescimento urbano de Piencó-PB da segunda metade do século XX ao início do século XXI	114
5.1. de 1965 a 1984	115
5.2. de 1984 a 2004	120
5.3. de 2004 a 2010	126
5.4. de 2010 a 2014	129
5.5. de 2014 a 2018	133
5.6. de 2018 a 2021	136
5.7. síntese de crescimento e os principais vetores futuros de expansão da cidade	139
considerações finais	147
referências bibliográficas	151
apêndices	160

01 | INTRODUÇÃO

Entender a forma atual das cidades parte da compreensão de que a sua morfologia é uma expressão das práticas da sociedade ao longo dos anos em seu ambiente construído. Assim como os seus habitantes, os centros urbanos se apresentam em constante e complexo processo de transformação, com um tecido cujas linhas vão se sobrepondo, crescendo, se modificando, e o seu estado atual nada mais é do que um patamar transitório em meio a sua extensa trajetória de evolução (PANERAI, 2006). Com isso, um estudo mais completo das dinâmicas urbanas exige uma decomposição histórica e um resgate dos estratos que serviram de base para a composição da sua malha, ou seja, um olhar ao passado para que seja possível a compreensão do presente e uma projeção do seu futuro.

As pesquisas morfológicas sobre o urbano geralmente são voltadas para as cidades médias e as grandes metrópoles (SPOSITO; SILVA, 2013), enquanto pouco se conhece ainda sobre a construção das cidades pequenas, sobretudo as do Semiárido brasileiro, como é o caso da cidade de Piancó, localizada no Sertão da Paraíba. Pesquisar as dinâmicas urbanas desses centros é uma temática bastante difícil, quando a própria definição do que seria considerada uma “cidade pequena” é algo

que continua sendo muito discutido na literatura e nas diversas áreas do conhecimento que se voltam ao estudo do urbano.

Em relação a sua organização espacial, a urbanização não metropolitana apresenta particularidades, tendo um crescimento mais lento que o das grandes metrópoles, sofrendo interferência das cidades que compõem a rede urbana na qual ela se insere, com influências locais e globais, além de se expandir de forma espontânea, geralmente sem planejamento, o que pode acarretar em uma série de problemas que afetam a qualidade de vida nesse tipo de centro e a sua funcionalidade (SPOSITO; SILVA, 2013). Em decorrência da sua diversidade e proximidade com o meio rural, essas cidades acabam sendo estereotipadas muitas vezes pelo senso comum, de forma genérica e vaga, apenas como lugares pacatos e pouco desenvolvidos. Nesse sentido, questiona-se: quais contribuições os estudos sobre a origem e o crescimento urbano de pequenas cidades poderiam trazer para estas?

Em primeiro lugar, entender como as cidades se originam, crescem e se expandem, é um **fator importante para o planejamento urbano**, sendo uma contribuição na elaboração de planos diretores municipais, para que o crescimento urbano ocorra de forma mais sustentável, dentro da paisagem na qual essas cidades se inserem. Além disso, em se tratando das pequenas cidades brasileiras, sobretudo as do Semiárido, como Piancó-PB, **a escassez de dados e estudos disponíveis** sobre as suas transformações espaciais gera uma lacuna de conhecimento que reforça a necessidade de estudos sobre o seu desenvolvimento urbano. Para que haja o entendimento das dinâmicas e da organização espacial do município, faz-se necessário ainda o **resgate histórico da cidade a partir da sua morfologia urbana**. Com isso, pesquisas nessa área acabam por se tornar um elemento de valorização histórica do desenho das cidades e podem ainda fortalecer o senso de pertencimento dos seus habitantes. Por fim, a escolha de Piancó-PB como objeto de estudo se dá pela **sua importância no sertão da Paraíba**, sendo uma influência para as cidades do seu entorno, despertando a curiosidade da autora por ser o **lugar onde ela nasceu e cresceu**.

O objetivo geral do trabalho é entender o processo de origem e de evolução urbana da cidade de Piancó-PB, entre os séculos XVIII e XXI, relacionando-o com o contexto

regional na qual ela se insere e a rede urbana em que ela está articulada. De forma mais específica, a pesquisa apresenta os seguintes objetivos: (i) **estudar**, em uma perspectiva histórica, a construção do urbano no Semiárido brasileiro e sua relação com contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, desde o período colonial; (ii) **identificar** quais fatores determinaram a origem da formação urbana de Piancó-PB e **resgatar** a história da cidade a partir da sua morfologia entre os séculos XVIII e a segunda metade do século XX, por meio da sua produção arquitetônica; (iii) **analisar** o processo de estruturação do traçado urbano da cidade e sua evolução urbana entre a segunda metade do século XX e ao longo do século XXI, por meio das suas manchas de crescimento urbano; (iv) e **detectar** as características atuais e as tendências futuras de expansão da cidade.

Com isso, o trabalho se estrutura em cinco capítulos que se caracterizam da seguinte forma: o **Capítulo 1** introduz o leitor ao assunto, abordando a problematização da temática escolhida na presente pesquisa, seus objetivos, além dos motivos para a escolha do tema. O **Capítulo 2** aborda a teoria acerca da morfologia urbana e o aporte metodológico a ser utilizado como ferramenta de investigação para este estudo. O **Capítulo 3** se propõe a fazer um breve resgate do povoamento do Sertão durante o Brasil-Colônia, apontando elementos e agentes essenciais para a fixação e consolidação dos seus núcleos urbanos, e sua relação com o povoamento do Semiárido brasileiro, além de abordar temáticas relacionadas ao crescimento urbano da região nos períodos seguintes da história. O **Capítulo 4** trata do recorte de estudo, apresentando a cidade de Piancó-PB, descrevendo a origem histórica da cidade e a transformação do lugar entre o século XVIII e a segunda metade do século XX, com a trajetória das suas principais construções ao longo do período em questão, já apresentando parte dos resultados obtidos com a pesquisa, que têm continuidade no capítulo seguinte. Por fim, o **Capítulo 5** conclui as análises das mudanças vivenciadas pelo tecido urbano de Piancó-PB da segunda metade do século XX ao século XXI, análises da malha urbana atual e a relação da morfologia da cidade com a sua rede urbana, além de apontar algumas das suas possíveis tendências futuras de expansão.

02 | **MORFOLOGIA URBANA: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

O termo “morfologia urbana” se refere à forma física das cidades (GAUTHIER; GILLILAND, 2006). Estas são organismos que, ao passo em que influenciam a sociedade e seus comportamentos, são também influenciados constantemente por ela e suas relações sociais. Com isso, acabam apresentando uma complexidade na construção de sua malha urbana e de sua configuração socioespacial, podendo envolver diversas áreas do conhecimento no processo que diz respeito a sua leitura e ao seu entendimento (OLIVEIRA, V., 2018). São muitas as ciências que se propõem a estudar o urbano, como a geografia, a sociologia, o urbanismo, entre outras, e cada uma delas oferece diferentes perspectivas e formas de abordagem e análise.

Com a exceção de estudos individuais anteriores, como o caso do estudo do mapa de figura-fundo proposto por Giambattista Nolli para Roma, em 1748, os estudos na área da morfologia urbana são relativamente recentes, tendo pouco mais de um século de existência, se compararmos com o tempo das cidades, que existem há milhares de anos. O berço dessa ciência é a Europa, “durante as três primeiras décadas do século XX o ‘centro’ da investigação morfológica manteve-se na Alemanha” (OLIVEIRA, V., 2018, p. 9), concentrando, por um certo período de tempo, a realização de estudos sistemáticos da forma urbana que foram desenvolvidos por geógrafos desse país.

Dada a complexidade que envolve as cidades e a conseqüente demanda de abordagem multidisciplinar que abrange as questões relacionadas a esse objeto de estudo, a morfologia urbana é um dos meios que existem de investigar as cidades, se voltando para o entendimento da forma urbana e se desdobrando em diferentes correntes. Ao longo deste capítulo serão estudados alguns aportes teóricos que contribuíram para a construção desta pesquisa, dando-se ênfase às definições que destacam a morfologia urbana como sendo uma construção social e histórica, e aos estudos da corrente histórico-geográfica, que se relacionam mais fortemente com o propósito do presente trabalho.

2.1. A morfologia urbana e a sua perspectiva social e histórica

Sendo a morfologia urbana um tema estudado por diversos autores, as noções concedidas por eles nos ajudam a entender a complexidade do objeto tratado. Entre esses autores e definições, destacam-se a seguir alguns conceitos que reforçam como a forma urbana tem relação com as interações e transformações sociais que são estabelecidas com o passar do tempo.

Um dos teóricos que abordam o assunto é o arquiteto português José Manuel Ressano Garcia Lamas. De acordo com este autor, “[...] a morfologia urbana é a disciplina que estuda o objecto – a forma urbana - nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo” (LAMAS, 2004, p. 38). As partes físicas exteriores a que Lamas se refere dizem respeito aos elementos da morfologia urbana que compõem a cidade e como eles são produzidos e transformados com o passar dos anos, além de se articularem com o espaço urbano. Os constituintes morfológicos citados por Lamas (2004) se dividem em: solo, lote, edifícios, quarteirão, fachada, logradouro, traçado, praça, monumento, vegetação e mobiliário urbano.

Entende-se, portanto, que para Lamas (2004), o estudo da morfologia urbana trata da produção da cidade, com a transformação urbana de seus elementos morfológicos com o passar do tempo. Da mesma forma, Moudon (1997) destaca o papel social dessas mudanças do meio citadino, com a afirmação de que a morfologia urbana é o

estudo da cidade como um habitat humano. Entende-se, portanto, o meio urbano como sendo resultante de ações individuais ou coletivas, influenciadas pela cultura e as tradições do lugar, além de serem moldadas por questões sociais e econômicas de cada época. Para esse teórico, os edifícios, jardins, ruas, parques e monumentos, se apresentam como os principais objetos da análise morfológica (MOUDON, 1997).

Outro autor, que também destaca o papel social na construção da forma urbana, é Panerai (2006), em seu livro “Análise Urbana”. Nele, o autor busca estabelecer uma forma de abordagem das cidades e a sua morfologia em uma perspectiva histórica, enfatizando a marca que cada geração deixa no tecido urbano, por meio da adição e superposição de traços. Sendo, portanto, a cidade um lugar de acumulação, ou seja, uma sobreposição de estratos, onde o entendimento das camadas mais atuais exige a compreensão dos núcleos antigos e as suas continuidades com o passar do tempo.

Entende-se, portanto, até aqui, o urbano como sendo uma construção social histórica. Esse olhar ao passado tem sido utilizado cada vez mais na nossa sociedade como uma ferramenta para a compreensão do momento atual, conforme aponta Abreu (1998), em sua reflexão sobre a memória das cidades. No entanto, apesar de muitas cidades brasileiras datarem do período colonial, ultrapassando centenas de anos, a busca do passado dessas cidades pode ser dificultada pela limitação na quantidade de informações disponíveis sobre elas, especialmente no tocante a fontes secundárias-como é o caso da escassez de trabalhos abordando cidades de pequeno porte, citada antes. Sendo então impossível se fazer uma reconstituição exata da memória urbana, mesmo que houvessem inúmeros documentos a respeito das nossas cidades, visto que cada um deles é apenas um recorte da história. Cabe, portanto, a tentativa de contextualizar sua morfologia, fruto social, com os processos sociais que foram responsáveis pela sua construção:

“Sem termos a pretensão de recuperar o passado tal qual ele aconteceu, que já vimos ser um objetivo impossível de alcançar, conseguiremos com esse esforço adquirir as ferramentas necessárias para que possamos analisar os processos e normas sociais então atuantes, detectar as contradições então presentes, enfim, contextualizar as formas morfológicas então produzidas pela sociedade e a relação que elas tiveram com as normas e com os processos sociais que lhes deram origem” (ABREU, 1998, p. 23).

Apesar do objeto de estudo dos pesquisadores apontados ser o mesmo, voltados para o espaço físico, para a forma urbana, e haver essa recorrência por parte de alguns autores no destaque da importância social e do tempo nos estudos sobre as cidades, não existe ainda um consenso de como a forma urbana deve ser estudada (GAUTHIER; GILLILAND, 2006). Ao longo desse pouco mais de um século de estudos urbanos morfológicos, variadas foram as correntes teóricas e abordagens no campo da morfologia urbana que surgiram, focando o seu olhar para diferentes aspectos do meio citadino, sendo as escolas tradicionais europeias descritas no tópico a seguir.

2.2. As diferentes abordagens no campo da morfologia urbana

De acordo com Oliveira (2018), os estudos sobre a morfologia urbana podem ser classificados em quatro abordagens: (i) tipo-morfológica; (ii) histórico-geográfica; (iii) sintaxe espacial; e (iv) autômatos celulares.

A abordagem **tipo-morfológica** é derivada da Escola Italiana de Morfologia Urbana e é representada pela figura do arquiteto italiano Saverio Muratori. De acordo com Oliveira (2018), essa abordagem teve a sua gênese em meados do século XX, partindo da ideia de que a cidade é um organismo vivo e produzido coletivamente, e que o planejamento dos novos edifícios que surgem deve dar prosseguimento à cultura construtiva do lugar. Essa Escola se baseia na ideia de que, enquanto o espaço urbano se transforma e se renova, ele inevitavelmente carrega heranças culturais passadas, e é dessas relações culturais que são expressas no meio urbano que parte a compreensão da forma das cidades (GONÇALVES; MENEGUETTI, 2019). É ainda da Escola Italiana o pensamento “[...] que entende o território como um organismo formado a partir da conexão entre rotas, assentamentos, áreas de produção e organismos urbanos [...]” (OLIVEIRA, V., 2018, p. 41), onde essas rotas seriam a primeira estrutura a ser implantada pelo homem no processo de ocupação territorial, passando por ciclos que culminam na formação urbana (PEREIRA COSTA; SAFE; CASTRO, 2013).

A **abordagem histórico-geográfica** representa a Escola Inglesa de Morfologia Urbana e está fundamentada nos estudos de Michael Robert Günten Conzen, geógrafo alemão, apoiada principalmente na publicação “Alnwick, Northumberland - a study in town-plan analysis” (CONZEN, 1960). Essa abordagem foca no entendimento da estrutura da cidade a partir da análise do seu desenvolvimento, onde o tecido físico urbano é construído de acordo com as necessidades sociais, sendo esta uma linha de raciocínio que se associa à abordagem tipo-morfológica. Além de desenvolver os conceitos de períodos morfológicos, cintura periférica, ciclo de parcela burguesa e região morfológica, Conzen (1960) propõe ainda a divisão tripartida da paisagem urbana a partir dos seguintes elementos: (i) as ruas e sua organização sistemática; (ii) as parcelas e seu arranjo em quarteirões; (iii) a planta de implantação dos edifícios. Todas essas definições serão detalhadas no tópico seguinte que trata especificamente dessa abordagem, plano de fundo importante para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Paralelamente a essas duas correntes, surge a teoria da **sintaxe espacial** em 1970, cujos princípios foram sistematizados pelos pesquisadores Bill Hillier e Julienne Hanson com a publicação, em 1984, do livro “Social Logic of Space”. Trata-se de um modelo computacional que associa aspectos quantitativos e matemáticos na análise espacial, correlacionando os aspectos físicos da cidade e a integração entre eles, além de tentar entender como as interações sociais ocorrem no espaço (CARMO; RAIA JÚNIOR; NOGUEIRA, 2013). A sintaxe espacial estuda como a forma urbana influencia no modo de deslocamento das pessoas, o que permite identificar qual é o grau de movimentação e de conexão das vias da cidade (PEREIRA *et al.*, 2011).

Por fim, tem-se a abordagem morfológica ligada aos **autômatos celulares**. Essa teoria se encontra presente, inicialmente, nos estudos de John von Neumann e Stanislaw Ulman na década de 1940, e, mais recentemente, em Stephen Wolfram, todos eles teóricos da computação. Tendo os autômatos partido dos mesmos princípios da computação universal, seu uso se associa diretamente com a inteligência artificial. A teoria dos autômatos fala sobre um espaço finito, as células, que se organizam em uma trama ou *grid*, e se atualizam automaticamente por meio de regras de transição replicáveis, relacionadas aos estados das células vizinhas, o que permitiria a sua auto-reprodução (POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2015). No

campo dos estudos urbanos, essa abordagem pode ser utilizada com a finalidade de representar os processos dinâmicos do crescimento das cidades (PERES; POLIDORI, 2009).

2.3. A abordagem histórico-geográfica

Representando a tradicional Escola Inglesa de Morfologia Urbana, o centro dessa abordagem é a pesquisa de Conzen sobre a cidade de Alnwick, Inglaterra (CONZEN, 1960). O livro foi traduzido para o português por Oliveira (2022), pesquisador que também desenvolveu contribuições sobre o assunto, sendo outra referência ao tema. Nesta publicação sobre a cidade de Alnwick, o autor tenta solucionar as seguintes questões: como se dá o processo de construção da complexidade geográfica do plano da cidade? Quais conceitos resultam do estudo do plano de uma cidade particular que podem ser utilizados em pesquisas sobre cidades no geral? E, por fim, investigar qual seria a contribuição que a estrutura de uma cidade adquire por meio do desenvolvimento do seu plano (OLIVEIRA, V., 2018). Sendo assim, é fundamental para o estudo da forma urbana entender os processos que criaram a sua estrutura e os padrões que eles produzem em diferentes escalas geográficas.

Essa abordagem busca estabelecer a ideia de que é possível reduzir a morfologia dos lugares a um sistema lógico de explicação, que pode inegavelmente levar a uma compreensão de como as comunidades urbanas se relacionam, criam e recriam o meio urbano. Todas essas transformações acontecem de acordo com as suas necessidades, que são mutáveis ao longo do tempo, ressaltando a importância das dinâmicas sociais na formação da paisagem urbana (ROMANINI; ROSSETTO, 2018).

Por meio da sua teoria, Conzen defende ainda o respeito da dimensão cultural da paisagem urbana, pois “tal dimensão contribuiria para a auto identificação dos moradores com o sítio, auxiliando na sensação de pertencimento do lugar” (BARBOSA, 2019, p. 3). Na escala mais detalhada do urbano, a escala local, é possível perceber fortemente como as edificações podem se relacionar com contextos socioculturais formais e funcionais (CONZEN, 2009).

A aplicação desses ideais de Conzen no estudo de Alnwick (CONZEN, 1960) divide-se em três partes. Inicialmente, ao introduzir a ideia de divisão tripartida da paisagem urbana, que abrange o plano da cidade, o tecido edificado e o padrão de uso do solo, Conzen vai focar na construção da sua definição a respeito do plano da cidade. Esse plano seria uma “[...] organização topográfica (bidimensional) de uma área urbana em todas as características construídas pelo homem [...]” (OLIVEIRA, V., 2018, p. 19). Envolvendo três elementos complexos, representados pelas ruas e o seu sistema, os lotes e sua organização em quarteirões, além da planta de implantação dos edifícios, esse plano se configura como o “[...] complexo mais morfológicamente ‘conservador’ da paisagem urbana [...]” (ROSANELI, 2011, p. 7).

Em um segundo momento, Conzen (1960) pauta a sua análise sobre o crescimento da área construída da cidade de Alnwick a partir da sua decomposição em períodos morfológicos, observando como cada um desses períodos deixou a sua marca no desenho urbano (OLIVEIRA, V., 2018). Esses períodos morfológicos abrangem desde a época dos Anglos, até a década de 1950, sendo divididos da seguinte forma: (i) Período Anglo, (ii) Períodos Medieval e Moderno Inicial, (iii) Períodos Georgiano Tardio e Vitoriano Inicial, (iv) Períodos Vitoriano Médio e Tardio, e (v) Período Moderno (OLIVEIRA, 2022).

Esta análise ao longo dos períodos morfológicos é feita a partir de três conceitos: (i) a cintura periférica, conceito desenvolvido por Louis no ano de 1936, em Berlim, mas aprofundado por Conzen; (ii) o ciclo de parcela burguesa; e a (iii) região morfológica (OLIVEIRA, V., 2018).

A **cintura periférica** é um conceito que autores mais recentes têm se referido como “hiato urbano”, é o caso do estudo de Meneguetti (2015) sobre os hiatos urbanos da cidade de Maringá, no estado do Paraná. Trata-se de um modo de crescimento descontínuo da mancha urbana (Figura 1), onde há um conjunto de expansões da área residencial com intervalos de pausa onde o uso do solo está ausente (OLIVEIRA, V., 2018). No interior dessa cintura, estariam áreas abertas, como parques, equipamentos públicos, etc.

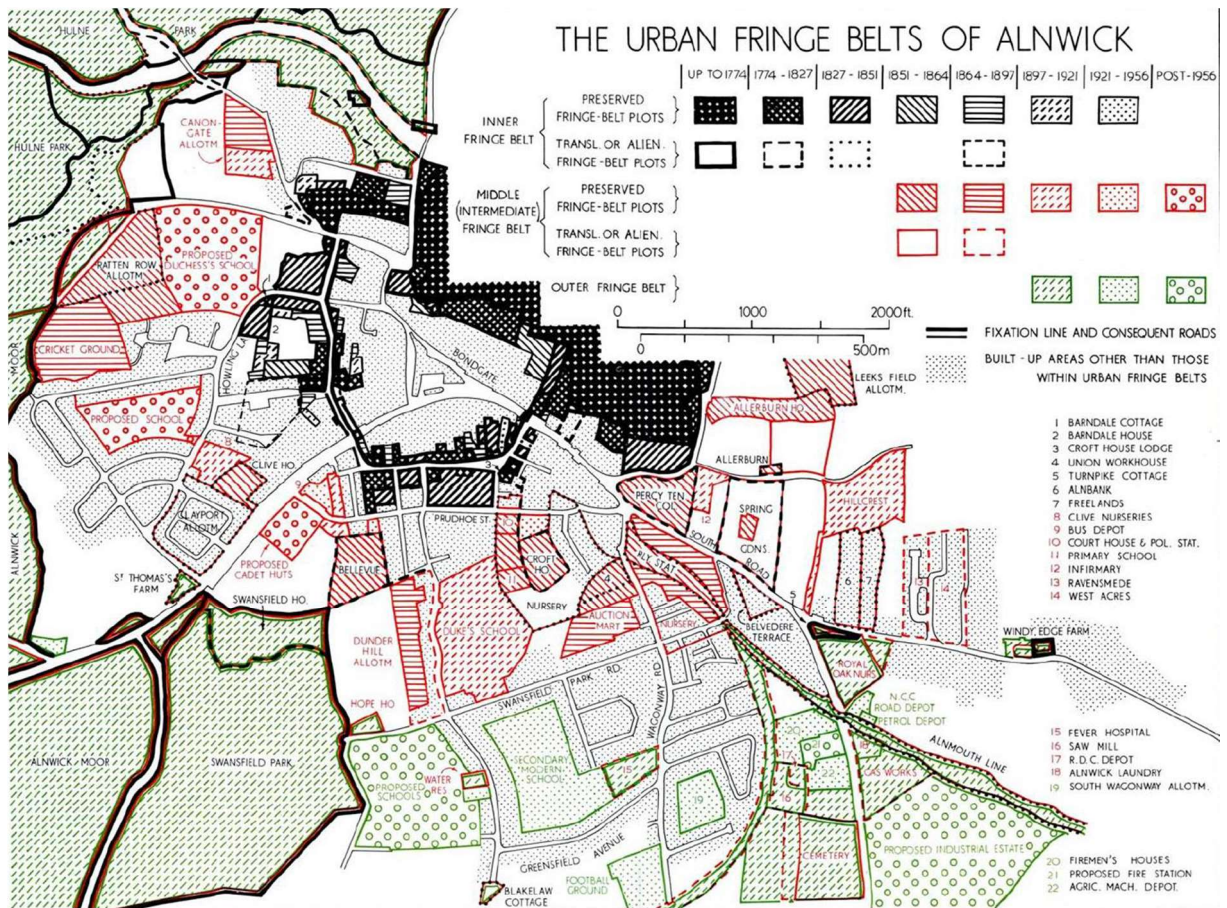


Figura 1: Mapa de cinturas periféricas da cidade de Alwick, na Inglaterra, elaborado por Conzen (1960).

Fonte: Oliveira (2018).

O **ciclo de parcela burguesa** se dá a partir da relação entre a parcela e a implantação da edificação, onde os tamanhos e formas dos lotes vão se transformando com o tempo (Figura 2). Ciclicamente, a parte posterior da parcela do solo vai sendo progressivamente preenchida por edifícios, depois atingem um período de estagnação até o início de um novo ciclo. Essa questão se relaciona muito fortemente ao modo como as mudanças de necessidades funcionais de uma área urbana influenciam na utilização das suas parcelas.

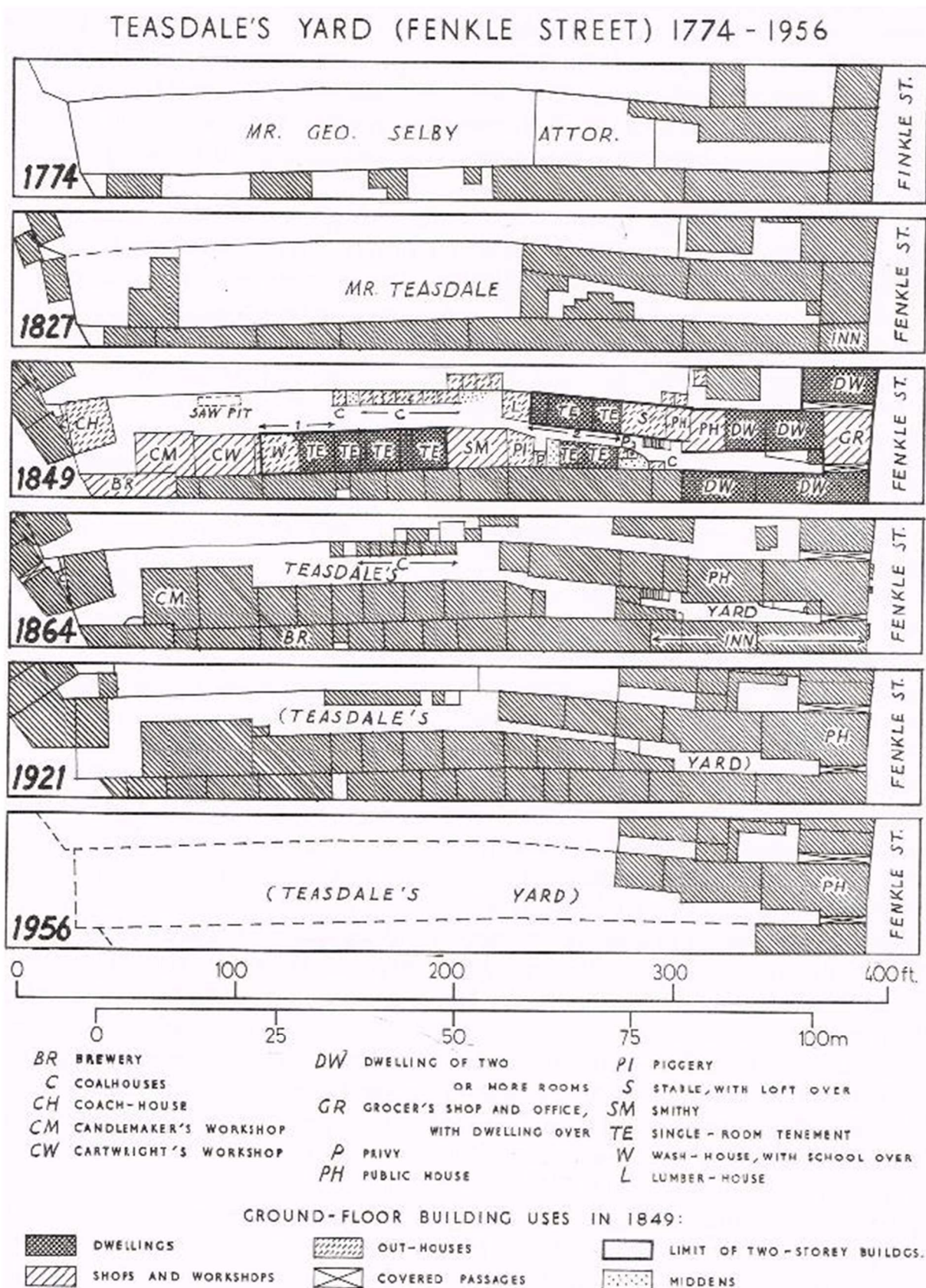


Figura 2: Ciclo de parcela burguesa na cidade de Alwick, na Inglaterra, elaborado por Conzen (1960).
 Fonte: Oliveira (2018).

Já o conceito das **regiões morfológicas** se assemelha à ideia dos “bairros” definidos por Lynch (1960) e, atualmente, às chamadas “unidades de paisagem” (SILVA, 2013). Todas essas definições se referem à leitura da paisagem por meio da identificação de regiões com características em comum (Figura 3). No caso das regiões morfológicas de Conzen (1960), estas se relacionam à construção da paisagem urbana em sucessivos processos históricos, uma espécie de palimpsesto urbano, e como eles atuam no espaço urbano, concentrando regiões que acabam por apresentar características morfológicas semelhantes (BARBOSA, 2019).

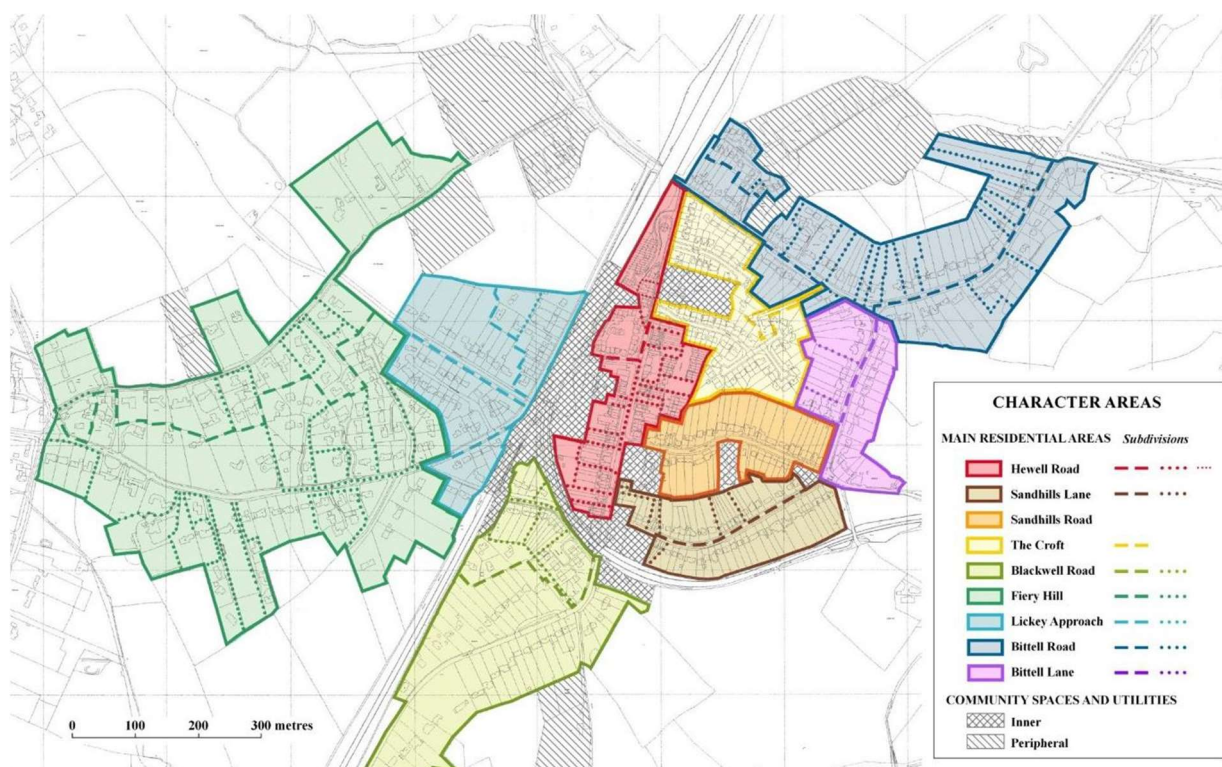


Figura 3: Regiões morfológicas de Barnt Green, elaborado por Whitehand (2009).

Fonte: Oliveira (2018).

Por fim, Conzen (1960) faz a análise do plano de cidade de Alwick, totalizando quatorze tipos de unidades de plano, subdivididas em mais quarenta e nove tipos. A partir dessa divisão e dos três elementos que compõem esses planos, esses tipos foram agrupados em uma estrutura geográfica de quatro ordens.

Foi a partir dessa abordagem que surgiu o grupo de pesquisa *Urban Morphology Research Group* (UMRG), criado a partir do trabalho de Conzen e sob a coordenação de Jeremy Whitehand, que apresentou contribuições importantes para essa corrente.

Esse grupo é formado por pesquisadores importantes, como Karl Kropf, Ivor Samuels, Peter Larkham, Susan Whitehand, entre outros, além de contar com a contribuição de pesquisadores de outras instituições, como é o caso do filho de Conzen, Michael P. Conzen, da Universidade de Chicago. Juntos, eles vêm fortalecendo essa abordagem nas últimas quatro décadas, além de desenvolverem o *International Seminar on Urban Form* (ISUF), suas conferências anuais e a importante revista *Urban Morphology*, onde são publicados seus estudos (OLIVEIRA, V., 2018).

2.4. Os modos de crescimento e seus elementos reguladores

Além do enfoque dado anteriormente à morfologia urbana como uma construção social e histórica, portanto, objeto de análise temporal, cabe ainda ressaltar os estudos de Panerai (2006) sobre crescimento urbano. O autor considera esse crescimento como um “[...] conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos de um ponto de vista morfológico” (PANERAI, 2006, p. 51), onde a sua análise permite um meio de entender a cidade de forma global.

O crescimento da cidade envolve dinâmicas internas e externas, onde os processos internos dizem respeito à ocupação dos vazios existentes na malha urbana, ou ainda à substituição de elementos construídos, enquanto as dinâmicas externas se referem à criação de novos espaços urbanos em solos que anteriormente não eram urbanizados (POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2014).

Sobre esse crescimento urbano, Panerai (2006) traz a teoria de modos de crescimento que são agrupados pelo autor em dois grandes blocos: o crescimento contínuo (Figura 4) e o descontínuo (Figura 5). O primeiro aborda a extensão de partes da malha urbana já construídas, enquanto o segundo se refere às ocupações de território com rupturas entre a parte antiga e as novas ocupações, semelhante à ideia das cinturas periféricas da abordagem histórico-geográfica de Conzen (OLIVEIRA, V., 2018), citada no tópico anterior.

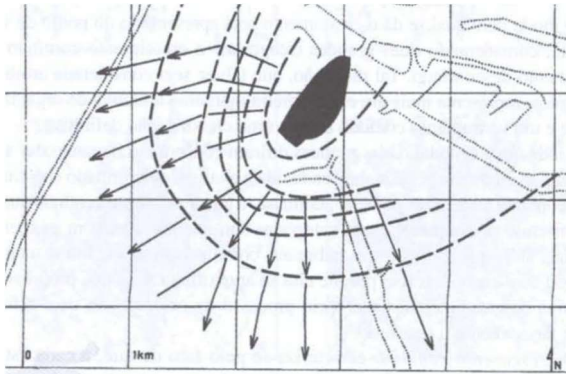


Figura 4: Crescimento do tipo contínuo (radiocêntrico) em Amsterdã.

Fonte: Panerai (2006).

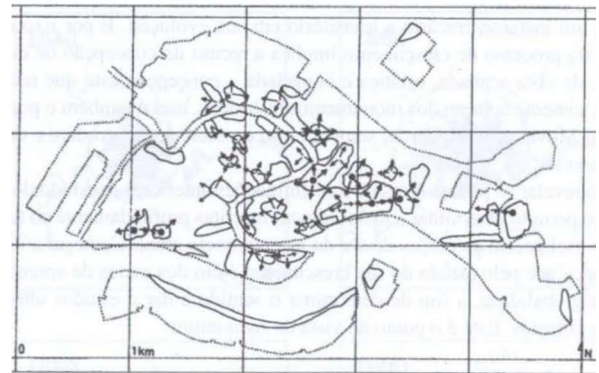


Figura 5: Crescimento do tipo descontínuo em Veneza.

Fonte: Panerai (2006).

Panerai (2006) traz, ainda, a definição dos chamados “elementos reguladores”, componentes que têm a capacidade de guiar o crescimento urbano, sendo eles organizadores e/ou indutores da sua expansão. Tais elementos são as linhas e polos de crescimento; ou ainda contenções da malha urbana, representadas por meio das barreiras e limites, que podem ser efetivamente transpostas quando o tecido urbano atinge a sua saturação. Esses elementos se definem da seguinte forma:

Linhas de crescimento: a expansão da malha se dá segundo uma direção, a partir de um eixo (Figura 6), como é o caso das ocupações que ocorrem ao longo de estradas, ou ainda outros tipos de linha, como córregos, ferrovias, canais, etc.

Essas linhas não apenas servem de alinhamento para a construção dos novos edifícios, como também fornecem uma estrutura para o crescimento urbano (PANERAI, 2006);

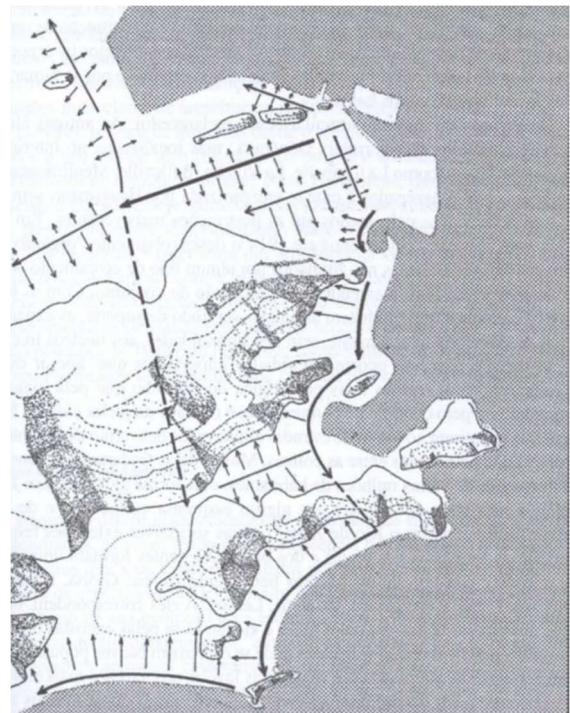


Figura 6: Crescimento linear.

Fonte: Panerai (2006).

Polos de crescimento: são locais de concentração que representam ao mesmo tempo a origem de um crescimento e a referência para crescimentos secundários ou posteriores (PANERAI, 2006). Um polo de crescimento (Figura 7) pode surgir, por exemplo, a partir de lugares de passagem obrigatória, às vezes marcados com elementos simbólicos, como é o caso das igrejas, que acabam por atrair aglomerações em seu entorno;

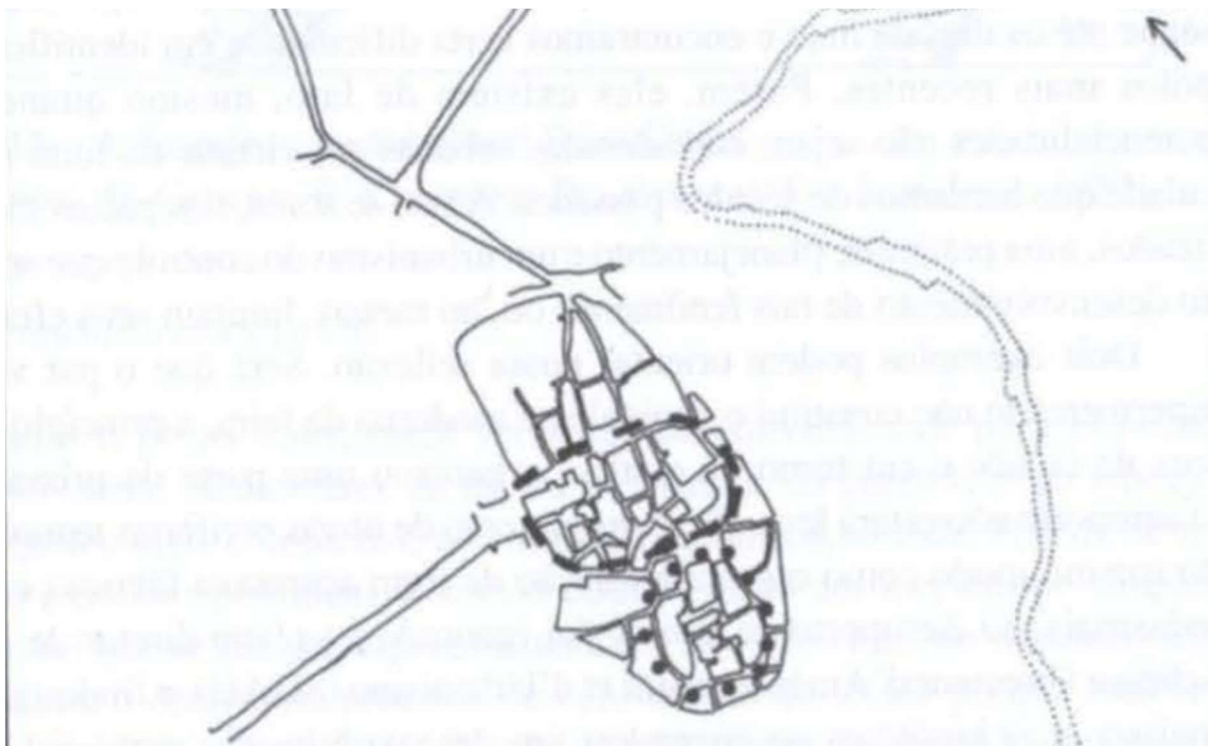


Figura 7: Exemplo de polo de crescimento.

Fonte: Panerai (2006).

Limites de crescimento: se relacionam a pontos de parada que atuam como obstáculos ao crescimento linear da cidade, ou ainda são defletores do mesmo, podendo ser ultrapassados com o passar dos anos e representar um local de mudança do crescimento urbano, fazendo a distinção do antigo e do novo (PANERAI, 2006). Esses limites podem ser uma ponte, uma feira, a porta da cidade, fazendas, uma penitenciária, etc.;

Barreiras de crescimento: também atuam como obstáculos (Figura 8) e “[...] impede o crescimento do tecido urbano sob a forma de uma soma de crescimentos lineares [...]” (PANERAI, 2006, p. 67). Podem ser geográficas (rios, relevo, florestas), construídas (muralhas, canais, linhas de alta tensão), ou podem representar ainda limites administrativos (de cidades, municípios ou estados).

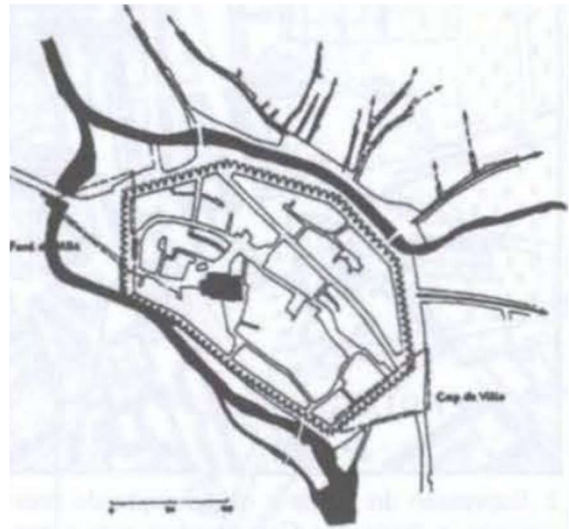


Figura 8: Exemplo de barreira de crescimento. Burgo no interior de uma muralha entre dois córregos.

Fonte: Panerai (2006).

As análises urbanas feitas no trabalho, bem como a definição da metodologia que serviu de instrumento para a realização deste estudo, usaram todo o aporte teórico que foi citado até aqui, principalmente a abordagem histórico-geográfica da Escola Inglesa de Morfologia Urbana. As mesmas perguntas que guiaram a abordagem de Conzen (1960), também respondem a questionamentos colocados na lacuna teórica aqui abordada, o que indica a compatibilidade do método com os objetivos pretendidos no trabalho. A seguir, tem-se a descrição dos materiais que foram coletados e dos métodos de estudo utilizados para as reflexões acerca do crescimento urbano da cidade de Piancó.

2.5. Materiais e métodos

Antes de mais nada, é importante citar que a presente pesquisa assume um caráter exploratório ao buscar gerar um conhecimento sobre a origem e o crescimento de pequenas cidades do Semiárido, tema que ainda é pouco investigado, usando como estudo de caso a cidade de Piancó, localizada no Sertão paraibano. Preocupa-se em desenvolver um conhecimento científico, mas não se compromete com uma aplicação prática do mesmo, sendo assim de natureza básica (GIL, 1996). Além disso, se apoia em uma abordagem qualitativa ao buscar descrever as dinâmicas de transformação

urbana da cidade, sem priorizar a quantificação dos objetos a serem estudados (CASARIN; CASARIN, 2012).

O presente trabalho trata-se ainda de um estudo panorâmico sobre a origem e o crescimento de pequenas cidades da região semiárida brasileira e da cidade de Piancó, na Paraíba. Abrangendo um longo recorte temporal que vai desde a colonização do Brasil aos dias atuais, entende-se, portanto, as limitações desta pesquisa em relação ao aprofundamento das questões aqui relatadas, no âmbito da realização de um Trabalho de Conclusão de Curso, e o seu caráter inicial que abre possibilidades para estudos posteriores.

Os procedimentos metodológicos que envolveram o desenvolvimento do trabalho se dividiram nos seguintes tópicos: (i) revisão bibliográfica, que forneceu a base teórico-metodológica necessária para a presente pesquisa, destacando autores que tratam de estudos no campo da morfologia urbana e do crescimento urbano, seguindo uma perspectiva histórica, além de trabalhos que abordam o processo de ocupação do Semiárido brasileiro e a formação da cidade de Piancó-PB; (ii) coleta de dados espaciais e não-espaciais, por meio de visitas de campo e pesquisas em *sites* da Internet, buscando informações sobre a construção da cidade, fatores históricos e socioeconômicos que contribuíram para o seu desenvolvimento urbano, documentações primárias (fotografias antigas, matérias de jornal e decretos), mapas e imagens históricas de satélite, bem como a realização de registros fotográficos do lugar; (iii) triagem das imagens terrestres, utilizando as fotografias que pudessem ilustrar os apontamentos da pesquisa, e dos registros de satélite encontrados, com base na sua resolução, cobertura de nuvens e nas datas dos registros, levando em consideração a tentativa de estabelecer períodos morfológicos de análise; e (iv) elaboração de mapas como forma de sintetizar as informações, além de apresentar a análise realizada, visando a compreensão da dinâmica e organização espacial da cidade; assim, também foram identificados e apontados os possíveis vetores futuros de expansão da malha urbana piancoense. Todos esses procedimentos metodológicos são organizados no diagrama da Figura 9 e melhor detalhados logo em seguida.

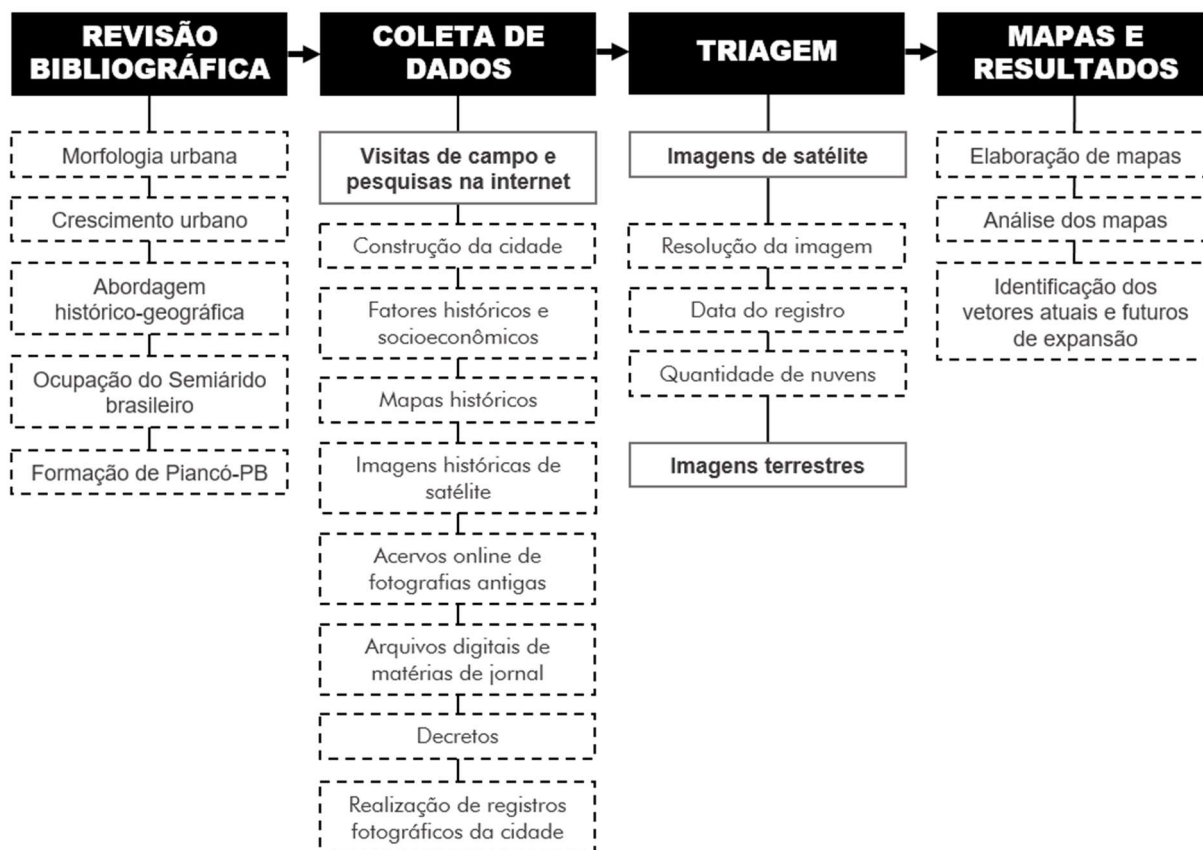


Figura 9: Diagrama de procedimentos metodológicos.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Durante a pesquisa na Internet, acerca das documentações primárias referentes às matérias de jornal, legislações e fotografias antigas da cidade, foram encontrados e utilizados os seguintes materiais: (i) matérias disponíveis no arquivo digital do Jornal a União (A UNIÃO, 2022); (ii) decretos publicados no Diário Oficial da União (JUSBRASIL, 2022); (iii) fotografias de Piancó do acervo online da página “Museu Histórico de Piancó” (FACEBOOK, 2022), além do acervo digital reunido pelo pesquisador Yurick Lacerda e publicado na página “Piancó em imagens” (INSTAGRAM, 2022).

Na etapa de coleta de dados espaciais, em *sites* da Internet, foram encontrados mapas disponíveis em plataformas como o OpenStreetMap (OPENSTREETMAP, 2022), que é uma ferramenta livre de mapeamento colaborativo; a plataforma Topographic-Map (TOPOGRAPHIC-MAP, 2022), que oferece mapas topográficos gratuitos; o acervo histórico do MapBiomas Brasil (MAPBIOMAS BRASIL, 2022), que fornece mapas sobre a cobertura do solo de Piancó anualmente, entre 1985 e 2020; a plataforma LandViewer (LAND VIEWER | EOS, 2022), que coleciona imagens

históricas de sensoriamento remoto, onde foi encontrado um registro antigo da cidade do ano de 1984; a plataforma Landsat Explorer (LIVING ATLAS, 2022); o Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022), que possui uma carta topográfica de Piancó do ano de 1965; o Mapa Topográfico da Paraíba da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de 1974 (SOARES, 2012); as imagens disponíveis pelo *software Google Earth* que abrangem o período de 1985 até 2022; o catálogo disponibilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2022), que oferece imagens do satélite CBERS-4A para *download* gratuito; além dos mapas de setores do IBGE (IBGE, 2022), de 2010 e 2020, os mapas de faces de logradouros, de 2010 e 2020, e o mapa de áreas urbanizadas do Brasil, de 2015. Infelizmente, muitas das imagens de satélite disponíveis não possuem uma resolução espacial suficiente para delimitar, com precisão, as manchas urbanas de determinados anos e esse foi um dos fatores determinantes para a triagem desses dados.

Já as visitas in loco possibilitaram o levantamento de dados primários e secundários. Na visita de campo realizada entre os dias 07 e 10 de junho de 2022, foi possível fazer registros fotográficos de edifícios importantes da cidade, desde o seu centro histórico até regiões mais periféricas da mancha urbana com ocupação mais recente. No dia 08 de junho, foi feita uma visita à Secretaria de Infraestrutura Municipal, para obtenção de materiais que pudessem auxiliar nas análises de crescimento urbano da cidade. Na consulta a este órgão, foram encontrados apenas mapas feitos à mão, datados dos anos de 2001 e 2002 (Figuras 10 e 11). Infelizmente, esses documentos são materiais frágeis, em papel vegetal e, em decorrência do descuido com o seu armazenamento, encontram-se um pouco deteriorados. Estas representações se referem a mapas topográficos planialtimétricos do plano de expansão para saneamento básico do perímetro urbano da cidade de Piancó, e de cada um dos bairros da cidade, contendo também um destaque da localização de equipamentos importantes do município.

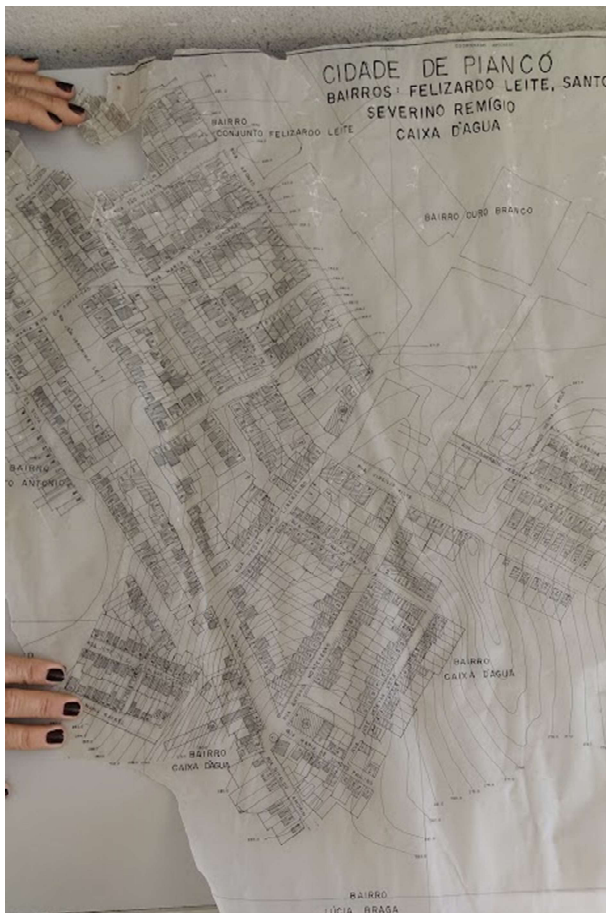


Figura 10: Mapa de 2002 encontrado na Secretaria de Infraestrutura Municipal, abrangendo os bairros de Felizardo Leite, Santo Antônio, Severino Remígio e Caixa d'Água.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.

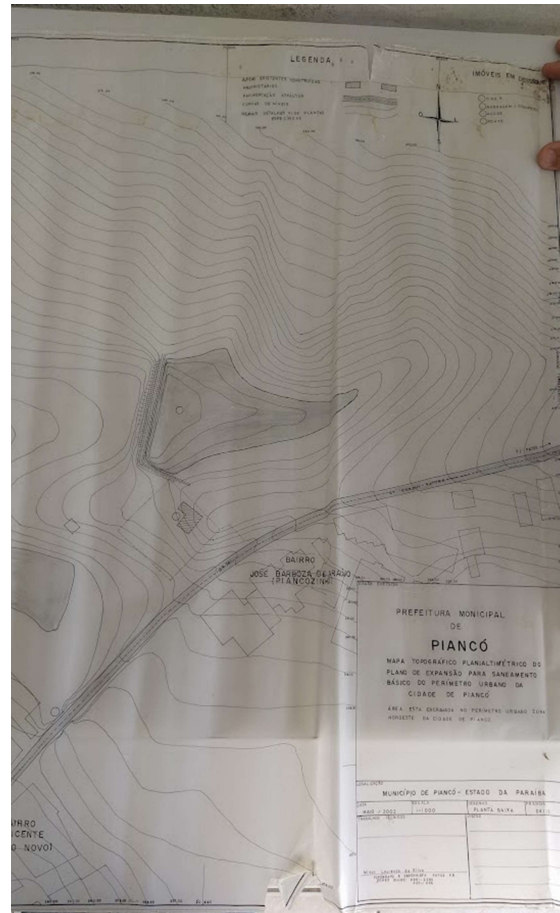


Figura 11: Mapa topográfico planialtimétrico do plano de saneamento básico para o perímetro urbano de Piancó, de 2002, encontrado na Secretaria de Infraestrutura Municipal.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Após toda a coleta de materiais, foi feita a triagem das informações que seriam utilizadas nas análises urbanas. Dos documentos primários encontrados, foram usadas as matérias de jornal que tratavam da cidade de Piancó, decretos referentes à execução de obras contra as secas no município, além de todas as fotografias antigas da cidade que auxiliaram no entendimento do seu crescimento urbano até a segunda metade do século XX. Foram usados ainda dados secundários que forneceram a data de construção de algumas das edificações, além da sua contextualização histórica, política e econômica, quando foi possível. O plano de fundo para a espacialização desse material foi a carta topográfica de 1965, fornecida pelo Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022), o registro mais antigo da mancha urbana da cidade que foi encontrado no âmbito desta pesquisa. O material referente à carta topográfica da SUDENE, de 1974, (SOARES, 2012) não foi utilizado,

pois a mancha urbana delimitada é a mesma da carta topográfica fornecida pelo BDGEX (2022).

Das imagens de satélite, o registro mais antigo e mais legível da cidade que foi encontrado corresponde à imagem capturada pelo Landsat 5 TM, em 21 de abril de 1984, que está disponível para visualização e *download* no *site* Landsat Viewer (LAND VIEWER | EOS, 2022). O satélite Landsat 5 TM iniciou a sua órbita em 1 de março de 1984 e encerrou suas atividades em 5 de junho de 2013, apresentando uma resolução temporal de 16 dias, e uma resolução espacial de 30 m. No dia do registro de 1984, o município de Piancó possuía 34% de cobertura de nuvens, algumas delas sobre a mancha urbana. Além disso, a baixa resolução espacial da imagem dificulta a sua visualização e o entendimento mais preciso da malha da cidade no momento em que o satélite a capturou. Por isso, um realce por contraste foi feito na imagem para tentar tornar mais fácil a distinção entre áreas ocupadas e não ocupadas (Figuras 12 e 13).



Figura 12: Imagem do satélite Landsat 5 TM, de 21 de abril de 1984.

Fonte: Land Viewer | EOS (2022), modificado pela autora.

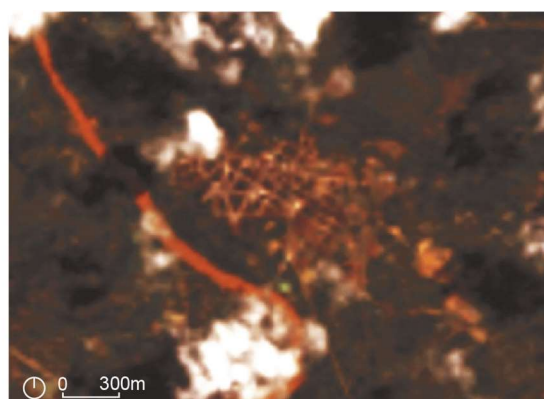


Figura 13: Imagem do satélite Landsat 5 TM, de 21 de abril de 1984, com realce por contraste.

Fonte: Land Viewer | EOS (2022), modificado pela autora.

Em relação aos demais dados espaciais disponíveis a respeito do período que abrange a segunda metade do século XX e o século XXI, a triagem das imagens levou em consideração dois fatores principais: a resolução espacial das imagens e o percentual de cobertura de nuvens dos registros. Com isso, aquelas que possuem baixa resolução foram descartadas, assim como as que possuem nuvens sobre a

cidade de Piancó. Entre os materiais encontrados, as imagens históricas fornecidas pelo *Google Earth* são as que possuem uma melhor resolução espacial, permitindo uma definição mais legível da mancha urbana de Piancó-PB do começo do século XXI. Foi em torno delas que os intervalos de análise foram definidos, procurando estabelecer um padrão entre eles.

Os dados do *Google Earth* passaram ainda por uma segunda triagem. Como cada uma das imagens disponibilizadas pelo *software* são compostas por um mosaico, em alguns momentos a imagem da cidade de Piancó é formada por registros de dois anos diferentes. Há ainda uma imagem de 1985, porém em baixa resolução. Estes dados em questão foram, portanto, descartados, para que não comprometessem a análise de crescimento da cidade. Com isso, foram selecionadas as imagens dos anos 2004, 2006, 2010, 2011, 2012, 2014, 2016 e 2018.

Das imagens do CBERS-4A (INPE, 2022), apenas as de 2020 e 2021 atenderam aos critérios de resolução espacial e baixa cobertura de nuvens. O *download* do INPE apresenta as bandas espectrais do vermelho, verde e azul visíveis, além do infravermelho, com 8 m de resolução espacial, e a banda pancromática (ou banda 0), com 2 m. Por essa razão, foi necessário fazer um empilhamento de bandas espectrais, unindo em um único arquivo as bandas de 8 m de resolução espacial, obtendo-se assim uma composição colorida. Após esse momento, foi feita a fusão de imagens, utilizando a banda pancromática de 2 m de resolução espacial para melhorar a resolução da composição colorida. Como resultado final, tem-se um arquivo com as propriedades espectrais das bandas que foram unidas, mas com 2 m de resolução, permitindo uma maior clareza na identificação dos elementos das imagens. Nesse processo, foi utilizado o *software* de edição, visualização e análise de dados georreferenciados, QGIS.

A partir dos materiais selecionados e diante da dificuldade de detalhamento imposta pela limitação de informações temporais disponíveis, dividiu-se a análise morfológica em dois grandes períodos, com base no conceito de período morfológico de Conzen (1960):

(i) do início do século XVIII até a segunda metade do século XX, a análise deste período busca entender a trajetória de ocupação do tecido urbano de Piancó a partir da construção de prédios históricos. Este recorte foi subdividido em séculos XVIII, XIX e XX, e buscou-se associar cada uma das construções a algum momento histórico, político ou socioeconômico, dos séculos citados, utilizando a carta topográfica de 1965 (BDGEX, 2022) como plano de fundo para a espacialização de cada uma das edificações;

(ii) da segunda metade do século XX ao início do século XXI, a análise se deu a partir de imagens históricas de sensoriamento remoto, que permitem a identificação de manchas de crescimento urbano. Com base nas imagens selecionadas na etapa de triagem, buscou-se estabelecer um padrão de repetição de intervalos de tempo que fossem suficientes para expressar mudanças significativas na mancha urbana na cidade, dado o caráter de crescimento lento que é observado nos pequenos núcleos urbanos. Com isso, foi estabelecido o período mínimo de 4 anos entre uma imagem e outra, com exceção do último recorte, pois não foi possível encontrar uma imagem de satélite de 2022 que pudesse ser utilizada, resultando nos seguintes intervalos temporais de análise: 1965-1984, 1984-2004, 2004-2010, 2010-2014, 2014-2018 e 2018-2021. A análise qualitativa do processo de expansão de Piancó no período em questão, se deu por meio da sobreposição das imagens de cada ano citado, com a marcação da mancha urbana que foi acrescida entre um período e outro, utilizando os recursos do *software Adobe Illustrator*, começando pela mancha urbana aproximada da cidade em 1965.

Os demais materiais coletados na pesquisa da Internet e nas visitas de campo, mesmo as imagens que possuem baixa resolução espacial, foram usados como complemento para as análises da expansão do tecido urbano e a sua configuração atual, além dos apontamentos referentes à expansão futura da cidade. Toda a síntese de metadados dos mapas e imagens de satélite citados nesse tópico e encontrados no âmbito desta pesquisa, bem como os fatores relacionados à sua triagem, encontra-se sistematizada na seção de apêndices do trabalho (Apêndice A). No quadro, são destacados na cor marrom os dados utilizados na elaboração dos mapas.

03

AS PEQUENAS CIDADES DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E A INTERIORIZAÇÃO DO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XXI

Antes de adentrar o processo de ocupação e crescimento das pequenas cidades do Semiárido brasileiro, abre-se a discussão acerca dos estudos sobre os pequenos núcleos urbanos e a dificuldade que ainda existe em torno da definição do que seria uma cidade pequena. No senso comum, costumam-se definir os centros urbanos como tais, a partir do seu tamanho e pouco número de habitantes ou, de forma mais rasa, seriam as cidades vistas como mais pacatas (SPOSITO; SILVA, 2013). Essas definições deixam de lado uma série de fatores e diminuem consideravelmente a complexidade urbana desses centros.

Essa temática é ainda pouco abordada no meio acadêmico, o que dificulta o seu entendimento, onde há a preferência pelos estudos das metrópoles (ANDRADE, 2008) que, principalmente após a industrialização na década de 1930, concentram a maior parte das problemáticas sociais, urbanas e ambientais do país. Porém, o fato de que os pequenos centros não foram atrativos para a maior parte das indústrias e têm um processo de urbanização mais lento, não os exclui da existência de problemas e também não diminui a importância dos seus estudos.

Normalmente, essas cidades possuem uma forte ligação entre os meios urbano e rural, que muitas vezes se confundem. São cidades que não concentram uma grande atividade econômica, que geralmente é pautada na agropecuária, têm pouca influência política e uma baixa densidade demográfica. Entendê-las exige a articulação de escalas geográficas, visto que elas sofrem muita interferência da rede urbana na qual elas estão inseridas. De forma cada vez mais dinâmica, principalmente a partir da globalização, com a facilitação dos fluxos de informação e telecomunicações, essas cidades se conectam de forma imediata com centros distantes e de diferentes níveis (SPOSITO; SILVA, 2013). Ainda de forma lenta, se comparados às grandes metrópoles brasileiras, esses centros estão em constante transformação e apresentam singularidades.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza, desde os anos 1960, estudos sobre a rede urbana brasileira. A publicação mais atual, que dá continuidade aos estudos anteriores, é a pesquisa “Regiões de Influência das Cidades 2018” (IBGE, 2020), que traz a hierarquização dos centros urbanos brasileiros em cinco níveis, bem como a abrangência das suas áreas de influência. Esse estudo é feito por meio da aplicação de questionários a partir da Rede de Agências do IBGE, com o entendimento dos deslocamentos necessários aos habitantes para que eles tenham acesso a bens e serviços provenientes de outros centros urbanos, assim como o levantamento de dados sobre a hierarquia desses centros e as ligações entre eles.

Para a análise dos resultados, o IBGE considera a existência dos chamados “arranjos populacionais”, a integração de dois ou mais municípios que se relacionam funcionalmente de forma tão significativa entre si que acabam representando um único nó dentro da sua rede urbana. Juntos, esses arranjos e os municípios constituem as unidades urbanas, que seriam os objetos estudados pela pesquisa. Em relação à sua hierarquia, levou-se em consideração as funções de gestão que as cidades exercem sobre as outras e seu potencial de atratividade para suprir bens e serviços de outras cidades. A partir do alcance dessa gestão e da sua atração, foram delimitadas as regiões de influência de cada uma delas (Figura 14).

Com isso, as cidades foram classificadas em cinco níveis, sendo eles: as **Metrópoles** (Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole), que representam 15 centros urbanos brasileiros e cuja influência abrange todas as cidades do país; as **Capitais Regionais**, com 97 cidades que exercem menos influência que as Metrópoles e concentram muitas atividades de gestão, sendo divididas em Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C; os **Centros Sub-Regionais**, que configuram 352 cidades com atividades mais simples de gestão e com menos influência que as Capitais Regionais (Centro Sub-Regional A, Centro Sub-Regional B); os **Centros de Zona**, sendo 398 cidades que possuem, em média, 30 mil habitantes e têm uma menor influência nas demais cidades (Centro de Zona A, Centro de Zona B); e os **Centros Locais**, representando o último nível de hierarquia, com as cidades que possuem uma influência mais limitada, sendo maior parte das cidades brasileiras, com um total de 4.037 centros urbanos.

A cadeia de ligações entre as cidades começa então dos níveis mais baixos para as cidades de maior hierarquia. Todas as relações culminam nas metrópoles brasileiras, que interferem em todas as cidades do país, com altos índices de atratividade e áreas de influência tão grandes que muitas vezes se sobrepõem. As cidades pequenas que são objeto de estudo do presente trabalho se referem, portanto, dentro dessa hierarquia do REGIC (IBGE, 2020), aos Centros de Zona e aos Centros Locais situados no Semiárido brasileiro.

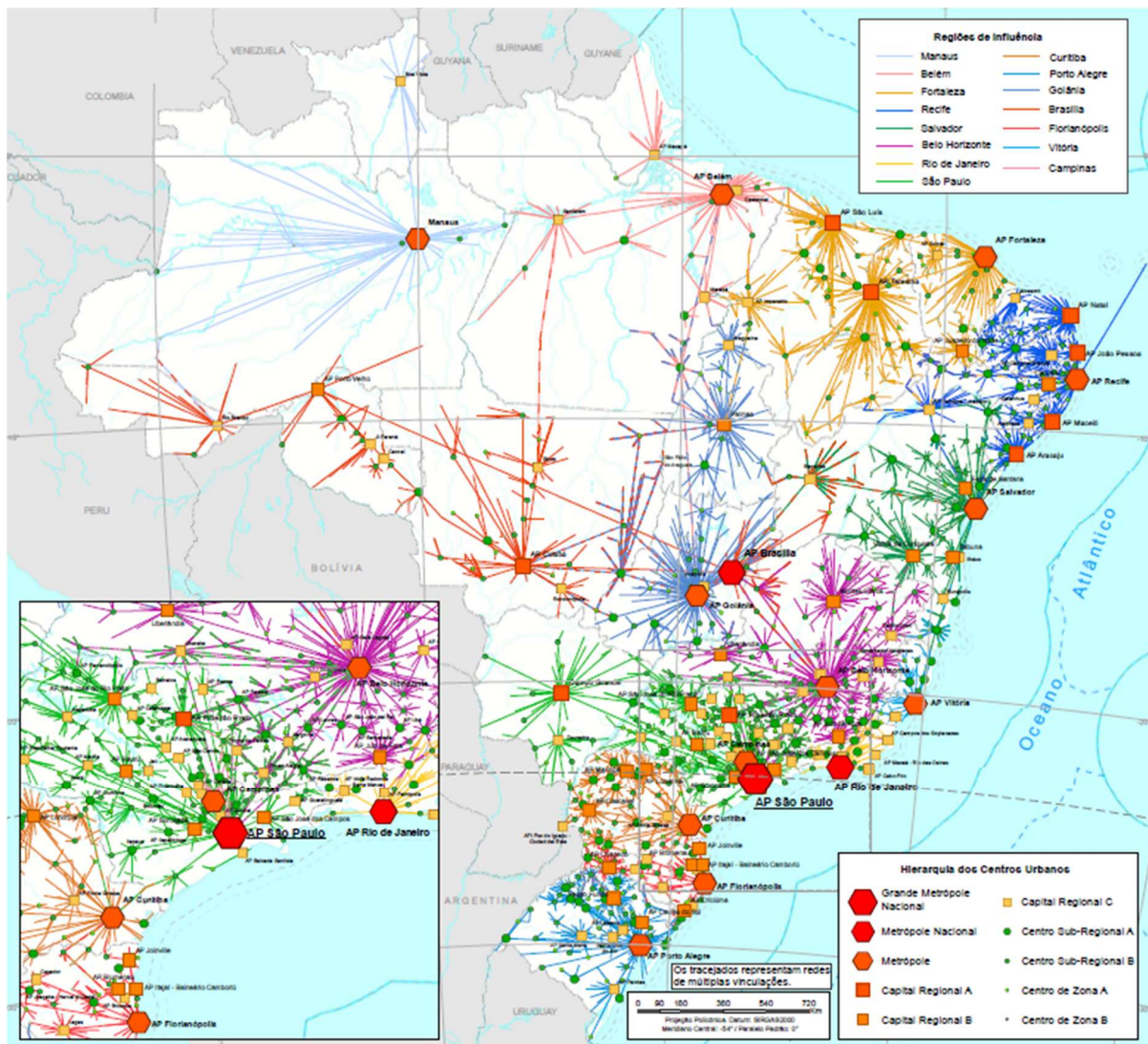


Figura 14: Mapa de hierarquia e regiões de influência das cidades da rede urbana brasileira.
Fonte: IBGE (2020).

Espalhadas por todo o território nacional, é na Região Nordeste do país que se concentram a maior parte dos Centros de Zona e os Centros Locais (Tabela 1) e, segundo o site da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL, 2022), a maior parte do Semiárido fica localizado no território nordestino. Esses Centros de Zona configuram cidades com uma média de habitantes menor que 25 mil e que se encaixam nos níveis 4 e 5 no poder das suas funções de gestão, enquanto os Centros Locais se referem aos centros urbanos de influência, que se resumem, muitas vezes, ao seu próprio limite territorial e ao nível mais baixo de funções de gestão, tendo uma média de 12,5 mil habitantes. Com isso, a população dessas cidades pequenas costuma buscar bens e serviços com frequência em outras cidades de maior hierarquia, além de acesso às atividades do poder público e às dinâmicas empresariais. E por fim, todas essas atividades convergem para os centros principais,

as Metr6poles nordestinas que mais influenciam cidades do Semiárido brasileiro são as cidades de Fortaleza-CE, Recife-PE e Salvador-BA.

Grandes Regiões	Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana									
	Metrópole		Capital Regional		Centro Sub-Regional		Centro de Zona		Centro Local	
	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)
Brasil	15	100,0	97	100,0	352	100,0	398	100,0	4 037	100,0
Norte	2	13,3	11	11,3	27	7,7	21	5,3	373	9,2
Nordeste	3	20,0	21	21,7	88	25,0	135	33,9	1 436	35,6
Sudeste	5	33,3	38	39,2	120	34,1	107	26,9	1 074	26,6
Sul	3	20,0	21	21,7	83	23,6	90	22,6	819	20,3
Centro-Oeste	2	13,3	6	6,2	34	9,7	45	11,3	335	8,3

Tabela 1: Distribuição regional dos níveis hierárquicos dos centros urbanos, de acordo com a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2020).

Fonte: IBGE (2020), modificado pela autora.

Dentro dessa perspectiva das Regiões de Influência do IBGE (2020), a cidade de Piancó-PB, Centro de Zona B (4B), se localiza sob a influência do Arranjo Populacional de Patos-PB, que é um Centro Subregional A (3A). A cidade se articula ainda com as cidades paraibanas de Igaracy e Pedra Branca, ambas Centro Locais, além de também estabelecer vínculos ligados à busca por bens e serviços com os Centros Locais de Emas, Olho d'Água, Aguiar, Nova Olinda e o Centro de Zona A representado pelo município de Itaporanga (Figura 15). Conforme será observado posteriormente no âmbito das análises de crescimento urbano de Piancó ao longo do século XXI, o papel dessa rede urbana também se reflete na forma da cidade.

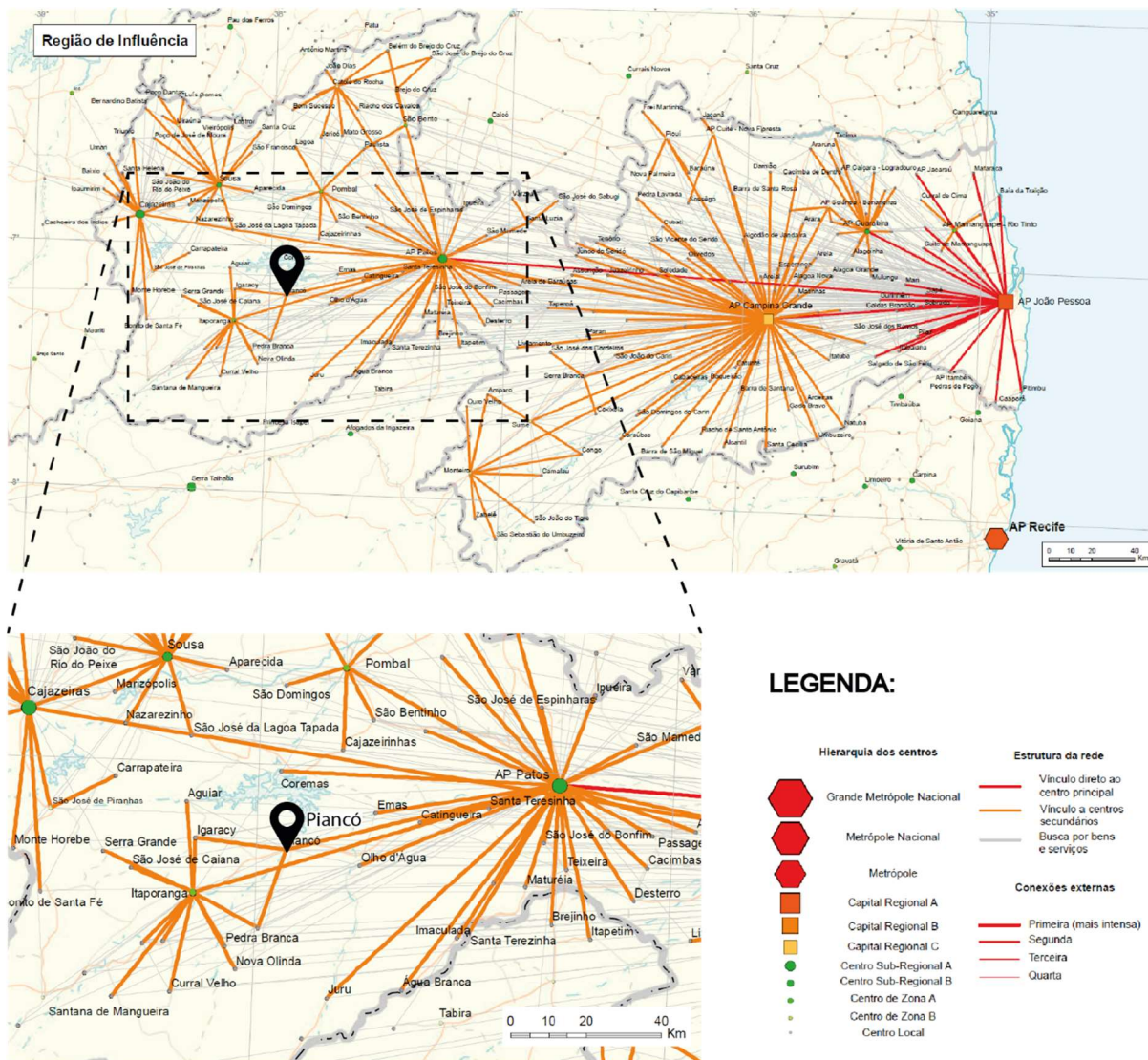


Figura 15: Região de influência de Piancó-PB.
Fonte: IBGE (2020), modificado pela autora.

3.1. O sertão colonial e o atual Semiárido brasileiro

O início da urbanização brasileira e, conseqüentemente, da construção dessa rede urbana, data do período colonial, época que abrangeu os séculos XVI ao XIX. Portanto, a compreensão da origem do povoamento do Semiárido e dos seus primeiros núcleos urbanos exige um resgate da exploração do interior do Brasil Colônia. Destacando-se os fatores que eram importantes para o estabelecimento dos pontos fixos dessa rede, que começou a se formar durante o período de dominação portuguesa, bem como o estabelecimento da relação entre o atual Semiárido brasileiro e o sertão colonial do país.

A origem da urbanização do que hoje conhecemos como Semiárido acaba se confundindo com a história da povoação do que, durante o Brasil Colônia, era chamado de “sertão” colonial do país, que possuía uma definição totalmente diferente da que o IBGE classifica como sertão brasileiro atualmente. Quando os portugueses aqui chegaram, se estabeleceram majoritariamente no litoral do território nacional e, durante muito tempo, assim permaneceram, sem adentrar o interior do Brasil. Esse interior desconhecido era cheio de lendas e mitos, lugar dos índios que eram vistos como “bárbaros” pelos europeus.

O sertão englobava toda a região do interior da colônia que fizesse oposição ao litoral, no território que se localizasse a vinte léguas além da costa brasileira (AMORIM; SILVA; ARAÚJO, 2021, p. 39). Sendo assim, boa parte da delimitação atual do Semiárido brasileiro, que será explicitada mais adiante, fazia parte do sertão no Brasil colonial.

Na cartografia desenvolvida nos primeiros momentos de colonização, é possível perceber a falta de informação sobre essa região ainda pouco explorada, com uma representação muito rasa desse sertão com serras e árvores, às vezes índios, que era o que dava para se avistar do litoral (Figura 16). Conforme os portugueses foram adentrando o território ao longo dos séculos de colonização é que esse sertão passa a ser melhor registrado.



Figura 16: Atlas Náutico Português de 1519, com a representação ainda simbólica do interior do Brasil.
Fonte: Gallica (2022).

3.1.1. A rede urbana colonial e a política urbanizadora portuguesa

É importante entender que o urbano colonial se configurou como espaço complementar ao meio rural, mas com funções de oposição, servindo como sede militar e política, além de servir para a ordenação dos fluxos do território. As casas próximas umas das outras com a presença de uma capela eram os elementos que geralmente definiam esses espaços, que eram os pontos fixos da rede urbana (SOARES, 2012).

Os núcleos urbanos se classificavam em arraiais, aldeamentos, povoações, freguesias, vilas e cidades. Os **arraiais** serviam geralmente como acampamento militar; os **aldeamentos** eram destinados aos índios que “aceitavam” a colonização e eram administrados pelos padres; as **povoações** se caracterizavam pela aglomeração de pessoas residindo próximas, começando

com um arruado, evoluía para um povoado e, posteriormente, se transformava em povoação, com a presença de três elementos característicos: a capela, a praça e o cemitério; já as **freguesias ou paróquias** apareciam como povoações que tiveram suas capelas transformadas em Igreja Matriz, com uma maior organização administrativa e um território dividido em unidades que eram coordenadas por um pároco; as **vilas** representavam o segundo nível hierárquico mais alto entre os núcleos urbanos, atrás apenas das cidades, sendo centros administrativos com um governo local, fundadas pelos donatários; e, por último, haviam as **cidades**, que eram parecidas com as vilas, sendo também centros administrativos com governo local, no entanto eram formadas pela Metrópole (SOARES, 2012).

Conectando esses pontos fixos da rede urbana, haviam os fluxos de ligação entre elas, os caminhos. Inicialmente eram em sua maioria rios, elementos naturais de comunicação entre os espaços, que se destacavam visualmente (ARRAES, 2012). Depois abriram-se caminhos que, de acordo com o seu grau de utilização, viraram estradas.

A ocupação do território, com o estabelecimento dessas vilas, povoados, freguesias e cidades, possuía motivos políticos e econômicos (SIMONSEN, 2005), fazendo parte da política de colonização portuguesa, em uma tentativa de obter um maior controle fiscal da sua colônia e de afirmar seu poder e dominação sobre a mesma. Inicialmente, durante as primeiras três décadas de colonização, Portugal estabelecia uma relação de exploração grosseira dos recursos naturais brasileiros que fizeram surgir as primeiras feitorias e agrupamentos brancos, mas não garantia ainda a manutenção do Brasil como colônia portuguesa, visto que outros países também instalaram feitorias em nosso território.

Com isso, os portugueses adotaram o sistema de capitanias, intensificando a relação e o dinamismo entre sua colônia e o mercado europeu e uma efetivação da sua ocupação com a instalação de uma rede urbana. Aos donatários e colonos, ficou a responsabilidade da fundação das vilas e cidades, com a participação da Coroa apenas em atividades de fiscalização, conforme afirma Nestor Goulart, “a grande maioria dos núcleos urbanos instalados nos dois primeiros séculos de colonização, o foi pelo esforço e interêsse dos colonos e donatários, com o

estímulo da Metrópole, mas sem a participação direta dessa” (REIS FILHO, 1968, p. 31). Com esse sistema, até a instalação do Governo Geral em 1549, a colônia brasileira já possuía cerca de dezesseis vilas e povoados em seu litoral, exportando para a Metrópole (SIMONSEN, 2005).

3.1.2. Do litoral ao sertão, a crise do açúcar e a povoação do interior do país

A ocupação do litoral era fortemente baseada na economia açucareira e, até meados do século XVII, a agricultura de exportação figurava no cenário nacional como a principal atividade econômica urbana (REIS FILHO, 1968). Nesse período, o sertão do país, que incluía o atual Semiárido brasileiro, apenas era visitado em expedições para a procura de ouro e outras riquezas, e de índios que pudessem trabalhar como escravos no litoral açucareiro, mão-de-obra fundamental para o desenvolvimento urbano que, em períodos de entressafra ou crise do açúcar, era utilizada para a construção de imóveis rurais e urbanos.

Essa economia se expandiu significativamente enquanto era rentável e influenciava diretamente a estruturação da rede urbana e o processo de urbanização, mas apenas de forma quantitativa e não qualitativa, uma vez que esse crescimento era baseado na ocupação de novas terras e no aumento da importação.

Ainda durante o século XVII, outras atividades econômicas foram se desenvolvendo, com a descoberta do ouro e o crescimento da pecuária, que serviam de complemento para a economia do açúcar (SIMONSEN, 2005). No entanto, com a centralização econômica e política que se iniciou com a instalação do Governo Geral, em 1549, e com a dificuldade na exportação do açúcar e queda dos seus preços na segunda metade do século XVII, em decorrência do início da produção açucareira na América Central, o lucro e o poder dos proprietários rurais foi sendo cada vez mais limitado. Com a decadência do açúcar, se multiplicaram as fazendas destinadas à agricultura de subsistência no sertão colonial brasileiro, principalmente aquelas destinadas à

criação de gado, cujas atividades entravam em conflito com o cultivo da cana-de-açúcar, sendo necessária a instalação das fazendas longe do litoral, e esse foi o início da ocupação mais efetiva do sertão colonial, que tinha ainda grandes extensões de terra disponíveis.

A proibição oficial da criação de gado no litoral a partir de dez léguas após a costa veio por meio da Carta Régia de 1701. Mas a ocupação do interior do Nordeste com fazendas de gado já ocorria antes, no final do século XVI, com duas correntes de povoamento partindo de Pernambuco e da Bahia, usando o Rio São Francisco (AMORIM; SILVA; ARAÚJO, 2021, p. 40).

Alguns agentes possuíam especial interesse na fixação de núcleos urbanos no interior do país nesse momento e atuaram diretamente na interiorização da rede urbana ao longo do século XVIII. Além disso, alguns elementos influenciaram significativamente na escolha da localização dessas povoações, como a hidrografia, o relevo, os caminhos de gado e suas fazendas, além dos patrimônios religiosos (SOARES, 2012).

A povoação do sertão tinha uma importância político-administrativa ao **Estado** como forma de reforço da sua política urbanizadora de controle da colônia, além de garantir a segurança da mesma. Economicamente, o Estado ainda tiraria proveito do aumento da arrecadação de tributos que eram cobrados sobre as diversas atividades econômicas que se expandiam em direção ao interior, em especial a pecuária, com a implantação do sistema de sesmarias.

Em relação aos **agentes econômicos**, grupo que abarca comerciantes, proprietários rurais e financistas, se destaca o papel dos proprietários rurais com as fazendas de gado (SOARES, 2012). Além disso, os fazendeiros tiveram contribuição no estabelecimento dos patrimônios religiosos, pois viviam isolados em suas fazendas e acabavam doando parte de suas terras e bens para a construção de capelas, afim de reunir pessoas.

Essas capelas deram origem à várias povoações, uma vez que atraíam devotos e estimulava a construção de casas em seu entorno, além de estimularem os fluxos entre os pontos fixos da rede urbana a partir das movimentações constantes em sua direção em dias de celebrações religiosas. Depois de um tempo, essas povoações passavam a ter poder civil e administrativo e, com a expansão da malha urbana, os proprietários rurais ainda lucravam com a venda de lotes. Ainda relacionado às fazendas de gado, vale citar a ação dos vaqueiros na formação da rede urbana que, a partir dos caminhos que utilizavam para o gado, seus locais de pouso e currais, acabaram dando origem à algumas aglomerações urbanas. Também é importante lembrar das feiras proporcionadas pelos pequenos agricultores que contribuíram para a dinâmica dentro da rede urbana e atraíram pessoas para o seu entorno.

A **Igreja** possuía grande interesse na expansão do catolicismo, portanto era importante a catequização dos índios que habitavam o interior do país. Nesse processo de colonização indígena, as ordens militares que foram enviadas para controle dos índios e “limpeza” do território para a instalação das fazendas de gado, deram origem aos arraiais, e aos militares que participaram das guerras contra índios e que se destacaram, foram concedidas patentes e Datas de Sesmarias ao longo de todo o século XVIII, enquanto os índios que aceitaram pacificamente a colonização, acabaram sendo reunidos nos aldeamentos religiosos. Além disso, a Igreja teve participação na estruturação dos núcleos urbanos (ARRAES, 2012), a partir dos patrimônios religiosos já citados anteriormente, com a instituição das capelas que geraram povoações, e na transformação de povoações em freguesias a partir da ascensão dessas capelas para Igrejas Matrizes, com a Igreja tendo sua participação administrativa na colônia reforçada.

Aos **índios**, verdadeiros donos das terras, apenas sobraram duas opções, o extermínio ou juntar-se aos negros no regime da escravidão (SOARES, 2012), sendo forçados a emprestar sua mão-de-obra para a construção e o funcionamento de várias cidades brasileiras (REIS FILHO, 2000).

Sobre a localização desses núcleos, faz-se necessário abordar a hidrografia do sertão, cujos rios foram essenciais para essa povoação. Visto que a instalação humana em muito depende da água, a localização das fazendas de gado priorizava a

proximidade aos rios, além de serem utilizados como um dos principais meios de comunicação entre os pontos fixos da rede urbana, sendo vias naturais (SOARES, 2012). Assim, muitas das aglomerações urbanas foram sendo pontuadas e espalhadas pelo interior do Brasil ao longo dos cursos d'água e seu destaque na cartografia da época (Figura 16) só reafirma a sua importância. Em termos de Semiárido, no geral, destaca-se o Rio São Francisco, pela sua extensão e grande número de afluentes que guiaram a ocupação de várias capitanias e gerou eixos de entrada no território.

3.1.3. As vilas e cidades do Semiárido brasileiro fundadas no período colonial

Durante o período de interiorização da ocupação do Brasil Colônia, a partir do século XVIII, vários municípios do atual Semiárido brasileiro se originaram, muitos deles a partir dos fatores expostos no tópico anterior. Utilizando os dados do IBGE (GEOFTP, 2022) quanto ao ano de instalação desses municípios, tem-se um total de trinta e uma cidades fundadas no período colonial, entre elas, dezenove se classificam de acordo com o REGIC (IBGE, 2020) como Centros de Zona ou Centros Locais, hierarquias adotadas neste trabalho como referentes ao conceito de cidade pequena. Estes municípios foram destacados no Quadro 1 com a cor marrom.

De acordo com o IBGE, no final do século XVII a região do rio Piancó já era habitada com aldeias Cariris, e ao longo século XVIII surgiram muitas vilas e cidades nessa região. No entanto, a aldeia que deu origem ao atual município de Piancó só seria elevada à categoria de vila, oficialmente, no século XIX, depois do período colonial, pelo decreto de 11/12/1831, conforme será abordado detalhadamente no quarto capítulo deste trabalho, por isso tem-se o destaque da cidade em cor diferente das demais (Quadro 1).

ESTADO	MUNICÍPIO	ANO DE INSTALAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO NO REGIC
PIAUÍ	Campo Maior	1761	Centro Sub-Regional B
	Oeiras	1761	Centro Sub-Regional B
	Parnaíba	1791	Centro Sub-Regional A
	Parnaíba	1761	Centro Local
CEARÁ	Granja	1776	Centro Local
	Icó	1738	Centro de Zona A
	Jardim	1814	Centro Local
	Lavras de Mangabeira	1816	Centro Local
	Viçosa do Ceará	1759	Centro Local
RIO GRANDE DO NORTE	Açu	1788	Centro Sub-Regional B
	Caicó	1788	Centro Sub-Regional B
	Portalegre	1755	Centro Local
PARAÍBA	Areia	1815	Centro Local
	Campina Grande	1788	Capital Regional C
	Pombal	1766	Centro de Zona A
	São João do Cariri	1800	Centro Local
	Sousa	1766	Centro Sub-Regional B
	Piancó	1831	Centro de Zona B
PERNAMBUCO	Garanhuns	1811	Capital Regional C
	Pesqueira	1762	Centro de Zona A
SERGIPE	Propriá	1801	Centro Sub-Regional B
BAHIA	Barra	1752	Centro local
	Caetité	1810	Centro de Zona A
	Cotegipe	1820	Centro Local
	Inhambupe	1728	Centro Local
	Itapicuru	1728	Centro Local
	Jacobina	1722	Centro Sub-Regional B
	Nova Soure	1754	Centro Local
	Paratinga	1745	Centro Local
	Ribeira do Pombal	1758	Centro Sub-Regional B
	Rio de Contas	1723	Centro Local
	Senhor do Bonfim	1797	Centro Sub-Regional A

Quadro 1: Lista de Municípios do Semiárido brasileiro fundados no período colonial e suas respectivas classificações de acordo com o REGIC 2018 do IBGE (2020), com destaque para as cidades de menor hierarquia e a cidade de Piancó-PB.

Fonte: Autoria própria, com base em GEOFTP (2022) | IBGE (2020).

3.2. O crescimento das cidades do Semiárido brasileiro do século XIX ao XXI

Se o início da ocupação mais efetiva do Semiárido brasileiro ocorreu no século XVIII, os séculos seguintes foram períodos de surgimento de novas cidades e de crescimento de núcleos urbanos. Ao longo dos anos, fatores históricos, políticos, socioeconômicos e ambientais, influenciaram na morfologia e no desenvolvimento das cidades brasileiras, no geral. Apesar de serem resumidamente tratados, destacam-se aqui alguns dos fatores que se direcionaram de forma mais direta à região semiárida do Brasil entre os séculos XIX e XXI. Entende-se, portanto, a relevância de abordar determinados acontecimentos que podem ter contribuído para a urbanização dessa área do país, após a independência do Brasil, em 1822. Alguns desses aspectos serão novamente retomados posteriormente durante a presente pesquisa, ao tratar especificamente do crescimento da cidade de Piancó-PB.

3.2.1. O ouro branco do Nordeste

O cultivo do algodão no Brasil foi incentivado ainda no período colonial, em meados do século XVIII (OLIVEIRA, C., 2018). Inicialmente, sua exploração era mais voltada a uma demanda local e servia para a fabricação de panos para as vestimentas dos escravos. Com a revolução industrial na Europa, ainda no século XVIII, sua utilização como cultura de renda se expandiu. A isso somou-se a estagnação econômica da pecuária e seu crescente declínio nos anos seguintes, em razão de longos períodos de seca, além da concorrência com as charqueadas do Sul do país, fazendo com que a carne acabasse sendo trocada pelo algodão e a rapadura (ARRAES, 2012).

O início do apogeu do algodão no Semiárido, se deu na segunda metade do século XIX, principalmente com o cultivo do algodão mocó, que se adaptou muito bem à realidade da região. No século XX, a planta era conhecida como o “ouro branco nordestino” (MATTOS *et al.*, 2020) e, com tamanha importância econômica, o algodão acabou contribuindo para o adensamento e o desenvolvimento de diversas cidades do Semiárido brasileiro em seus anos áureos. Na metade do século XX, por exemplo,

as cidades mais importantes da Paraíba se beneficiavam e/ou comercializavam o algodão, com destaque para Cajazeiras, Sousa, Campina Grande, Patos, Monteiro, Itabaiana e também a cidade de Piancó (SILVA, 2005).

No entanto, ao final da década de 1970, o algodão acabou perdendo espaço no mercado, com a baixa produtividade, os altos custos de transporte e logística, entre outros fatores (MATTOS *et al.*, 2020). Na década seguinte, a praga do Bicudo Algodoeiro agravou a situação, juntamente com a grande seca que ocorreu entre 1979 e 1983, estimulando o êxodo rural na região semiárida. A abertura da economia brasileira para o mercado externo nos anos 1990, com a importação do algodão a preços mais baixos que o nacional, intensificou a sua crise, apagando o brilho do ouro branco nordestino.

A urbanização brasileira no século XX, que em muito contribuiu a política do algodão, passa a se associar de maneira mais evidente, não apenas ao processo de adensamento de seus núcleos urbanos, como também à modernização das suas cidades (SILVA, 2005). O país assistiu às melhorias infraestruturais e aos planos de unificação nacional por meio das redes de transporte e comunicação, fatores que refletiram diretamente na cidade de Piancó, enquanto buscava soluções para suavizar as crises socioeconômicas atreladas ao fenômeno das graves secas que afetavam o Semiárido brasileiro – e o afetam até os dias atuais.

3.2.2. O problema das secas e os planos de açudagem e de construção de rodovias

As crises hídricas sempre existiram no Nordeste brasileiro, em decorrência das suas características climáticas, sendo o Semiárido a região mais impactada pelas frequentes secas (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016). Esse problema de escassez de água afeta não só o abastecimento hídrico da região, como também a produção agrícola, que é uma das suas principais atividades econômicas (MCTI, 2021). O processo de interiorização da ocupação brasileira no período colonial, com a instalação das fazendas de gado e o desmatamento resultante dessa atividade, conforme já citado, acabaram agravando esse problema.

Ao longo da história da região, grandes secas tornaram-se marcantes pela gravidade dos impactos que foram gerados por elas, “a maior de todas, em 1877-79, dizimou metade da população e quase todo o rebanho bovino” (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016, p. 22). Após esse momento, destacaram-se ainda as secas de 1900, 1915, 1919, 1932, 1940-42, 1958, 1979-83, 1987, 1990, 1992-93, 1997-98, 2002-03 e 2010-2015. Todas elas causaram problemas socioeconômicos e ambientais, além de terem contribuído para o aumento da população da zona urbana, sendo os pequenos produtores os primeiros a sofrerem as consequências da escassez de água, tendo muitas vezes que migrar para as cidades em busca de sobrevivência.

Com tudo isso, os longos períodos de escassez de água acabam exigindo respostas governamentais que, por muito tempo, se resumiram a medidas assistencialistas. A grande seca que se iniciou em 1877, impulsionou o debate acerca de soluções para o enfrentamento dos problemas socioeconômicos gerados pela escassez de recursos hídricos. A construção de açudes e a transposição do Rio São Francisco (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016, p. 22), um dos principais rios do Semiárido, foram temas muito discutidos. O início da construção do primeiro grande açude data de 1886, e a prática de construção de reservatórios de água, como uma tentativa de minimizar os efeitos das secas em todo o Nordeste, continua até os dias de hoje.

Outro fator relevante, foi a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909 (FGV, 2022). A fundação do órgão, que se tornou Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1918, e, em 1945, recebeu o nome de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), se propôs a criar estratégias de enfrentamento das crises hídricas no Nordeste e a estudar a região semiárida brasileira.

No âmbito das ações ligadas a essa instituição, destacam-se as obras de açudagem pública e de construção de estradas e portos, que se iniciaram no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), mas foram paralisadas ao final do seu mandato. Com a atuação de José Américo de Almeida no Ministério da Viação e Obras Públicas, entre 1930 e 1934, essas obras foram retomadas e as construções dos açudes passaram a ser de responsabilidade direta do IFOCS (LUCCHESI, 2016).

A construção de reservatórios de água também trazia novas dinâmicas para as suas áreas de implantação, uma vez que as obras exigiam a instalação de infraestruturas, a circulação de operários e engenheiros, além da criação de acampamentos para abrigá-los. Um exemplo disso foi a construção dos açudes Curema (atual Coremas) e Mãe D'Água, na Paraíba, cujas obras começaram na década de 1930 e foram finalizadas na década de 1950 (ANDRADE, 2008), época em que José Américo assumia seu segundo mandato como Ministro da Viação e Obras Públicas, entre 1953 e 1954 (LUCCHESI, 2016).

O processo de execução do complexo, que estimulou o aumento do número de habitantes, a construção de novas casas, o surgimento de ruas e bairros, entre outros aspectos, fez com que o, até então, povoado de Curema, que era parte do Município de Piancó, se desenvolvesse e rapidamente se transformasse em vila. Ainda de acordo com Andrade (2008), a construção dos açudes e do acampamento do DNOCS foi determinante para o desmembramento e a emancipação da cidade, em relação ao município de Piancó, em 1954. Além dos reservatórios, foi construída a Usina Hidroelétrica do Açude Curema, que levou energia para as cidades de Coremas, Pombal e Piancó.

A política de construção de rodovias, foi reforçada pelo nacionalismo do Governo de Getúlio Vargas, que se iniciou em 1930 e se intensificou entre 1937 e 1945, com a instauração do Estado Novo. Vargas pregava assiduamente a integração da economia nacional por meio da ampliação do sistema viário e urbano (REZENDE, 2013). No Nordeste, a isso se somavam as necessidades emergenciais ligadas às grandes secas de 1932 e de 1940-1942, que impulsionaram a migração de muitos nordestinos para São Paulo, além da perseguição ao cangaço. A abertura de estradas cortando a Caatinga facilitava a chegada das tropas e prejudicava a movimentação do bando de Lampião, que foi capturado em 1938 (VILLELA, 1997).

Em Piancó, o primeiro decreto encontrado que cita a construção da rodovia principal do município, ligando-o às cidades de Patos e Itaporanga (atual BR-361), data de 9 de abril de 1937. O decreto em questão, de nº 1.546-A (BRASIL, 1937), autoriza a execução de obras de emergência nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, entre elas o prosseguimento da construção do ramal de Piancó no trecho Patos-Misericórdia (Itaporanga), com 120 km de extensão.

Um outro decreto, o de nº 4964, de 17 de novembro de 1942, abre crédito ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para as despesas com o prosseguimento da construção do trecho Patos-Piancó, no ramal rodoviário do Piancó, a cargo do ainda IFOCS (BRASIL, 1942). Já o decreto nº 15.416, de 28 de abril de 1944, aprova o projeto e o orçamento dos primeiros 27 km da rodovia que liga Patos a Piancó (BRASIL, 1944). Ou seja, apesar da construção da rodovia ter sido autorizada em 1937 (BRASIL, 1937), apenas em 1944 foi feito o seu orçamento (BRASIL, 1944).

Além da importância econômica que a construção de uma rodovia gera, com a integração da cidade em relação aos demais municípios da sua rede urbana, mais adiante será possível observar os impactos da estrada também na morfologia de Piancó. Não foi possível identificar, no entanto, se a BR-361 foi construída em leito natural e apenas pavimentada posteriormente, ou se ela já foi revestida inicialmente com pavimento asfáltico. Sendo a pavimentação um importante fator atrelado à acessibilidade das cidades, capaz de potencializar a atração de investimentos, edificações e assentamentos urbanos, influenciando o crescimento dos municípios.

Atribui-se ainda ao governo Vargas, a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, a fundação da Companhia do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, atual Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (Codevasf). Além disso, houve ainda a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, com o intuito de apoiar a economia da região:

“O Nordeste, então, passa a ser a única região brasileira com um conjunto de instituições federais de desenvolvimento com um recorte nitidamente regional – DNOCS, CHESF, Codevasf e BNB. No entanto, essa rede institucional não alterou de imediato as condições econômicas e sociais do Nordeste no período de sua criação até os anos 1960” (CARVALHO, 2018, p. 26).

A seca de 1958 apenas evidenciou a fragilidade da atuação dessas instituições, contribuindo para a criação de um órgão que planejasse o desenvolvimento da região. Aliado a isso, o governo JK e o seu Plano de Metas, além da participação de movimentos sociais a partir da Constituição de 1946, marcam o contexto da fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O programa da instituição abrigava desde propostas de industrialização regional, até debates acerca da reforma agrária em áreas produtoras de alimentos (CARVALHO, 2018). Sua atuação estabeleceu um período de integração produtiva, que foi de 1960 a 2000, ano de sua extinção, com altas taxas de crescimento, o avanço da industrialização e a

transferência de capital estatal para projetos de infraestrutura, além de investimentos privados.

A industrialização foi ainda incentivada na Paraíba, no âmbito da ditadura militar brasileira, entre 1965 e 1984. A atuação da SUDENE na expansão do setor (TARGINO; CARVALHO; FARIAS, 2019), se intensificou por meio da criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN). Nesse momento, o setor agropecuário pouco cresceu, enquanto o algodão entrava em crise e a seca de 1979-1983 castigava o Semiárido brasileiro (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016). Isso teve impactos no processo de urbanização das cidades, estimulando novamente a saída de produtores do campo em direção aos centros urbanos.

O problema das secas permanece nas pautas de debate acerca do desenvolvimento da região semiárida brasileira até os dias atuais. Recentemente, no âmbito das obras de combate à escassez hídrica, destaca-se a execução do projeto de integração do Rio São Francisco, tópico que já era debatido há muito tempo, conforme já citado. De acordo com o *site* do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDE, 2021), o projeto contempla 390 municípios e vai levar água para 12 milhões de pessoas nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

As obras se dividem em dois eixos, que devem levar as águas do “Velho Chico”, do interior de Pernambuco, para o abastecimento de reservatórios e ramais dos estados contemplados. Todas as estruturas necessárias para a passagem de água no Eixo Leste, com 217 km de extensão, já estão concluídas, faltando apenas a execução de serviços complementares. As águas desse ramal saem de Floresta/PE, e chegam até o leito do Rio Paraíba, em Monteiro/PB, atendendo a 168 cidades nos dois estados.

Já o Eixo Norte, possui 260 km, e também apresenta todas as estruturas para o caminho das águas concluídas, restando os serviços complementares a serem feitos (BRASIL, 2022). As águas desse trecho chegaram à Barragem Engenheiro Avidos, na cidade de Cajazeiras, em 2022 (G1 PARAÍBA, 2022). Essas águas desaguam no rio Piranhas-Açu e, conseqüentemente, chegarão ao rio Piancó, pois fazem parte da mesma Bacia Hidrográfica.

3.3. Caracterização do atual Semiárido brasileiro

Região de grande diversidade paisagística, a delimitação do Semiárido brasileiro (SAB) passou por revisões ao longo do tempo. Atualmente, sua área corresponde a cerca de 12% de todo o território nacional, de acordo com a plataforma *online* do Instituto Nacional do Semiárido, o INSA (MCTI, 2021). Ao todo, são 1.262 municípios espalhados pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o norte de Minas Gerais (Figura 17).



Figura 17: Delimitação mais recente do Semiárido brasileiro.

Fonte: Autoria própria, com base em IBGE (2021b).

Nessa porção do país, vivem aproximadamente 28 milhões de pessoas, com 62% dessa população vivendo na zona urbana e 38% na zona rural (MCTI, 2021). Os critérios técnicos e científicos de delimitação do Semiárido brasileiro são de responsabilidade do Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e são baseados nas condições climáticas da área.

De acordo com Santos *et. al.* (2017), fatores como a precipitação pluviométrica média anual (igual ou inferior a 800mm), o índice de Aridez de Thornthwaite (igual ou inferior a 0,50) e o percentual diário de déficit hídrico (igual ou superior a 60%, levando em consideração todos os dias do ano), foram essenciais para o estabelecimento do recorte atual, que se encontra previsto nas Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene nº 107, de 27 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), e nº 115, de 23 de novembro de 2017 (BRASIL, 2017b).

Apesar dessas características, a região recebe eventualmente monções torrenciais em curtos períodos de tempo que são responsáveis pela alimentação dos seus rios intermitentes, e é por isso que o Semiárido brasileiro consegue ser um dos mais

habitáveis do mundo e, pelo mesmo motivo, essa região possui a necessidade constante de monitoramentos científicos, segundo a plataforma *online* do INSA (MCTI, 2021).

Ao longo das paisagens do Semiárido brasileiro, o que predomina é o bioma da Caatinga, cujo nome significa “mata-branca” no tupi-guarani, assim denominado em função da perda das folhas por boa parte das suas espécies vegetais durante as épocas de seca, deixando em evidência os seus troncos esbranquiçados, como uma forma de resposta e adaptação a esses longos períodos.

Ainda da plataforma *online* do Instituto Nacional do Semiárido (MCTI, 2021), é possível extrair as características econômicas dessa área, que possui um destaque para a agropecuária. Soja, milho, algodão, feijão, mandioca e cana-de-açúcar são os principais produtos agrícolas produzidos no Semiárido brasileiro. Além disso, também há geração de renda por parte da comercialização de produtos de extração vegetal, como a polpa congelada do umbu, que é uma fruta própria da Caatinga; o óleo de pequi utilizado na produção de biodiesel, assim como a venda da sua polpa; a produção de cera, papel, ração e óleo, a partir da carnaúba; entre vários outros produtos. Na pecuária, o rebanho bovino desenvolvido na área do SAB representa aproximadamente 58,1% do rebanho da região Nordeste, apesar das épocas de escassez de forragens que limitam a disponibilidade das pastagens.

Em relação a sua hidrografia, essa região do país apresenta uma certa fragilidade. Com características de semiaridez, como o próprio nome sugere, o Semiárido brasileiro passa constantemente por longos períodos de seca. Suas condições climáticas dificultam uma alimentação constante dos seus rios, sendo o Rio São Francisco, popularmente conhecido como “Velho Chico”, uma das exceções, por se manter perene durante os períodos de ausência de chuvas, e é por isso que ele adquire uma importância muito grande nessa área (SILVA, 2017).

Ocupando cerca de 7,5% do território nacional, a chamada Região Hidrográfica do Rio São Francisco passa por 521 municípios em seis estados brasileiros, ligando a região

Sudeste ao Nordeste do país, sendo eles: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Goiás, além de abranger também o Distrito Federal. A região do Semiárido compõe cerca de 57% da área total da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Figura 18).

A importância do Rio São Francisco refere-se não apenas à atualidade, como também ao período de ocupação do interior do país em sua fase colonial. Isso porque os rios tiveram um papel fundamental na interiorização do Brasil e o Rio São Francisco foi especialmente atuante na formação de diversas cidades (SOARES, 2012). Em se tratando de Piancó, o eixo de ocupação que ocorreu nas margens do seu rio teve, em parte, origem nas águas do Velho Chico.

De acordo com o *site* da Agência Executiva de Gestão das Águas (AESAs, 2022), a conexão do Rio São Francisco com a bacia dos rios Piancó-Piranhas-Açu se dá por meio da Barragem Caiçara, que fica localizada em São José de Piranhas-PB. No processo inicial de ocupação de Piancó, descrito no capítulo a seguir, a importância do Rio São Francisco se deu a partir da sua utilização como um dos eixos de entrada na região.



Figura 18: O Semiárido brasileiro na Bacia do Rio São Francisco.

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)/ Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF)/ Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)/ Organização dos Estados Americanos (OEA), 2013.

04

DO SÉCULO XVIII À SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: O INÍCIO DE PIANCÓ-PB E A TRAJETÓRIA DAS SUAS CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

O presente capítulo se propõe a fazer uma caracterização do objeto de estudo, a cidade paraibana de Piancó (Figura 19), traçando a trajetória que compreende desde a sua formação até a construção de prédios importantes, entre os séculos XVIII e a segunda metade do século XX. Buscando entender a cidade por meio da sua produção arquitetônica e morfologia, tentando fazer um paralelo entre a construção desses prédios e sua relação com o momento histórico do país – uma correlação entre a história local e o contexto macro, de inserção social da cidade em questão.

Além disso, faz-se a articulação entre as características morfológicas e tipológicas dessas edificações com a produção arquitetônica brasileira da época, tentando minimizar as imprecisões que podem haver nas informações relativas aos seus anos de construção, contextualizando a sua produção e apontando soluções que possivelmente foram empregadas, sendo comuns à época.

Localizada na Região Geográfica Intermediária de Patos e instalada na Região Geográfica Imediata de Itaporanga (IBGE, 2017), Piancó é um dos 1.262 municípios que compõem o atual Semiárido brasileiro (Figura 19). Possui uma área territorial de 576,986 km² e uma população de 15.465 pessoas, de acordo com o último Censo feito pelo IBGE (2010), com uma estimativa de 16.147 habitantes para o ano de 2021.

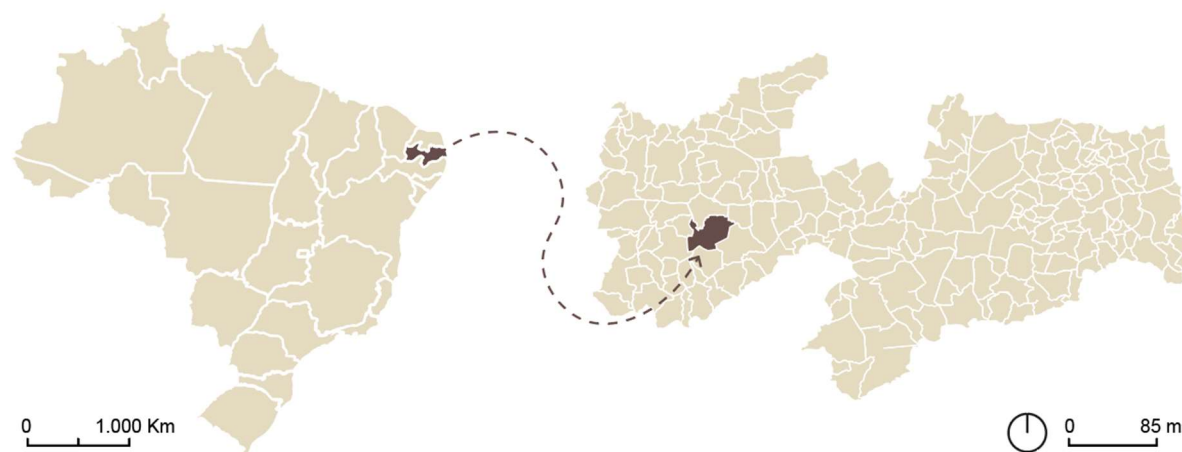


Figura 19: Mapa de inserção da cidade de Piancó-PB.

Fonte: Autoria própria, 2021.

Sua densidade demográfica é de 27,38 hab./km², e na hierarquia estabelecida pelo REGIC (IBGE, 2020), encontra-se na categoria “Centro de Zona B (4B)”, sendo diretamente relacionada à região de influência exercida pela cidade de Patos-PB, Centro Subregional A (3A), conforme já evidenciado em capítulo anterior. Piancó faz limite com a cidade de Santana dos Garrotes (sul), Itaporanga (sudoeste), Igaracy (oeste), Coremas (norte) e Olho d’Água e Emas (leste). A cidade dista cerca de 390 km da capital do estado, João Pessoa, segundo informação do Google Maps (GOOGLE MAPS, 2022).

Em termos econômicos, a agropecuária e o comércio são a base do lugar (IBGE, 1960). Já em relação ao seu clima, tem-se uma região semiárida quente e seca, com altas temperaturas durante o dia que variam entre 23 a 30°C ao longo do ano e chuvas escassas e irregulares, com médias anuais de 751,1 mm/ano. A vegetação de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, compõe a paisagem polvilhada por cactáceas, arbustos e árvores de pequeno a médio porte (Figura 20), localizada em uma região de relevo não muito acidentado, com altitude média em torno de 295 m, de acordo com mapa disponível na plataforma *online* Topographic-map (TOPOGRAPHIC-MAP, 2022). O principal corpo d’água que banha o município é o Rio Piancó, que faz parte da bacia hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu, a maior da Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental, com uma área de drenagem total de 43.683 km² dividida entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte (ANA, 2016).



Figura 20: Imagem da cidade de Piancó-PB, com destaque para a Igreja Matriz de Santo Antônio e, ao fundo, a paisagem natural do município.

Fonte: Destino Paraíba (2022).

4.1. Século XVIII – o período colonial e a formação da cidade, de Aldeia de São José do Panati à Piancó

A história da povoação da cidade de Piancó, uma das mais antigas do Nordeste do Brasil, reforça o papel de elementos já mencionados anteriormente e que tiveram uma atuação importante na ocupação do interior do país: os interesses políticos e econômicos da Corte portuguesa que estimularam o desenvolvimento da pecuária e a instalação das fazendas de gado; os bandeirantes e seus embates com os índios; a Igreja com a construção de suas capelas; e os cursos d'água como guia para os caminhos que foram percorridos no processo de interiorização do Brasil, aqui se destacando o Rio São Francisco e o Rio Piancó.

Nos documentos referentes à Capitania da Paraíba no século XVIII, a área onde a cidade se localiza por vezes é chamada de Sertão de Piancó, ou é ainda identificada como Sertão de Piranhas e Piancó (Figura 21), levando o nome dos rios que delimitam essa porção geográfica (SOARES, 2012). O desbravamento da Região do Piancó data do final do século XVII e início do século XVIII, por bandeirantes paulistas e baianos, vindos do Rio São Francisco e do Piauí, para enfrentar os índios Cariris que ali estavam. Nas primeiras décadas do século XVIII os indígenas foram vencidos e escravizados e, com isso, foram estabelecidas várias aldeias na região, que posteriormente se tornaram vilas e cidades. De acordo com o IBGE-Cidades (IBGE, 2021a), foram formadas nove aldeias Cariris, uma delas a de São José do Panati, atual cidade de Piancó.



Figura 21: Delimitação dos sertões que formavam a Capitania da Paraíba.

Fonte: Soares (2012), modificado pela autora.

Em 1680, já havia colonização branca onde atualmente se localiza o município piancoense, quando o famoso bandeirante Domingos Jorge Velho por lá chegou e lutou contra os índios da Tribo dos Coremas, sendo vitorioso. O líder da tribo era o

Cacique Piancó, em sua homenagem, seu nome foi utilizado para batizar o rio que banha o local, a primeira fazenda de gado que ali se instalou, e, por fim, a cidade de Piancó (IBGE, 1960). Com o desaparecimento dos bandeirantes, no início do século XVIII, os índios novamente tomaram de conta do lugar, fazendo com que moradores da região pedissem proteção ao Governador Geral da Província da Parahyba por meio de uma carta (PIANCÓ, 2022b). Com isso, o Governo enviou Manuel de Araújo Carvalho, Capitão-Mor, para reestabelecer o controle da área e, após quatro anos de embate com os indígenas, foi estabelecida a paz na região. O Capitão resolveu então se fixar na área, sendo o responsável pela construção das primeiras fazendas de gado às margens do Rio Piancó, e pela construção das primeiras casas, e a ele é atribuída a fundação da região.

A cidade seguia os padrões de implantação colonial estabelecidos em todo o país, com lotes estreitos mais ou menos uniformes e compridos. As ruas não possuíam calçamento, tampouco calçadas e eram definidas espacialmente pelo alinhamento dos prédios. Pelos recursos disponíveis à época, o traçado era pouco rígido, marcado ainda pela ausência de vegetação nas ruas (REIS FILHO, 2000). Essas características foram adotadas nas cidades brasileiras por muitos anos, em alguns casos, até o início do século XX, tornando lentas as transformações no campo da arquitetura. Remanescentes desse tipo de implantação na cidade de Piancó podem ser notados nas análises que serão feitas ainda neste capítulo, por meio de fotografias antigas.

Em termos arquitetônicos, havia uma padronização formal das casas em todo o Brasil, para que suas vilas se assemelhassem às cidades portuguesas, na medida do possível, as casas formavam uma massa construída uniforme, geminadas, normalmente com a mesma altura, para evitar problemas de infiltração em seus telhados em duas águas, que despejavam as águas pluviais nas ruas e no quintal (REIS FILHO, 2000).

Já em 1748, mais precisamente no dia 8 de novembro deste ano, a formação do tecido urbano de Piancó ganha um novo personagem, com a participação da Casa da Torre

da Bahia, na figura do seu governante, o Coronel Francisco Dias D'Ávila. A Casa da Torre era uma instituição representante de uma família patriarcal, com sede no sertão da Bahia (OCTÁVIO, 1994) que foi muito atuante na ocupação do Nordeste brasileiro, os Ávila, poderosos criadores de gado e conquistadores de território:

“A Casa da Torre constitui, porém, um caso único e extraordinariamente significativo na história do Brasil, dado que sucessivas gerações da mesma família, ao longo de dois séculos, desbravaram os sertões do Nordeste, como se missão cumprissem, distendendo mais e mais as terras que seus antepassados conquistaram, e mantendo sobre elas, até meados do século XIX, um domínio com características evidentemente similares às de um feudo da Idade Média” (BANDEIRA, 2015, p. 18).

Esta instituição solicitou várias e imensas sesmarias, e, durante três séculos de dominação econômica, política e militar, acumularam cerca de 300.000 km² de território (BANDEIRA, 2015, p. 20). Tornou-se cada vez mais difícil à época ocupar toda essa área, e a família passou a arrendar suas terras, a fim de mantê-las produtivas e em sua posse, já que um dos pré-requisitos para o domínio efetivo das sesmarias era garantir sua utilização. Sendo detentores de propriedades no vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe (OCTÁVIO, 1994, p. 69), a Casa da Torre, através do Coronel Francisco Dias D'Ávila e sua esposa Catarina Francisca Correia de Aragão, doou um de seus terrenos para a construção da Capela de Santo Antônio, na Fazenda de mesmo nome, às margens do Rio Piancó, no ano de 1748. A escritura de doação foi lavrada no Livro de Notas nº 10 do Cartório do 1º Ofício de Pombal, com a chancela do Sargento-Mor João de Miranda Henriques e Pedro Alves de Araújo, filho de Manuel de Araújo Carvalho. Através do mapa da Vila de Piancó, feito pelo 2º tenente Francisco Pereira da Silva em 1848 (Figura 22). É possível perceber o começo da formação da cidade às margens do rio e a provável localização da Capela de Santo Antônio, que contribuiu para a ocupação do lugar.



Figura 22: Planta da Villa do Piancó na Parahyba, 1848, por Francisco Pereira da Silva.

Fonte: Arraes (2012), modificado pela autora.

Como o mapa da Figura 22 foi feito a partir da percepção de Francisco Pereira da Silva do lugar, ele muito provavelmente possui deformações em sua representação gráfica, mas ainda assim é possível compará-lo com a carta topográfica da cidade, de 1965, disponível no *site* do Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022). A carta topográfica em questão trata do primeiro registro gráfico da área – ou o mais antigo localizado – e por isso foi utilizada como referência para contextualizar espacialmente as primeiras edificações do núcleo ao longo deste capítulo. Foi feita uma sobreposição da mancha urbana de Piancó nesse ano, com a malha viária atual da cidade, utilizando como ponto de referência a BR-361 e o Rio Piancó. Com isso, foi possível localizar a área de instalação da Capela (Figura 23) e observar sua proximidade em relação ao Rio Piancó, tal qual ocorre na Planta da Villa do Piancó, feita pelo tenente (Figura 22).

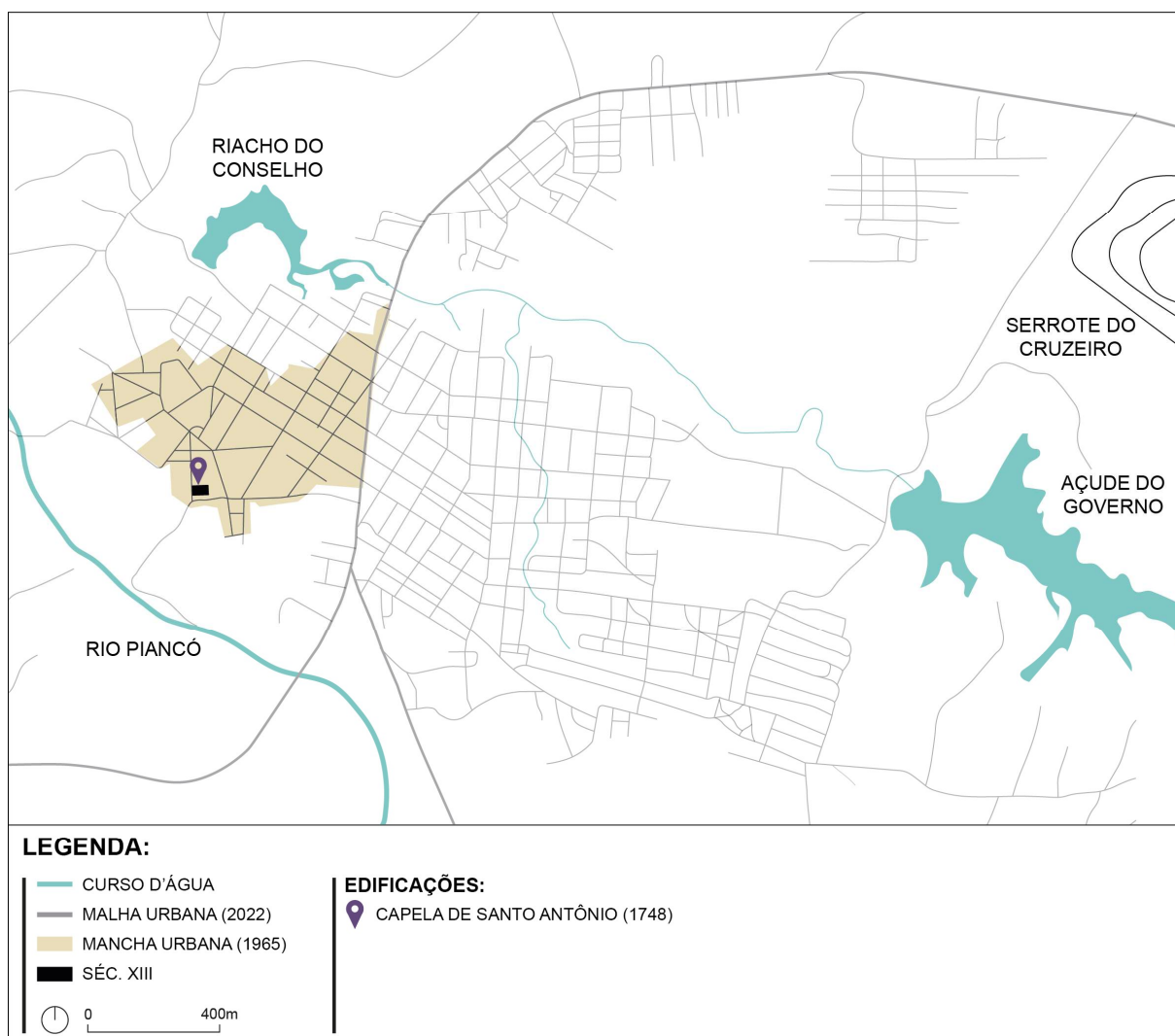


Figura 23: Localização da capela de Santo Antônio.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Em sua trajetória administrativa de vila à cidade, descrita pela plataforma *online* IBGE-Cidades (IBGE, 2021a), a fundação da Vila Amélia de Piencó foi oficializada por meio do Decreto de 11 de dezembro de 1831 e instalada em 02 de maio de 1832. Segundo a divisão administrativa de 1911, a Vila era composta por oito distritos: Piencó, Água Branca, Boqueirão dos Cochos, Jucá (atual Catingueira), São Francisco do Aguiar (atual Aguiar), Curema (atual Coremas), Santana dos Garrotes e Ôlho d'Água. Em 27 de junho de 1833, seu nome mudou para Vila Constitucional de Santo Antônio de Piencó e, em 21 de novembro de 1933, foi elevada à condição de cidade e sede municipal com o Decreto nº 443/33, tornando-se oficialmente nomeada de Piencó.

Pelo decreto nº 520 de 31 de dezembro de 1943, foram anexados ainda ao município, os distritos de Andreza (atual Nova Olinda) e Itajubatiba. Ao todo, no território de Piancó foram criados 10 municípios. Ao longo do século XX, os distritos que eram anexados ao seu território foram sendo desmembrados e emancipados. Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1963, o município encontra-se constituído apenas do seu distrito sede (IBGE, 2021a).

A apresentação do contexto histórico de formação do núcleo deu-se por base de documentos com enfoque na dimensão administrativa, que podem ser analisados, também, por meio das realizações arquitetônicas que demandam, ou da sua expressão espacial. Destacando-se o papel da Capela de Santo Antônio como um elemento atrativo de ocupações no seu entorno, torna-se importante ressaltar esse papel da arquitetura na construção urbana. Sendo a forma da cidade influenciada diretamente pelo modo como a sua arquitetura se organiza e se articula, o que também é resultado das práticas sociais, é possível fazer uma caracterização do espaço urbano por meio da arquitetura do lugar:

“[...] a construção do espaço físico passa necessariamente pela arquitectura [7]. Então, a noção de <<forma urbana>> corresponderia ao meio urbano como arquitectura, ou seja, um conjunto de objectos arquitectónicos ligados entre si por relações espaciais” (LAMAS, 2004, p. 41).

Entendida como um palimpsesto, como dito antes, a evolução histórica da cidade é passível de ser entendida pelos seus remanescentes históricos. Nesse sentido, buscou-se localizar e datar as construções mais representativas. Sendo assim, além da Capela, foram identificados também os anos de construção de alguns prédios de destaque no município, até a segunda metade do século XX, bem como os acontecimentos políticos, sociais ou econômicos, que ocorreram no período, que podem se relacionar com o surgimento dessas edificações. Utilizando a arquitetura como uma forma de entender os estratos históricos que formaram a cidade.

Torna-se importante citar que trabalhos desse tipo exigem a busca por uma grande quantidade de fontes primárias, com uma leitura das cidades para além da cartografia, por meio de fotografias, discursos de governo, legislações, matérias de jornal, memórias da população, entre outros. Isso porque é muito comum encontrar dados

históricos equivocados ao longo do processo de pesquisa, e o cruzamento de mais de uma fonte permite que essas imprecisões sejam, ao menos, minimizadas. Considerando que essa busca leva um tempo considerável para ser realizada, levando-se em consideração a limitação das fontes disponíveis e a não realização de prospecções na tectônica dos edifícios, os tópicos a seguir trazem apenas uma abordagem do que foi possível encontrar no âmbito da construção do presente trabalho, abrindo a possibilidade de seu aprofundamento em estudos posteriores.

4.2. Século XIX – as epidemias, o declínio econômico nordestino e o início da República Oligárquica

A Capela de Santo Antônio já existia no século XVIII, conforme foi abordado no tópico anterior. De acordo com o *site* oficial da Prefeitura Municipal de Piancó (PIANCÓ, 2022b), nos primeiros anos do século XIX, mais precisamente em 1814, ela deu lugar à Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Figura 24), que permanece na cidade até os dias atuais e é popularmente conhecida como “Igreja Velha”.

A edificação apresenta traços característicos do começo do século XIX (Figura 24), com elementos neoclássicos, estilo difundido no Brasil como resultado da Missão Cultural Francesa e da fundação da Academia de Belas-Artes (REIS FILHO, 2000). É possível perceber, na Igreja, uma simplicidade nas formas e uma clareza construtiva. As linhas básicas que compõem a fachada são marcadas por pilastras e há uma simetria na parte central da edificação, que possui ainda uma espécie de frontão. Janelas e portas são arrematadas por arcos ogivais, e as janelas possuem grades em sua composição. A associação ao estilo citado é passível por termos um núcleo de origem portuguesa, cuja formação, como apresentado antes, tem forte ligação com a Coroa e com outras grandes centralidades. Sendo também comum a cópia de estilos ou composições arquitetônicas com as correntes em voga na época.



Figura 24: Imagem atual da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Em termos urbanísticos, a implantação da Igreja seguia as tradições coloniais do século XVIII, com a presença de um grande largo em frente a esse edifício religioso, que contribuía para a sua visualização e imponência, além de servir para a realização de atividades religiosas, sendo uma expansão do espaço da Igreja, como no caso de festas do padroeiro da cidade (Figuras 25 e 26).

As descrições visuais da paisagem urbana do século XIX, apontadas por Reis Filho (2000), podem se associar a alguns elementos da Figura 25, dada a presença das platibandas nas casas em frente à Igreja, além da presença de árvores na rua,

características que surgiram nas cidades brasileiras nesse período. Esse elemento só começou a ultrapassar os muros das casas a partir do século XIX. As ruas e espaços públicos no período colonial, geralmente não possuíam vegetação (ARAGÃO, 2017), e as árvores se concentravam apenas nos espaços privados, correspondentes aos fundos dos lotes estreitos e compridos que formavam os núcleos urbanos (REIS FILHO, 2000).

Ainda de acordo com Reis Filho (2000), é também da segunda metade do século XIX a ruptura com os padrões de implantação das edificações no lote, em decorrência dos discursos higienistas que repercutiram no país com intensidade nesse período, conforme será dito em momento posterior deste tópico. O desprendimento das casas em relação ao lote teve início a partir da sua face lateral, tipo de implantação referente à casa indicada na fotografia (Figura 25).

O quadro descrito por Reis Filho (2000) aborda o Brasil de uma forma geral, com descrições que mais se familiarizam às alterações das cidades litorâneas brasileiras, que possuíam uma maior aproximação com a Europa. O próprio autor ressalta que as transformações no plano arquitetônico e urbanístico chegavam de forma mais lenta no interior (REIS FILHO, 2000). Portanto, as análises das fotografias antigas da cidade exigem cautela. Nesse caso, também será utilizado como base, o trabalho de Queiroz (2008), correspondente ao município de Campina Grande-PB, que pode ter uma realidade mais próxima à de Piencó.

De acordo com Queiroz (2008), até a década de 1930, eram poucas as edificações em Campina Grande que já adotavam os recuos em sua implantação no lote. Como modificações no campo urbanístico são mais lentas, a estrutura colonial de construção de cidades, com seus lotes estreitos e compridos, limitava certas transformações no campo arquitetônico, dada a interdependência entre esses elementos (REIS FILHO, 2000). Portanto, apesar do presente tópico tratar do século XIX, há a possibilidade de que, entre as residências presentes na imagem, a residência à direita da foto (Figura 25) apenas tenha sido construída no século XX, fato que não deve passar despercebido.

Ao longo das análises, também foi possível questionar se a arborização pública de Piancó também seguiu o padrão temporal descrito por Reis Filho (2000), e algumas imagens deram pistas de que esse elemento apenas fez parte da paisagem da cidade a partir do século XX, conforme será explicitado em momento posterior do trabalho, o que se relaciona com o lento processo de desenvolvimento dos núcleos urbanos interioranos. Portanto, a pesquisa considerará que as implantações de recuos em Piancó, assim como a presença de árvores nas ruas, remetem às imagens da cidade no século XX.



Figura 25: Imagem do entorno da Igreja Velha, tirada provavelmente no século XX, mas com características que remetem ao século XIX.

Fonte: Página do “Museu Histórico de Piancó” (FACEBOOK, 2022).

Nota-se na Figura 26 essa mesma casa, cuja fachada possui um refinamento estético mais aguçado em sua platibanda, reforçando a ideia de que sua construção foi em um momento onde as técnicas já eram mais qualificadas, no início do século XX, assim como a presença da árvore da foto indica que ela é do século em questão. Percebe-se, ainda, a presença de mais residências nessa área da cidade, com os mesmos padrões coloniais de implantação no lote e o uso de platibandas, que podem ser do final do século XIX (Figura 26), o que justifica a sua presença neste momento do capítulo. A imagem reforça a utilização do largo da Igreja para celebrações religiosas em homenagem ao padroeiro de Piancó, Santo Antônio.

Cabe destacar que análises acerca das características das fachadas não garantem por si só a exatidão da data da sua construção, já que as edificações podem ter sido reformadas, por exemplo. São necessárias pesquisas mais minuciosas, com a associação de mais elementos documentais e com o estudo, inclusive, das plantas das residências, além de prospecções quanto aos materiais e técnicas empregados. Portanto, ao longo deste capítulo, foi apontada uma ordenação histórica hipotética, por aproximação de fatos, também relacionando a abordagem teórica da morfologia, que indica que as necessidades sociais são expressas espacialmente.



Figura 26: Imagem do entorno da Igreja Velha, tirada provavelmente no início do século XX, mas com elementos do século XIX.

Fonte: Página do Instagram “Piancó em imagens” (INSTAGRAM, 2022).

Também se considerou ao longo deste capítulo, à época contextualizada, alguns elementos que significavam “polos de crescimento” e “eixos de crescimento”, de acordo com a definição de Panerai (2006). No caso da Igreja, núcleo inicial de formação da cidade, observa-se que a construção dessas casas apontadas até aqui, se deu em seu entorno imediato, cuja implantação pode ser relacionada à atratividade oferecida pelas atividades religiosas, caracterizando o conjunto dessas edificações como um polo de crescimento. No mapa a seguir (Figura 27), dando continuidade à

identificação das localizações citadas, aponta-se a provável posição geográfica dos edifícios em questão, e destaca-se a rua Santo Antônio como um eixo de crescimento.

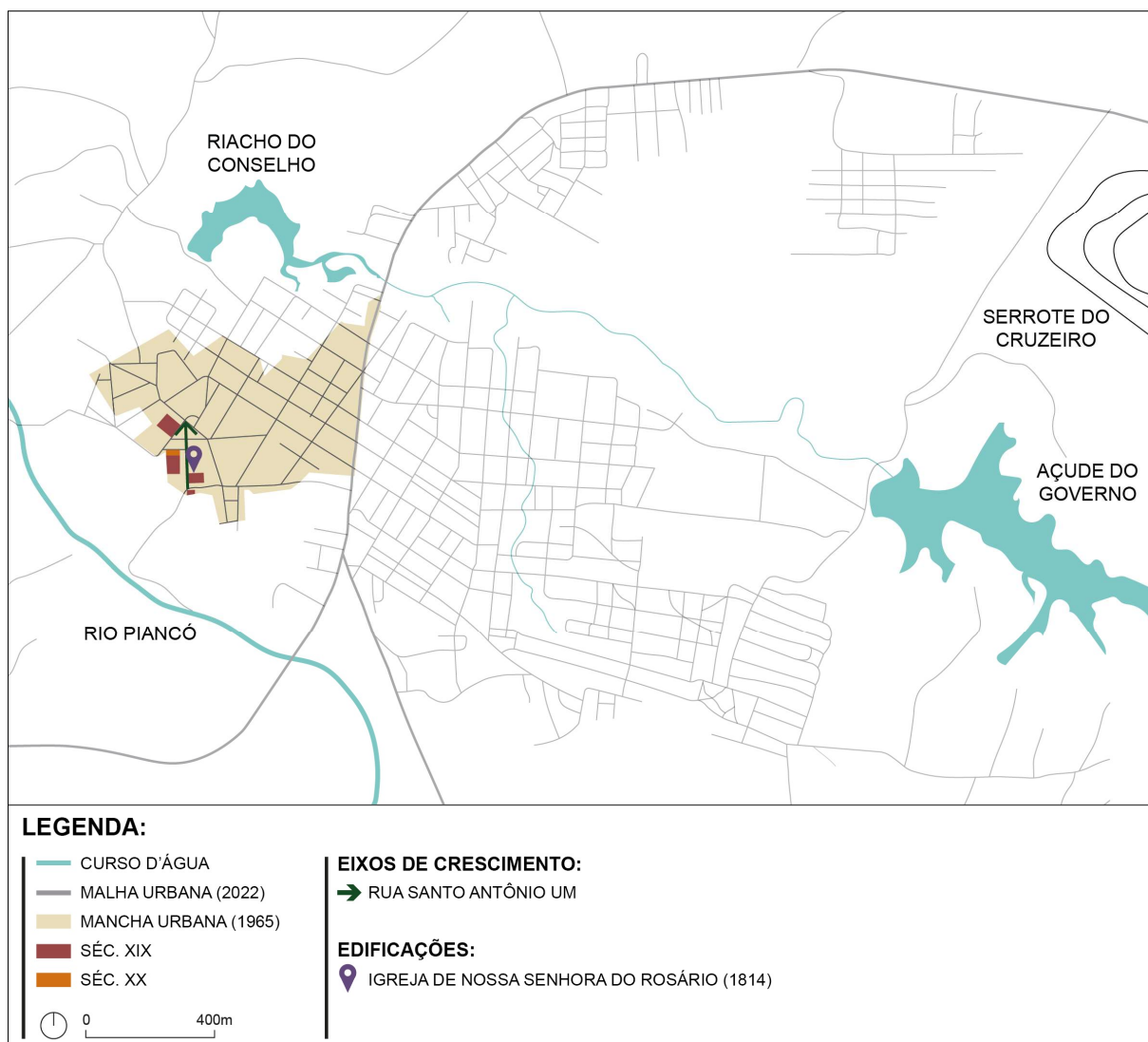


Figura 27: Localização das casas no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Em relação às fotos das Figuras 28 e 29, elementos dos séculos XIX e XX dividem espaço, o que indica a manutenção da paisagem urbana, com modificações apenas de acréscimos. Da imagem correspondente à Rua José Américo (Figura 28), a horizontalidade das casas, com suas platibandas e a falta de recuos, são comuns ao século XIX. Com eles, coexistem as calçadas, os postes de energia elétrica e uma residência com recuo lateral, indicada na foto, representando os avanços urbanos e arquitetônicos do século XX implantados na cidade, data provável do registro. Nota-

se ainda a presença de elementos que se assemelham às proteções para o plantio de árvores no canteiro central da rua, indicando que a foto data do século XX.

Na Figura 29, que exhibe a rua Waldemar Costa Filho, popularmente conhecida como “Rua Velha”, da década de 1920, o sobrado no canto direito, com uma fachada de características ecléticas mais detalhadas, quebra a horizontalidade das casas vizinhas. O emprego do ecletismo no Brasil é do final do século XIX (REIS FILHO, 2000), mas cabe novamente a cautela ao afirmar que esse sobrado, que mistura estilos arquitetônicos, tenha sido construído nessa época em Piencó, sendo mais provável que ele tenha sido erguido no século XX, considerando o ritmo de crescimento local.

Como a imagem é da década de 1920 (Figura 29), há nessa foto a presença de uma pequena praça com coreto, que aparenta ser de ferro. Esse elemento passa a ser utilizado no século XX, ainda no período do ecletismo (BARTHEL, 2022), e sua construção se tornou possível por meio da utilização da mão-de-obra mais qualificada dos imigrantes que chegaram no país, além do início da mecanização da produção de materiais de construção, ambos no século XIX (REIS FILHO, 2000). Essa pequena praça deu lugar, na década de 1950, à praça Mário Leite (LACERDA, 2004), conforme ainda será citado, no tópico 4.3.

A presença dos automóveis na Figura 29 também se associa à data do registro, visto que o primeiro carro a chegar no Brasil, data de 1891, de propriedade de Santos Dumont, mas a sua popularização só ocorreria no século XX, tornando-se uma das principais marcas dos avanços dessa época (MELO, 2008). Chama a atenção a falta de árvores na imagem da Figura 29, o que levou à hipótese de que o processo de arborização urbana da cidade ocorreu de forma lenta, já no século XX, quando comparado ao das principais cidades do Brasil. A foto da Figura 46, dessa mesma rua na década de 1930, já com árvores no passeio público, reforçou essa ideia.

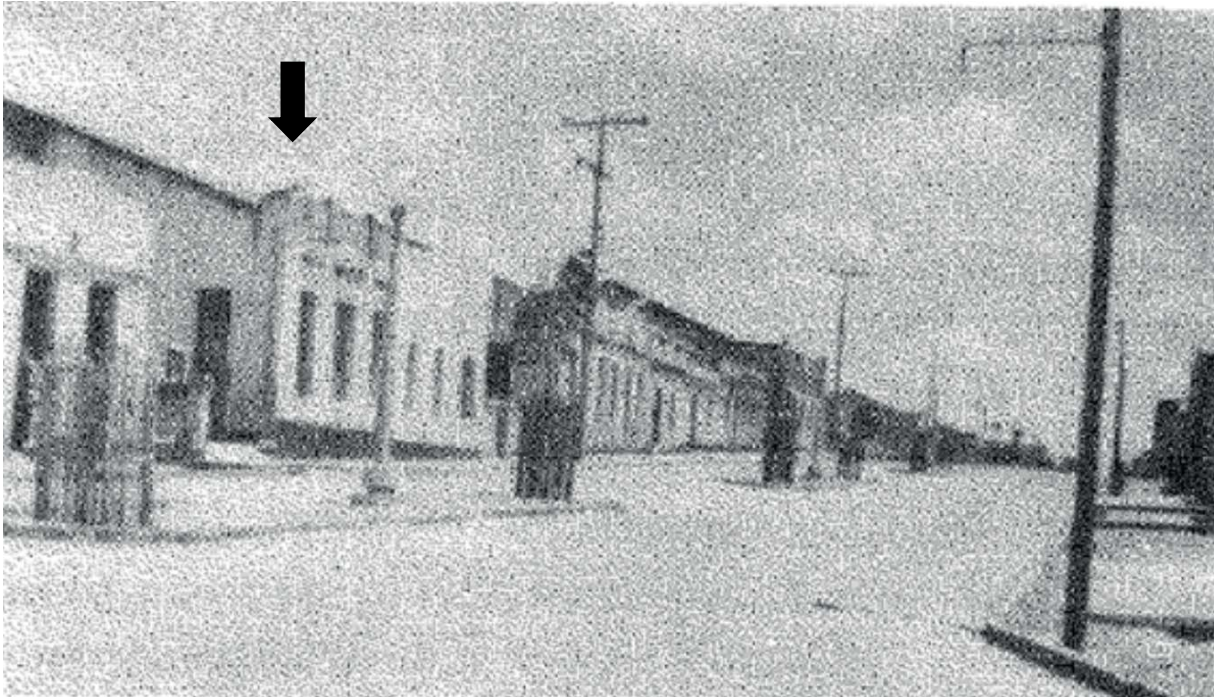


Figura 28: Imagem da Rua José Américo, provavelmente tirada no século XX.
Fonte: IBGE, 1960, p. 330.



Figura 29: Imagem da “Rua Velha” na década de 1920.
Fonte: Página do Instagram “Piancó em imagens” (INSTAGRAM, 2022).

Na Figura 30 a seguir, são indicados os possíveis locais de implantação dos elementos citados nas Figuras 28 e 29. É possível perceber o adensamento das áreas do polo de crescimento formado pela “Igreja Velha” e as edificações do seu entorno,

além de alguns eixos de ruas que parecem guiar a mancha urbana de Piancó. Nesse momento de análise, destacam-se as ruas Santo Antônio Um, popularmente conhecida como “rua da Igreja”, Waldemar Costa Filho e José Américo, que direcionam a expansão da mancha urbana da cidade.

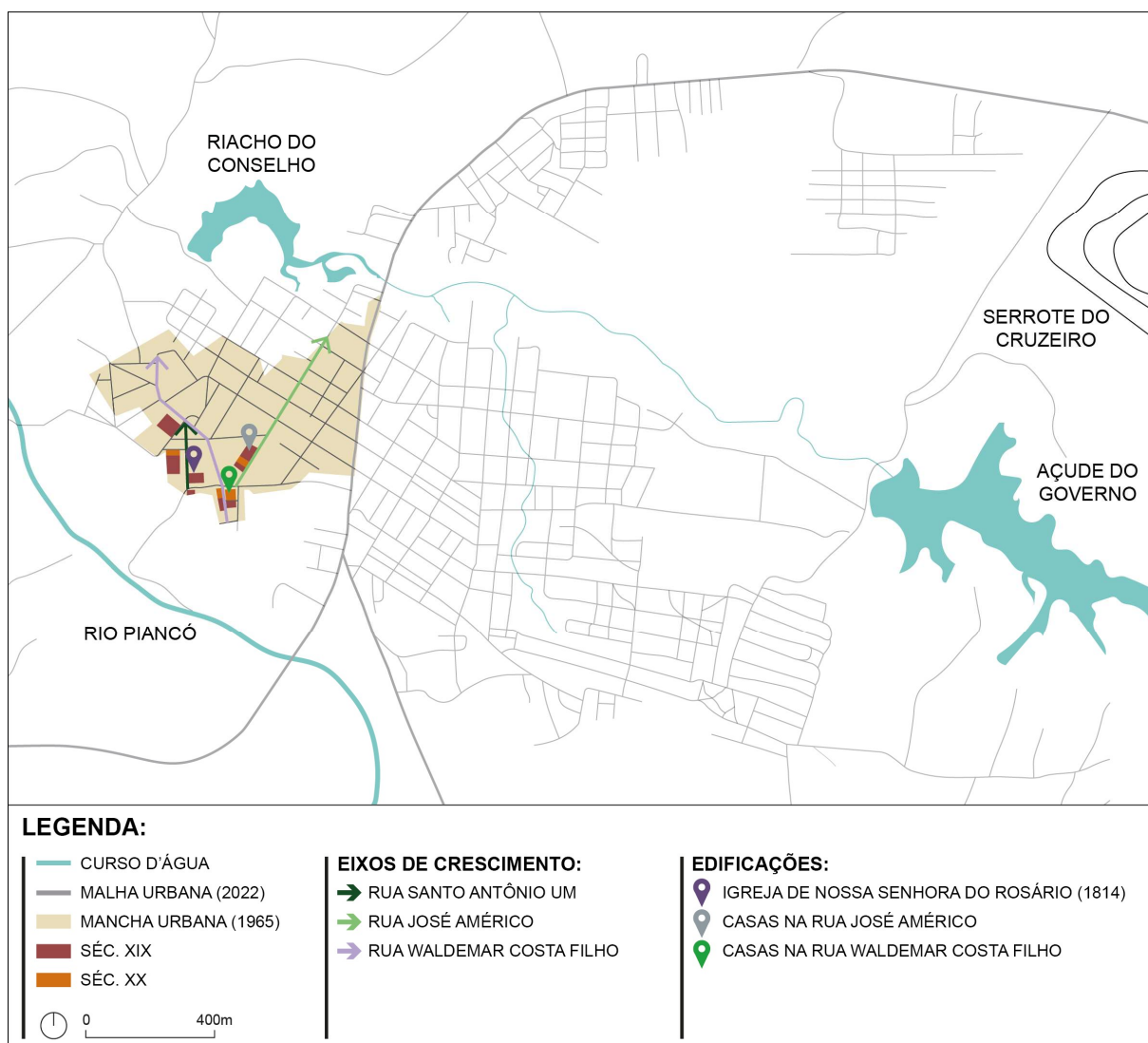


Figura 30: Localização das casas no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Já a segunda metade do século XIX foi grifada na história da Paraíba pelas epidemias que se espalharam em seu território. A febre amarela, a disenteria, o sarampo e a cólera-morbus foram responsáveis pela morte de um número considerável de pessoas. Essas epidemias foram “[...] enfrentadas por sacerdotes como José Antônio Pereira Ibiapina que espalhou, pelo interior, capelas, templos maiores, hospitais,

casas de caridade, açudes e cemitérios” (OCTÁVIO, 1994, p. 114). Segundo Palhano (2011), seguindo essa mesma ideologia, o missionário Frei Serafim construiu e inaugurou, em sua passagem por Piancó, o cemitério da cidade, em 1855.

A partir da memória coletiva local, sabe-se que o cemitério foi inicialmente alocado em uma região do entorno da Igreja Velha, cuja localização é estimada a seguir (Figura 31). Essa prática de manter os mortos próximos às casas e até mesmo dentro das igrejas, foi muito comum por um longo período da história (REZENDE, 1997). No entanto, com as epidemias do século XIX, intensificaram-se os debates acerca da teoria miasmática, que atrelava o contágio das doenças à inalação do ar gerado pela putrefação da matéria orgânica dos corpos. Passou-se a condenar, entre os médicos, a existência desses cemitérios tão próximos ao meio urbano, e defender a sua transferência para regiões mais periféricas da cidade, em locais mais arejados, arborizados, longe de fontes de água potável e da rota dos ventos principais do lugar (JORGE, 2007).

Em 1855, quando Frei Serafim construiu o cemitério de Piancó, essa discussão já ocorria. Há a possibilidade de que essa construção tenha sido, na verdade, uma transferência do cemitério da região próxima à Igreja, para a porção noroeste da cidade, ao final da rua Waldemar Costa Filho (Figura 31). A implantação desse equipamento consolida a rua como sendo um eixo de crescimento (PANERAI, 2006), conectando o cemitério ao núcleo original de formação da cidade. Sua implantação, afastada das funções principais do tecido urbano, contribuiu para a configuração de uma mancha de crescimento descontínuo, de acordo com a definição de Panerai (2006), que se associa ainda ao conceito de cintura periférica de Conzen (1960).

Sua nova localização atendia, portanto, às recomendações higienistas, estando na periferia da mancha urbana e em oposição aos ventos sudeste que predominam em Piancó (CLIMA TEMPO, 2022). A mancha referente ao edifício, teve seus limites estabelecidos pelas bordas da mancha urbana de 1965, presente no mapa topográfico do Exército (BDGEX, 2022) e utilizada como plano de fundo para o mapa. Ela não

corresponde ao tamanho atual do cemitério da cidade, o que pode indicar que ele foi expandido ao longo dos anos, ou que a mancha urbana, pode não ser tão precisa.

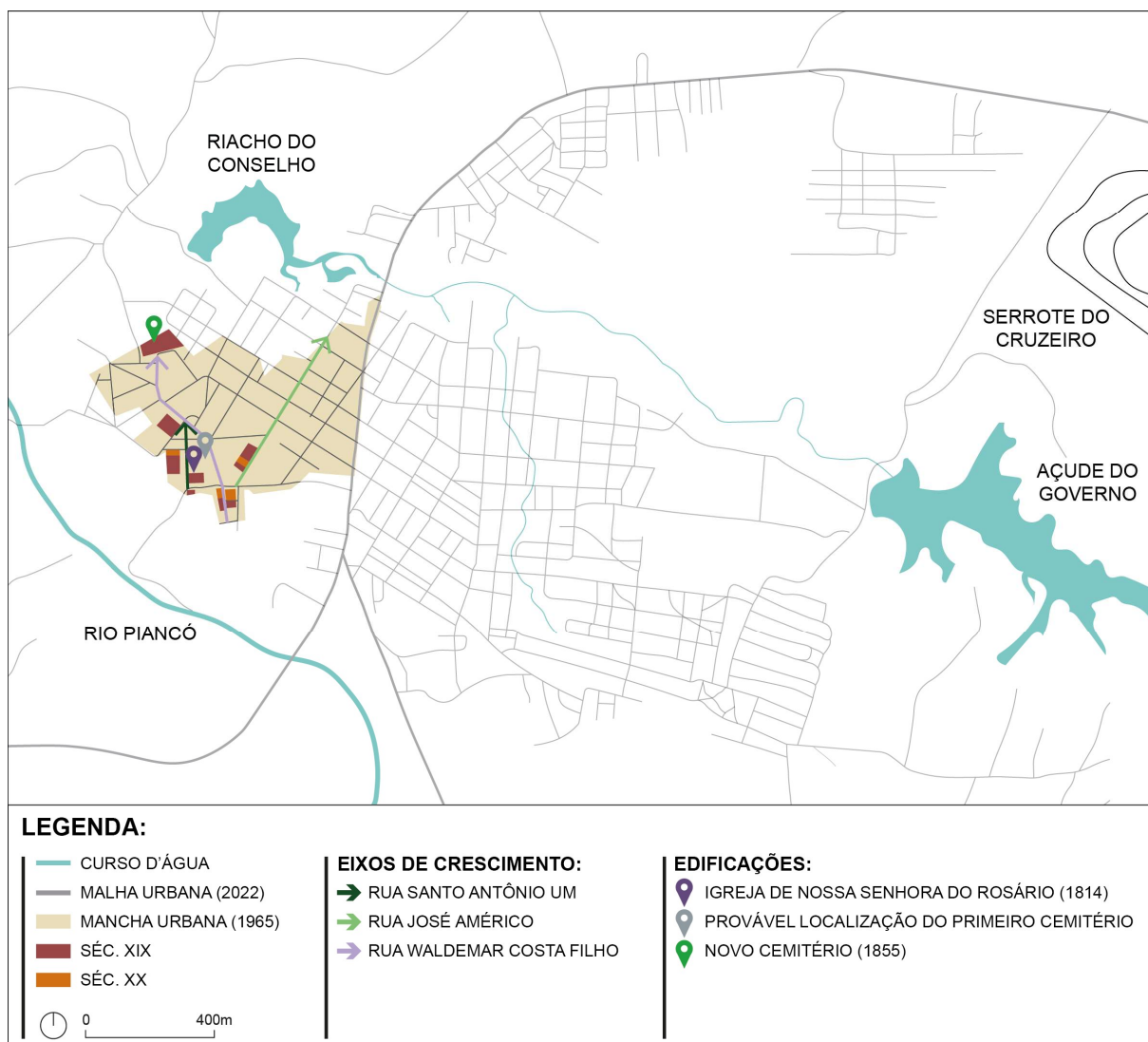


Figura 31: Localização do Cemitério.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Do final do século XIX, é importante destacar ainda a grande seca de 1877-79, que foi responsável pela morte de milhares de pessoas e de grande parte do rebanho bovino da região semiárida brasileira (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016). Com o grande impacto socioeconômico desse fenômeno, além do êxodo rural gerado a partir dele, que pode ter contribuído para o adensamento urbano de Piancó nesse período, abriu-se o caminho para a instalação de infraestruturas emergenciais contra as secas que tiveram reflexos nos municípios da região nos séculos seguintes, inclusive na referida cidade sertaneja, conforme será abordado no tópico 4.3.

Nesse período, houve ainda um maior aperfeiçoamento das técnicas construtivas, a partir da decadência do trabalho escravo, que teve muita contribuição na construção das cidades coloniais brasileiras, com o início da imigração europeia e as transformações socioeconômicas e tecnológicas que ocorreram nessa época (REIS FILHO, 2000).

Politicamente, o século XIX é marcado pela Independência do Brasil, em 1822, e, economicamente, pelo processo de declínio nordestino e a transferência do eixo econômico nacional para o Centro-Sul do país (OCTÁVIO, 1994). Nesse cenário, em 1889, quando houve a Proclamação da República do Brasil, as oligarquias brasileiras acabaram por dominar o cenário de poder em seus municípios, motivo pelo qual a República Velha, que vai de 1889 a 1930, é também chamada de República Oligárquica.

Nesse sentido, destaca-se a atuação da família Leite em Piancó, que dominou politicamente e economicamente a região por muitos anos e teve um papel atuante na construção da cidade, a exemplo do Coronel Tiburtino Leite Ferreira que, durante a sua administração, inaugurou o Conselho Municipal de Piancó e o Teatro Municipal (Figuras 32 e 33), ambos no ano de 1893 (BRASILINO FILHO, 2003). Esses dois equipamentos apresentam um grande potencial de atração de fluxos, podendo ser considerados, junto com as edificações do seu entorno, como polos de crescimento, de acordo com a definição de Panerai (2006).

A implantação do prédio do Conselho Municipal (Figura 32) no lote em que se estabelece, se relaciona com o urbanismo colonial, a partir da ausência de recuos laterais e do seu alinhamento diretamente na rua, algo que ainda era comum até o século XIX (REIS FILHO, 2000). A sua fachada com platibanda e seus traços Ecléticos apurados, podem indicar que sua construção, que ocorreu em 1893, tenha passado por alguma reforma. Apesar do Eclétismo ter se difundido no país na segunda metade do século XIX, seu refinamento estético em cidades do interior é mais recente, do século XX. Campina Grande, por exemplo, possuía poucas amostras de palacetes Ecléticos até a década de 1930 em seu uniforme conjunto urbano (QUEIROZ, 2008),

e esta cidade apresenta uma realidade mais próxima à rede urbana piancoense, pela sua localização.

Em relação ao Teatro Municipal de Piancó (Figuras 33), este se encontrava separado da rede teatral da Paraíba do século XIX, que ocorria nas cidades de Mamanguape, Areia, Alagoa Grande e João Pessoa. O equipamento não surgiu em decorrência da organização de grupos teatrais, mas sim como uma forma de atender às necessidades da população naquela época, por meio da decisão particular do Coronel Tiburtino Leite Ferreira, que era entusiasta do universo teatral. Esse importante equipamento acabou tornando a cidade em um valioso centro cultural que provavelmente atraía pessoas e companhias do seu entorno:

“Neste sentido, há indícios e possibilidades de que seu edifício teatral atraía companhias de uma vasta região sertaneja envolvendo, além da Paraíba seus Estados vizinhos como: Pernambuco, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Dessa forma Piancó tornou-se pólo da cultura no sertão paraibano. Um teatro tão distante para quem vivia no litoral, mas que tão perto, tornou-se ponto de convergência para o povo de uma grande região sertaneja” (PALHANO, 2011, p. 168).

Conforme será tratado no tópico seguinte, o Teatro Municipal foi destruído no âmbito da passagem da Coluna Prestes em Piancó, em 1926. A fachada da edificação que hoje ocupa o seu lugar apresenta traços do Art Déco, estilo que marcou as cidades brasileiras nas décadas de 1930 e 1940 (CORREIA, 2017). A fachada atual (Figura 33) apresenta uma composição de formas geométricas simplificadas, o uso da platibanda escalonada, e a adoção de prismas retangulares como ornamento. Isso indica que, provavelmente, o prédio original do Teatro ruiu e foi reconstruído entre as décadas de 1930 e 1940, mantendo o padrão de ocupação, ou seja, seguindo o alinhamento do prédio anterior.



Figura 32: Imagem atual do antigo Conselho Municipal.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.



Figura 33: Imagem atual do antigo Teatro Municipal.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Observa-se no mapa a seguir (Figura 34) as localizações do Teatro e do Conselho, e a síntese da localização de todas as edificações citadas até aqui. Com isso, tem-se o fortalecimento da hipótese de que o núcleo de formação original da cidade se consolidou nas áreas ao redor da Igreja Velha e tendo como eixo o prolongamento de algumas ruas da malha viária. Portanto, o equipamento e as ocupações do seu entorno podem ser considerados como polo de crescimento (PANERAI, 2006), e as ruas Santo Antônio Um, Wanderlei Costa Filho e José Américo, concentraram em suas margens muitas das edificações nesse primeiro momento de expansão da cidade, se comportando como eixos de crescimento, com base na definição de Panerai (2006).

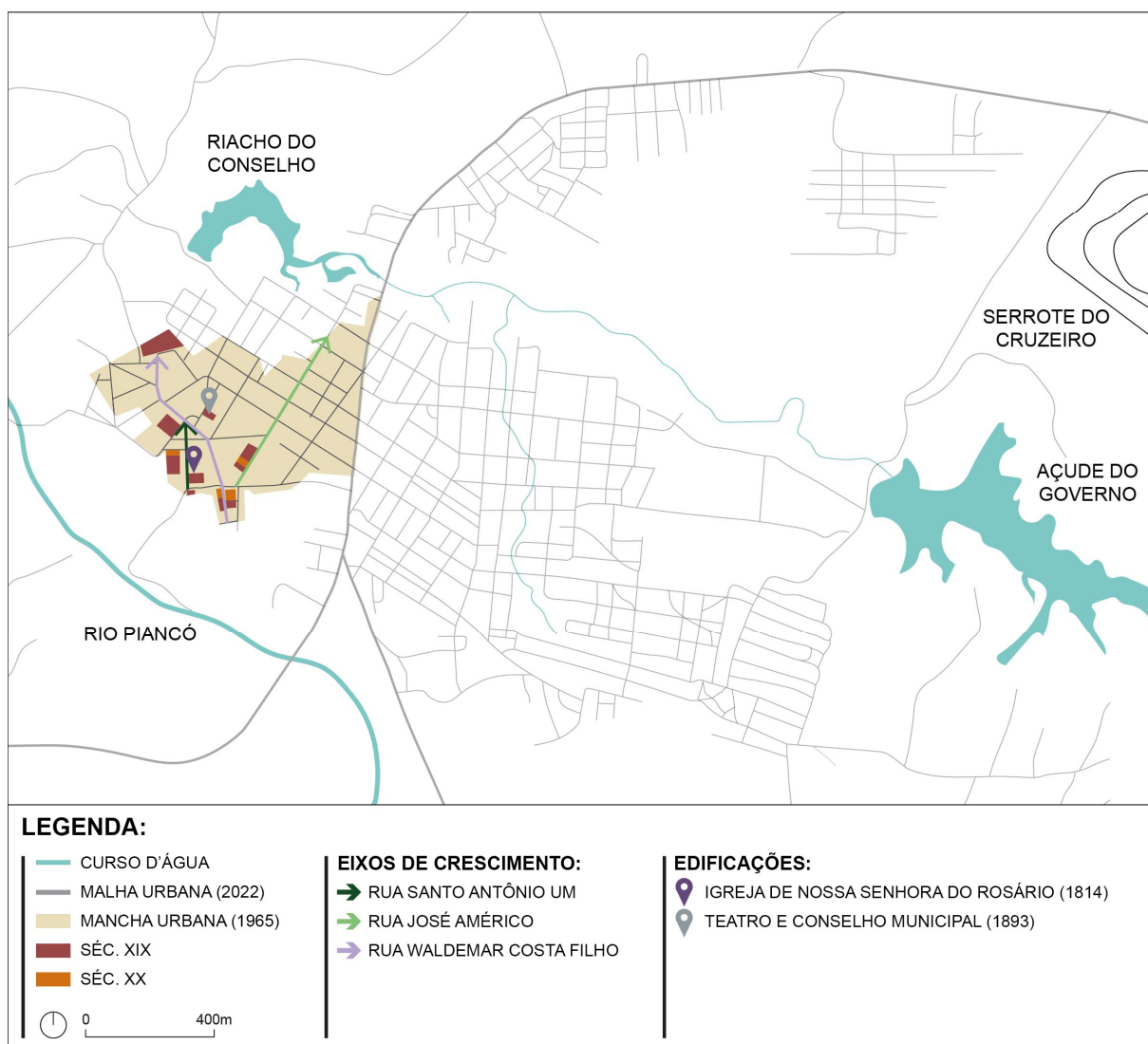


Figura 34: Localização do Teatro Municipal e Conselho Municipal.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

4.3. Século XX – o fim da República Oligárquica, o programa de educação do governo estadual e a gestão Elzir Matos em Piancó

Em termos de crises socioeconômicas geradas pela escassez hídrica nesse século, destacaram-se os anos de 1900, 1915, 1919, 1932, 1940-42, 1958, 1979-83, 1987, 1990, 1992-93, 1997-98 (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016). Além dos adensamentos urbanos que normalmente são gerados pelas grandes secas, os

períodos de escassez de água impactaram a morfologia da cidade de Piancó, no âmbito da execução das obras contra as secas. A construção da rodovia que atualmente corta o município, evidencia esse fator e será muitas vezes citada, não apenas neste tópico, como também no momento seguinte de análise do crescimento urbano de Piancó até o século XXI.

Em 1914, iniciou-se a construção da Cadeia Pública da cidade (Figura 35), no local onde hoje fica localizado o Banco do Brasil (BRASILINO FILHO, 2003). O lugar de implantação do prédio, na rua José Américo, mostra uma tendência de crescimento da cidade em direção ao nordeste, seguindo o eixo da rua, conforme as dinâmicas de expansão iniciadas no século anterior, indicando que a cidade começou a se distanciar do entorno imediato da Igreja Velha.

Anos mais tarde, tem-se a destruição do Teatro Municipal em 1926, no âmbito da passagem da Coluna Prestes em Piancó, como citado antes. A Coluna Prestes foi um movimento de insurreição militar, nascido no Rio Grande do Sul, em 1924, e liderado por Luís Carlos Prestes, Capitão do Exército (MANGUEIRA, 2014). O grupo percorreu vários estados brasileiros atravessando a cidade de Piancó em 9 de fevereiro de 1926, onde encontrou a resistência do Padre Aristides, líder municipal muito importante, e de sua tropa. Durante o confronto, boa parte do grupo acabou sendo assassinado e muitos prédios da cidade foram atingidos e saqueados, entre eles o Teatro Municipal que foi incendiado, conforme registra a publicação do Jornal a União, Anno XXXV, número 48, página 2, Parahyba, de 3 de março de 1926 (A UNIÃO, 2022): “Das repartições publicas fôram incendiadas: a agencia dos Correios, o Paço Municipal, o cartorio do registo de casamentos, afóra o Theatro, que ruiu em consequencia do incendio do Conselho”. Ainda como resultado dessa chacina, no local onde o Padre foi assassinado, foi construído o Monumento aos Mártires de Piancó (Figura 35), em data não localizada, nas proximidades do núcleo inicial de formação urbana, como uma homenagem a todos os que morreram tentando defender o lugar.

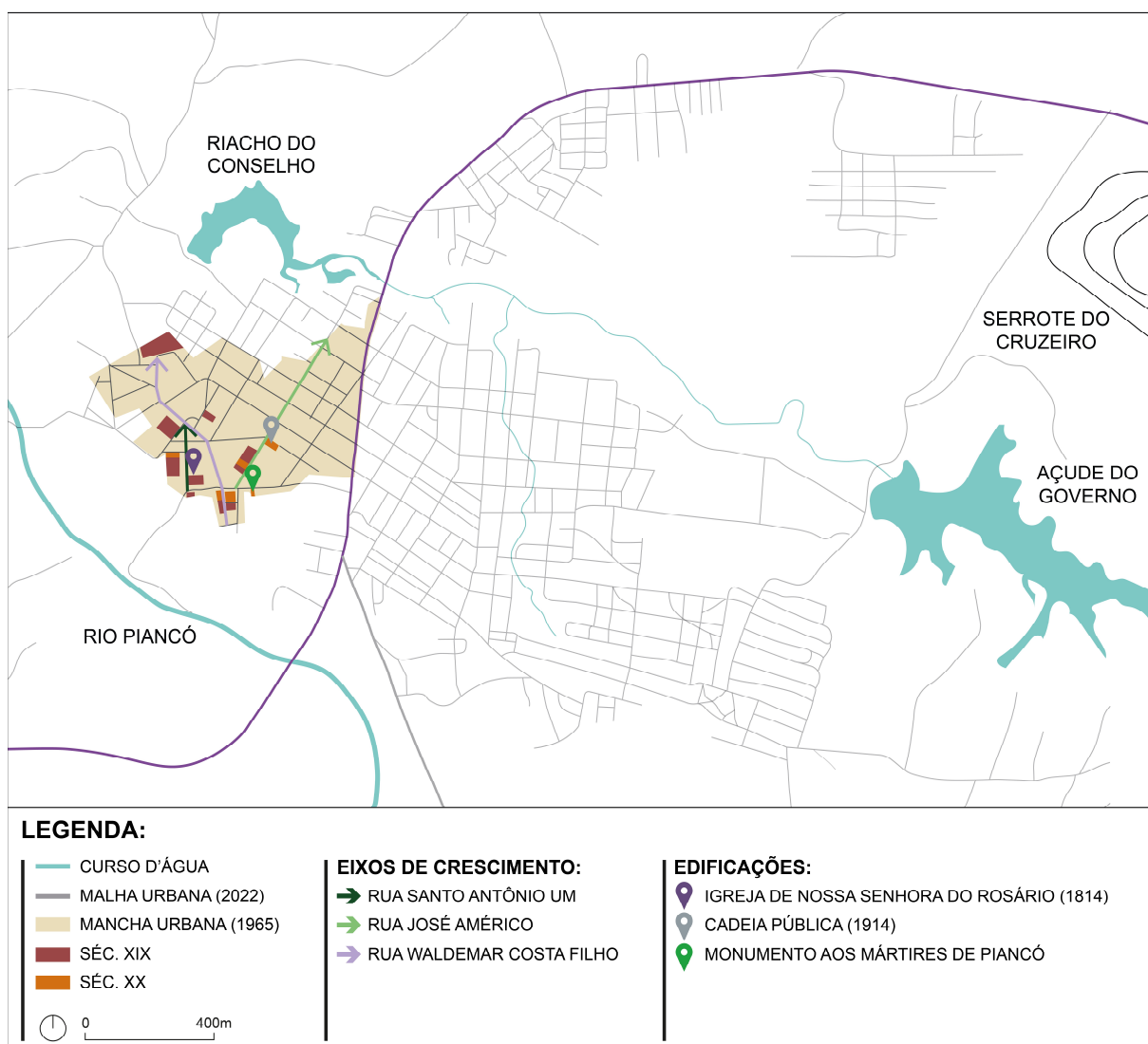


Figura 35: Localização da Cadeia Pública e do Monumento aos Mártires de Piancó.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Ainda através desse registro de 1926 do Jornal A União (A UNIÃO, 2022), é possível destacar que, no âmbito de sua publicação, já existia na cidade de Piancó a Agência de Correios e Telégrafos, que também foi atingida durante esse conflito. O começo das atividades relacionadas a serviços postais no Brasil se originou no período colonial com o Correio-Mor das Cartas do Mar, que fazia a ligação entre o Rio de Janeiro, Salvador e Lisboa. Com o alvará emitido em 20 de janeiro de 1798, os serviços dos correios são institucionalizados, autorizando os Correios Marítimos a se espalharem pelo Brasil (GOULARTI FILHO, 2017). A instalação de uma Agência dos Correios em Piancó é muito simbólica, pois representa uma integração da cidade com a sua rede urbana mais próxima e com o restante do país, por meio da comunicação e da informação.

Não foi identificada a localização da Agência a qual o Jornal a União, de 1926, faz referência (A UNIÃO, 2022). O modelo de Agência dos Correios que existe atualmente na cidade de Piancó (Figura 36) foi difundido pelo Brasil durante o plano de urbanização implantado no Governo Vargas, que teve início em 1930 (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Pelo país, por meio da política de arquitetura postal do Departamento de Correios e Telégrafos, foram espalhadas várias agências, com tipologias padronizadas, em uma tentativa de unificação nacional por meio da comunicação. Cada tipologia se relacionava com o nível da agência, sendo a de Piancó do tipo II, pertencente à quarta classe de agências instaladas em cidades mais simples do interior (ARAÚJO *et al.*, 2019). Percebe-se nela a utilização de formas arquitetônicas ligadas ao Art Déco (Figura 36), estilo marcante dessa época, a partir do emprego da platibanda, das marquises, a simetria da edificação e a sua composição volumétrica que integra formas geométricas (CORREIA, 2017).



Figura 36: Imagem atual da Agência dos Correios e Telégrafos.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A instalação dessa Agência, ao longo do eixo da rua Wanderlei Costa Filho (Figura 37), reforça o processo de expansão da cidade na direção noroeste, ao longo das suas margens, além de dar indícios do adensamento do hiato urbano que foi formado pela implantação do cemitério. Sua localização próxima ao Teatro e ao Conselho, reforça esse polo de crescimento urbano (PANERAI, 2006) formado por esses equipamentos e demais edificações ao seu redor, com uma variação de usos de solo concentrada nessa área.

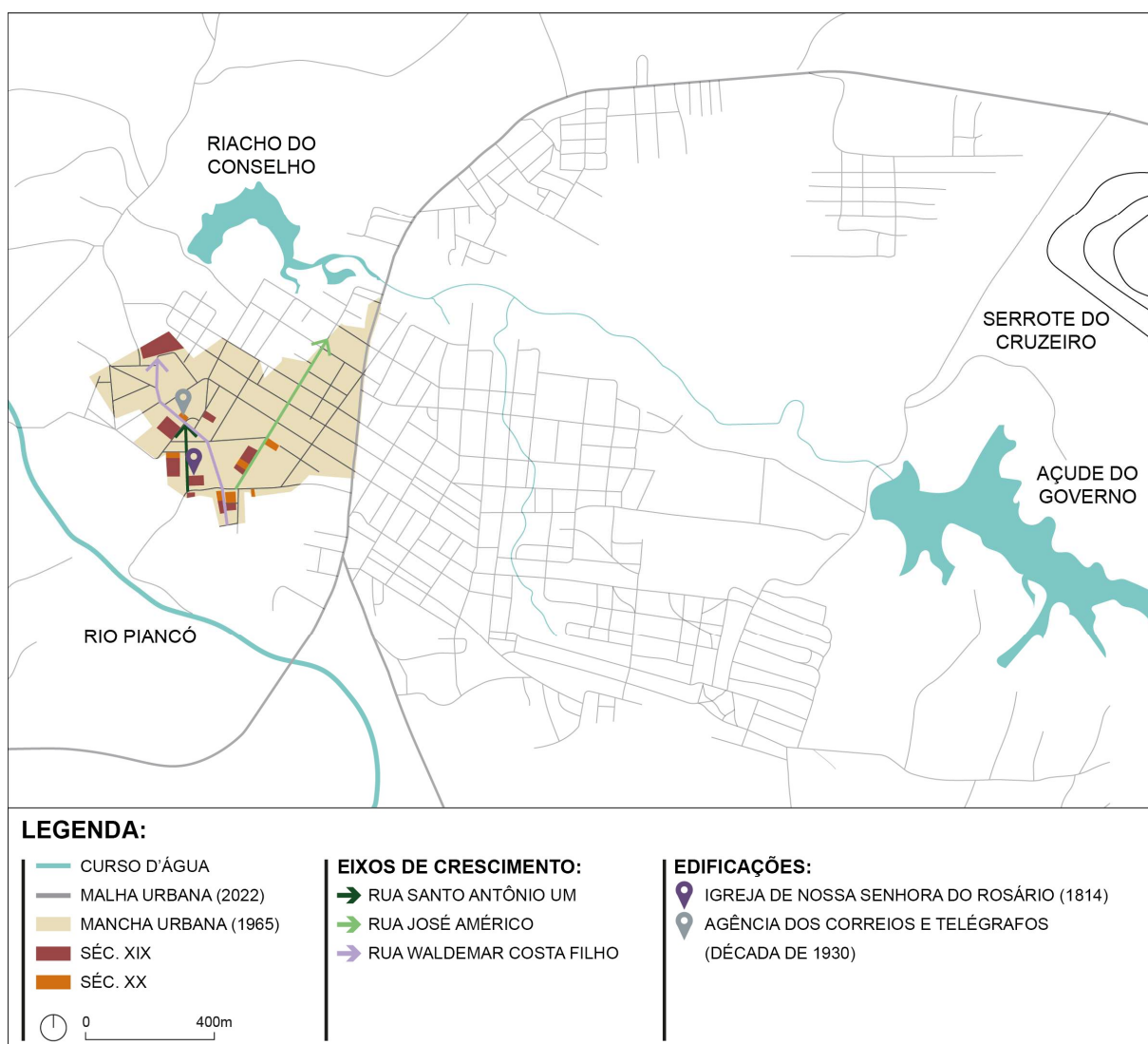


Figura 37: Localização da Agência dos Correios e Telégrafos.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Seguindo as ideias higienistas propagadas no século anterior e aliando a isso o fato de que, em cidades como Campina Grande a utilização dos recuos na implantação

das casas, de forma mais efetiva, deu-se apenas no século XX (QUEIROZ, 2008), tem-se a seguir algumas imagens de edificações que podem ser desse momento da história de Piancó, já que sua realidade se aproxima à de Campina Grande, dada a conexão urbana entre elas.

Os edifícios indicados por setas na Figura 38, e a casa paroquial nas Figuras 39 e 40, possuem platibandas e foram implantados no alinhamento da rua, no entanto, apresentam o recuo lateral em sua configuração dentro do lote. As demais casas que aparecem na Figura 38, apesar de serem geminadas, apresentam um refinamento nas formas ecléticas das suas fachadas, que também indica que elas podem ser do começo do século XX.



Figura 38: Casas no entorno da área onde ficava a Capela de Santo Antônio.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Da Figura 39, correspondente à primeira casa paroquial de Piancó em 1967, nota-se a presença de um poste de energia elétrica, tipo de sistema que passou a ser utilizado no Brasil em 1887, em Porto Alegre (ROSITO, 2009), mas que se difundiu mais

amplamente no século XX, período em que a foto foi tirada. Os indícios da utilização de eletricidade presentes nessa foto (Figura 39), associados à presença das calçadas neste mesmo registro, indicam que ela foi retirada após 1955, período em que houveram melhorias na infraestrutura urbana da cidade, com a instalação da energia elétrica e a construção de calçadas em várias ruas da cidade, durante o governo do prefeito Elzir Matos (LACERDA, 2004).



Figura 39: Imagem de 1967 da primeira casa paroquial de Piancó-PB durante uma enchente do rio Piancó.

Fonte: Página do Instagram “Piancó em imagens” (INSTAGRAM, 2022).



Figura 40: Imagem atual da primeira casa paroquial de Piancó-PB.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Tanto as casas da Figuras 38 como a Casa Paroquial (Figuras 39 e 40), se localizam nos eixos de expansão já citados, as ruas Santo Antônio Um e Wanderlei Costa Filho, no entorno imediato da Igreja Velha (Figura 41). Isso significa que o núcleo de

formação inicial da cidade ainda possuía espaços vazios passíveis de serem ocupados, o que indica uma lentidão no seu adensamento.

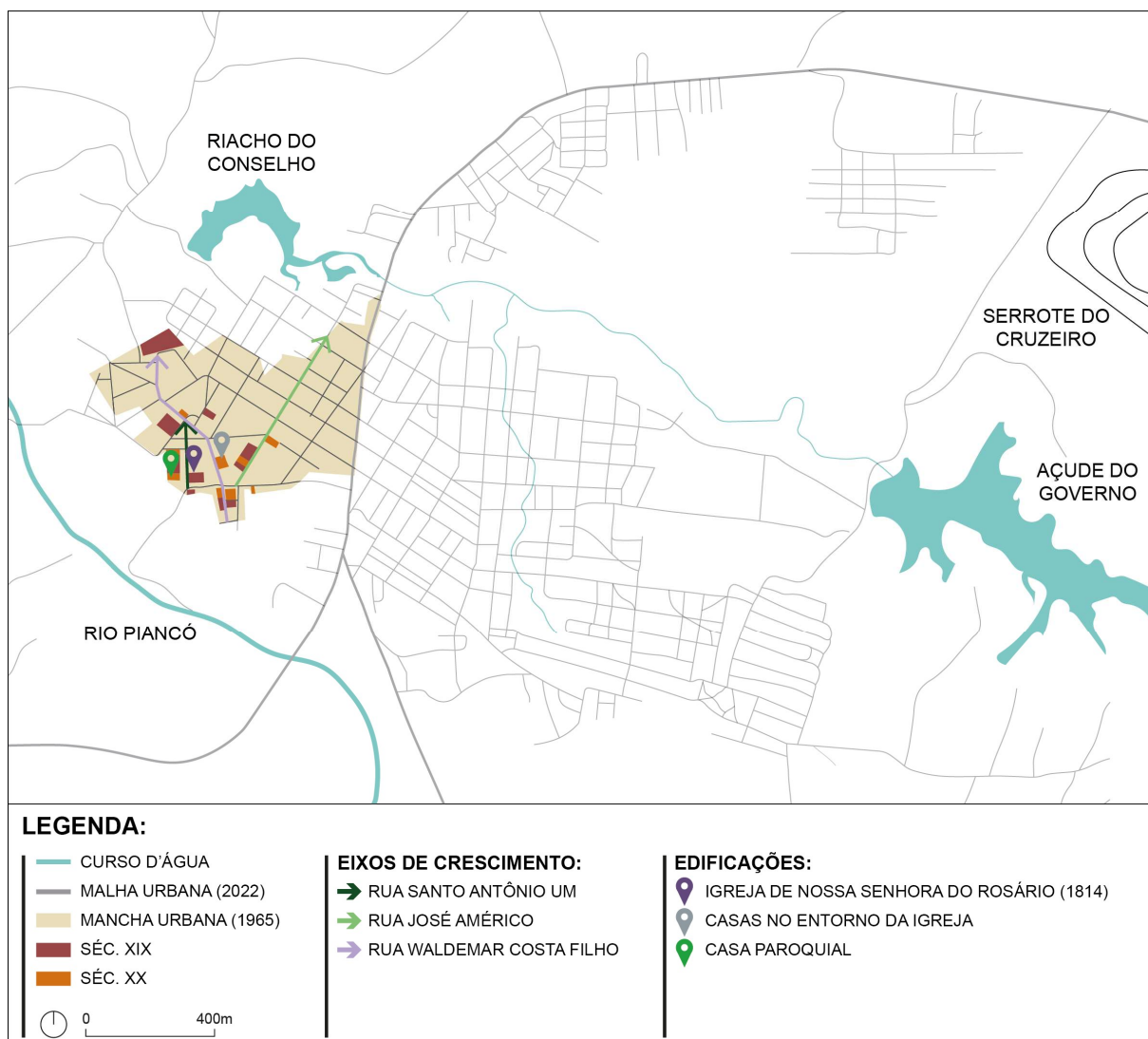


Figura 41: Localização das casas no entorno da Igreja Velha e a Casa Paroquial.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, publicada pelo IBGE (1960), é possível identificar um registro fotográfico da Praça Getúlio Vargas (Figura 42), a pracinha da Igreja Velha, com o casarão da Figura 43, ao norte da praça. Do espaço público, cabe ressaltar a sua arborização, proveniente do século XX, além da sua localização na parte posterior da Igreja, somando-se a ela e às ocupações dessa área, na atuação como polo de crescimento urbano (PANERAI, 2006).

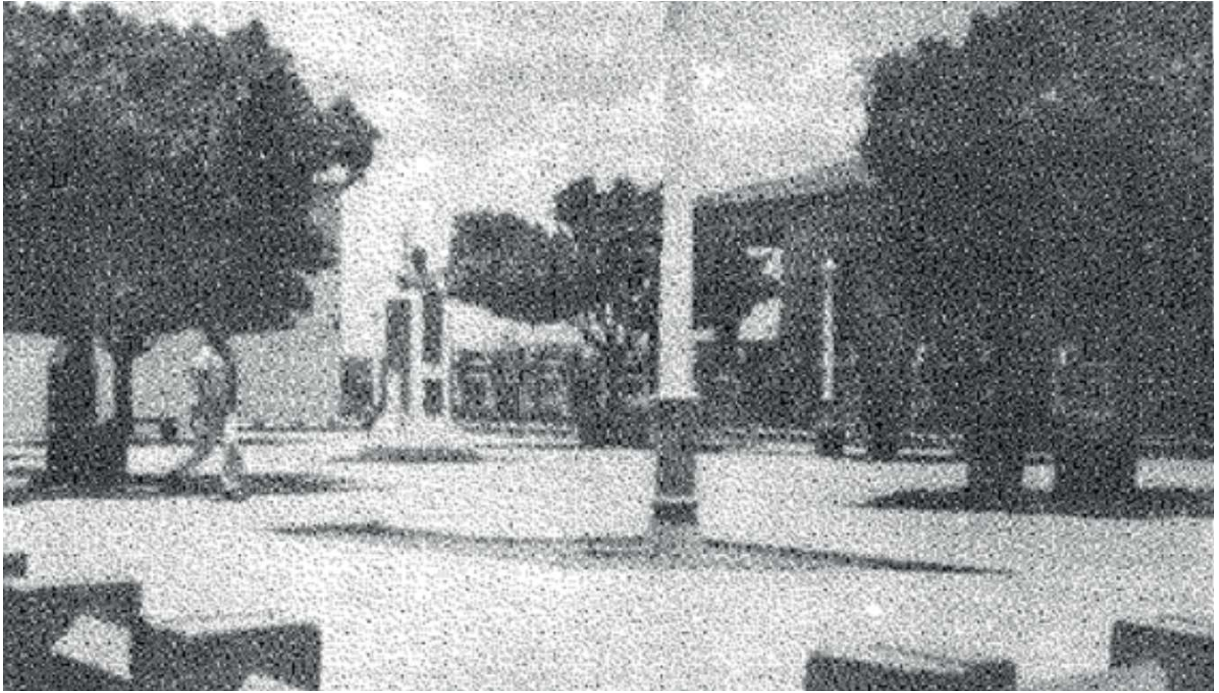


Figura 42: Imagem da Praça Getúlio Vargas, possivelmente tirada no século XX.

Fonte: IBGE, 1960, p. 329.

Já do casarão (Figura 43), destacam-se seus gradis ornamentados nos muros da residência, a presença do elemento decorativo do telhado e a coberta em quatro águas. Esse tipo de telhado começou a ser utilizado no século XIX, a partir do aperfeiçoamento das técnicas construtivas e a importação de equipamentos que possibilitaram alterações na produção arquitetônica, por meio da integração do Brasil ao mercado mundial, com a abertura de portos na primeira metade do século (REIS FILHO, 2000).

Novamente, destaca-se a aplicação de tal refinamento construtivo de forma mais rápida nas principais cidades do país, chegando ao interior a passos lentos. Em Campina Grande, até a década de 1930, a maior parte das construções se mantinham com suas cobertas simples de duas águas (QUEIROZ, 2008). Isso nos leva a crer que, em Piancó, assim como na “Rainha da Borborema”, esse tipo de telhado pode ter se popularizado na cidade apenas no século XX, dada a conexão urbana entre esses municípios.



Figura 43: Imagem do casarão ao lado da Praça Getúlio Vargas.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A localização da praça e do casarão é dada a seguir, na Figura 44. Tanto o espaço público como a residência, podem ser associados à atração exercida pelo polo de crescimento formado pela Igreja Velha, a Praça Getúlio Vargas e demais edificações do entorno, além do eixo de crescimento relacionado à rua Waldemar Costa Filho, de acordo com os conceitos de Panerai (2006).

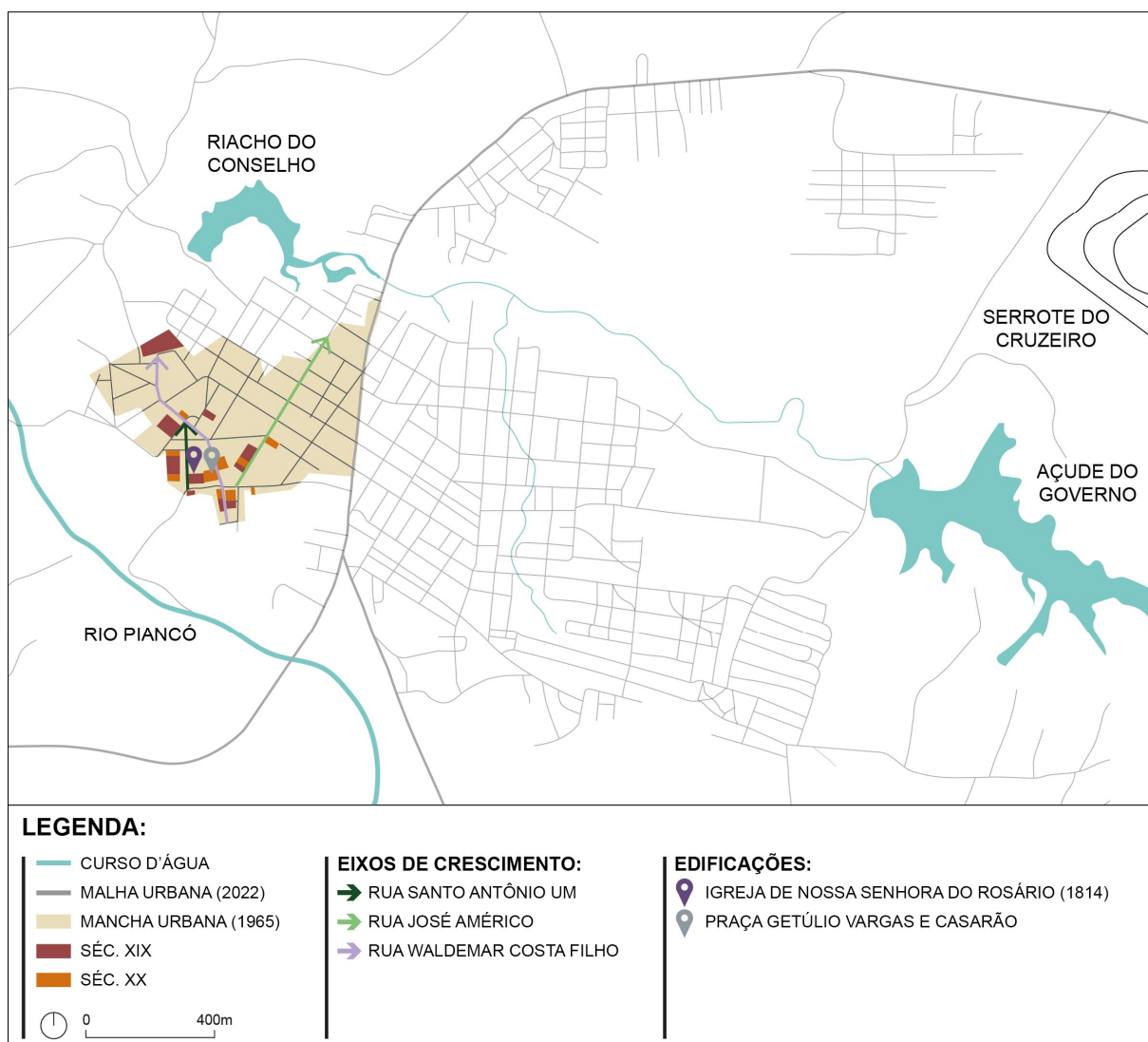


Figura 44: Localização da Praça Getúlio Vargas e do casarão ao norte da praça.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Na foto da rua Nicolau Loureiro (Figura 45), é importante notar a existência, além do recuo lateral, do recuo frontal na casa em destaque nessa imagem. Esse sistema de implantação no lote, de forma mais afastada ao alinhamento da rua, com telhados que fugiam um pouco da simplicidade dos telhados coloniais possuindo múltiplas águas, começou a se intensificar ao final do século XIX nas principais cidades brasileiras. A casa remete ao tipo *bungalow*, que pode ter surgido em municípios como Campina Grande, no interior do país, apenas na década de 1920 (QUEIROZ, 2008). Portanto, é provável que a construção de um exemplar desse tipo, em Piancó, tenha ocorrido também apenas nos anos noventa, reforçando novamente a conexão urbana entre essas cidades.

Destaca-se a presença da calçada e do que parecem ser proteções para o plantio de árvores no canteiro central da rua, elementos que começaram a ser aplicados em Piencó, no século XX, conforme já discutido. Nota-se ainda a presença de postes elétricos, o que indica, juntamente com o estilo arquitetônico da casa, que a foto foi tirada no período em questão.

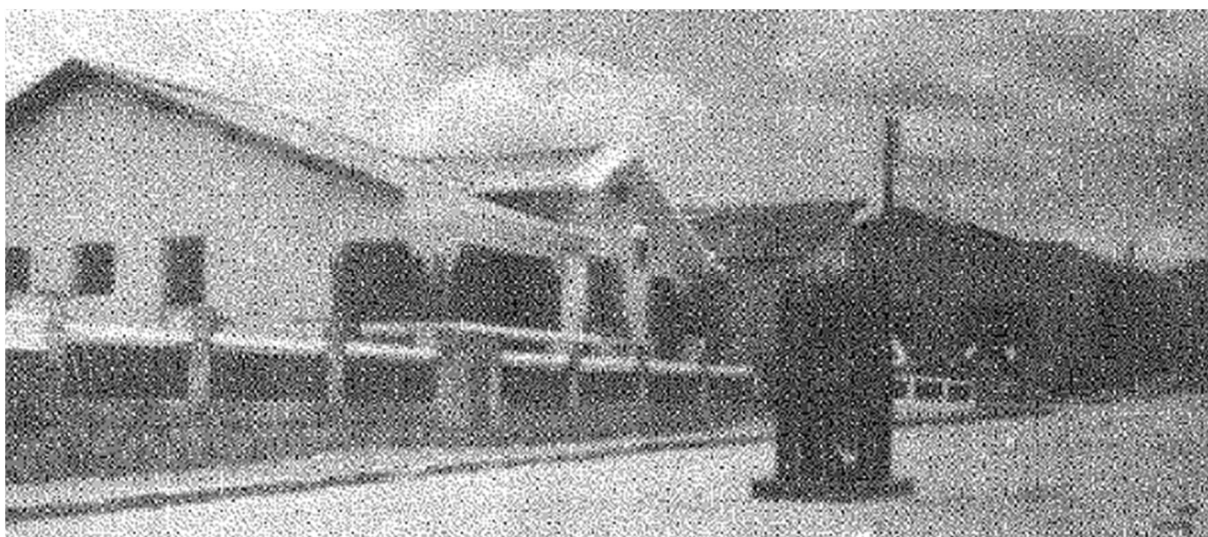


Figura 45: Imagem da Rua Nicolau Loureiro, provavelmente no século XX.
Fonte: IBGE, 1960, p. 330.

Já o caráter refinado das fachadas ecléticas da Figura 46, com platibandas ornamentadas, apresenta, inclusive, uma proximidade com o Art Déco que se difundiu no país nas décadas de 1930 e 1940 (CORREIA, 2017). As casas não possuem recuo em relação à rua, mas novamente destacam-se, no plano urbanístico, a presença da calçada e da arborização na via pública, remetendo ao século XX.



Figura 46: Imagem da Rua Waldemar Costa Filho na década de 1930.
Fonte: Página do Instagram “Piencó em imagens” (INSTAGRAM, 2022).

As casas em questão (Figura 46) se localizam na rua Waldemar Costa Filho, reforçando novamente a atratividade dessa rua e a sua consolidação como eixo expansivo. O sobrado indicado nesta imagem é o mesmo que aparece na Figura 29. Nota-se que as árvores não estavam presentes no registro da década de 1920, dando pistas de que a arborização pública, em Piancó, realmente foi uma realidade apenas a partir do século XX. Já o *bungalow* da Figura 45, é da rua Nicolau Loureiro. Sua localização não foi identificada, mas a sua existência, comprovada pela foto, assim como as demais casas do seu entorno, indicam a formação de um novo eixo de crescimento da mancha urbana da cidade em direção ao nordeste (Figura 47).

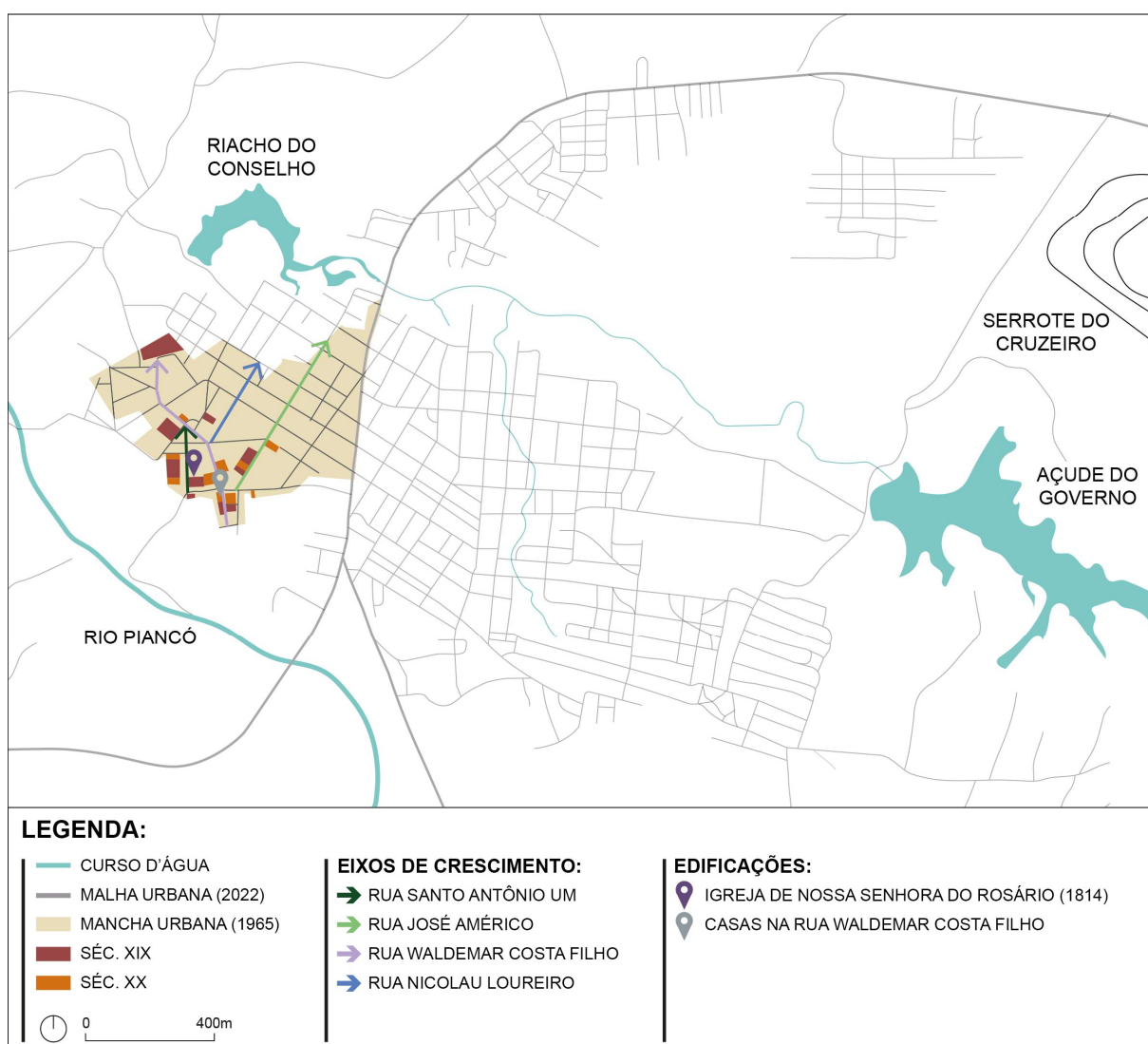


Figura 47: Localização da Rua Nicolau Loureiro e das casas na Rua Waldemar Costa Filho.

Fonte: Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

No ano em que ocorreu a Revolução de 1930, dando um fim à República Velha, tem-se na cidade a construção do Piancó Clube (Figura 48), um espaço de lazer tradicional da cidade, atualmente desativado, que provavelmente testemunhou vários acontecimentos sociais da elite piancoense. A edificação faz uso do Art Déco em sua composição, com a evidência à entrada principal, a utilização da marquise e também de formas arredondadas (CORREIA, 2017). A implantação do equipamento se deu no eixo de expansão urbana da rua José Américo.

Dois anos mais tarde, em 1932, teve início a construção do Grupo Escolar Ademar Leite (Figura 49), no eixo de crescimento da rua Waldemar Costa Filho. A construção dessa escola fez parte de um plano do Governo de sanar os problemas da educação popular no Estado, com tipologias padronizadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. Ao todo foram erguidos onze grupos escolares em toda a Paraíba, entre eles o da cidade de Piancó, conforme é possível ter acesso na publicação do Jornal a União, Anno XLIV, número 170, 2ª Secção, Parahyba, de 2 de agosto de 1936 (A UNIÃO, 2022). Com a crise provocada pela seca que atingiu o Nordeste nesse mesmo ano de 1932, as obras do Ademar Leite foram suspensas logo após o seu início e retomadas posteriormente, com previsão de inauguração para o ano em que a edição do Jornal foi publicada, em 1936 (A UNIÃO, 2022). Tanto o Clube, quanto o Ademar Leite, apresentam atividades atrativas geradoras de fluxos de pessoas, atuando como polos de crescimento (PANERAI, 2006) em Piancó em conjunto com as edificações do seu entorno, a partir da sua instalação na cidade. Suas localizações são apontadas no mapa da Figura 50.



Figura 48: Imagem atual do Piancó Clube.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

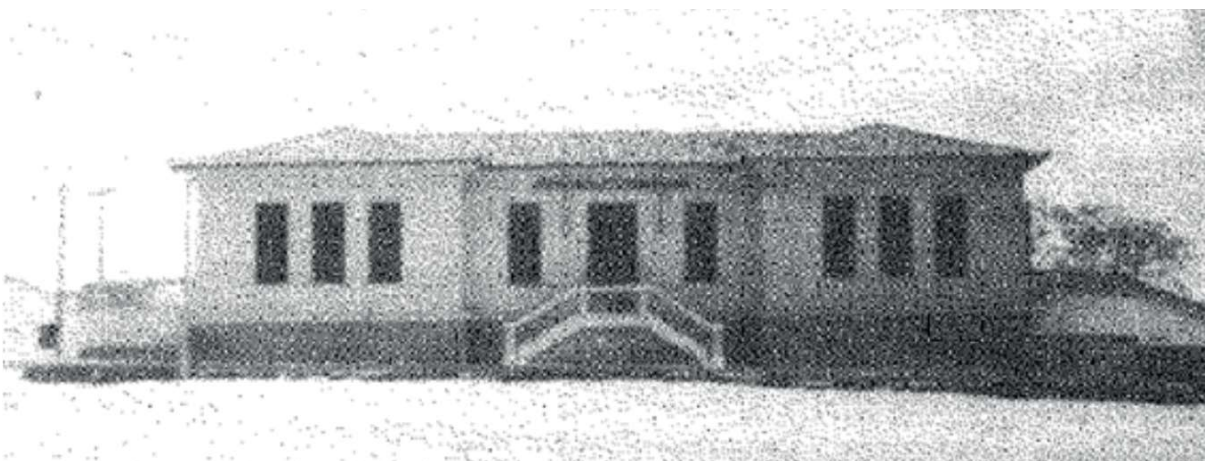


Figura 49: Imagem do Grupo Escolar Ademar Leite, construído na década de 1930.

Fonte: IBGE, 1960, p. 327.

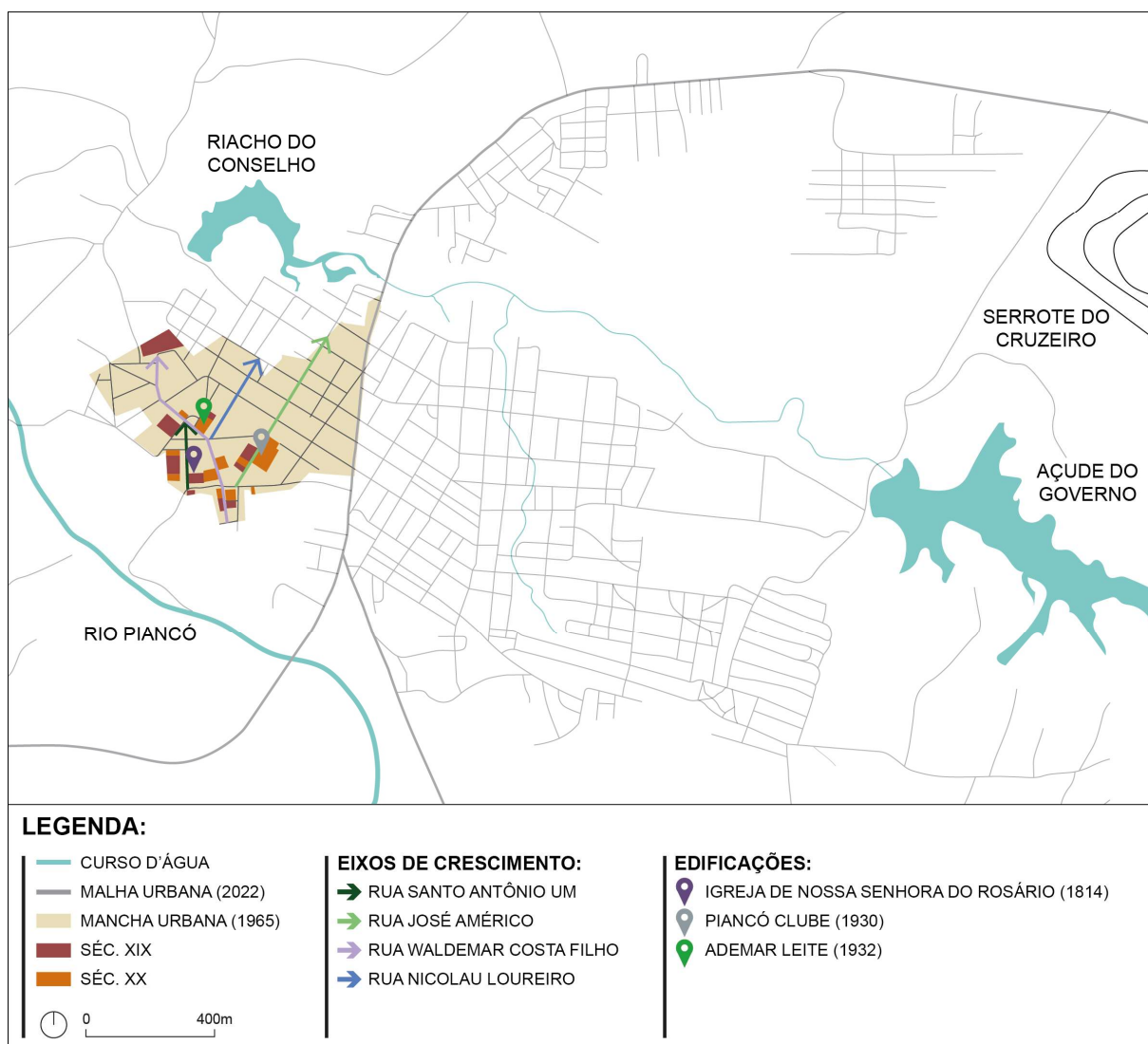


Figura 50: Localização do Piencó Clube e do Ademar Leite.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

No ano de 1937, no contexto das obras contra as secas e no âmbito da política de construção de rodovias do governo Getúlio Vargas, conforme já citado, tem-se o decreto de nº 1.546-A (BRASIL, 1937), que autoriza a construção da BR-361 (Figura 53), do ramal de Piencó no trecho Patos-Misericórdia (Itaporanga), com 120 km de extensão. Contudo, apenas com o decreto nº 15.416, de 28 de abril de 1944 (BRASIL, 1944), seu orçamento foi aprovado.

Nesse momento, já com a presença da Agência dos Correios na cidade, a estrada torna-se um importante instrumento de conexão física do município com as demais cidades do seu entorno. Entretanto, essa demora para a construção efetiva da rodovia, associada ao fato de que ela pode ter sido construída em leito natural e

apenas pavimentada posteriormente, pode ter atrapalhado o crescimento da mancha urbana piancoense. Até o ano de 1965, o tecido urbano se expandiu ao longo das margens do eixo de crescimento (PANERAI, 2006) da rodovia, mas não a ultrapassou em direção a leste, o que indica que a estrada também desempenhou o papel de barreira de crescimento (PANERAI, 2006) até esse momento (Figura 53).

Ainda no âmbito dos equipamentos educacionais, em 1947 houve a construção da Escola Normal de Ensino Santo Antônio em Piancó (Figuras 51 e 52). Novamente, observa-se o emprego de traços do Art Déco na escola, que faz uso de figuras geométricas em toda a fachada, além de apresentar platibanda e adotar a simetria em sua composição (CORREIA, 2017). Destacam-se ainda na edificação os pilares decorados que marcam a sua entrada principal.

Sua conexão com o Ademar Leite se dá pela rua Nicolau Loureiro, apontada anteriormente como um provável novo eixo de crescimento. A instalação do equipamento educacional, no ponto mais extremo da rua até então (Figura 53), em relação ao núcleo de origem, consolida a atuação desse eixo na forma e no crescimento urbano de Piancó em direção ao nordeste. Essa localização pode ainda indicar que já haviam outras ocupações ao longo da via, o que justificaria a instalação do equipamento de forma mais afastada das demais edificações localizadas até aqui.



Figura 51: Imagem da Escola Normal de Ensino Santo Antônio, construído em 1947.

Fonte: IBGE, 1960, p. 329.



Figura 52: Imagem atual da Escola Normal de Ensino Santo Antônio.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

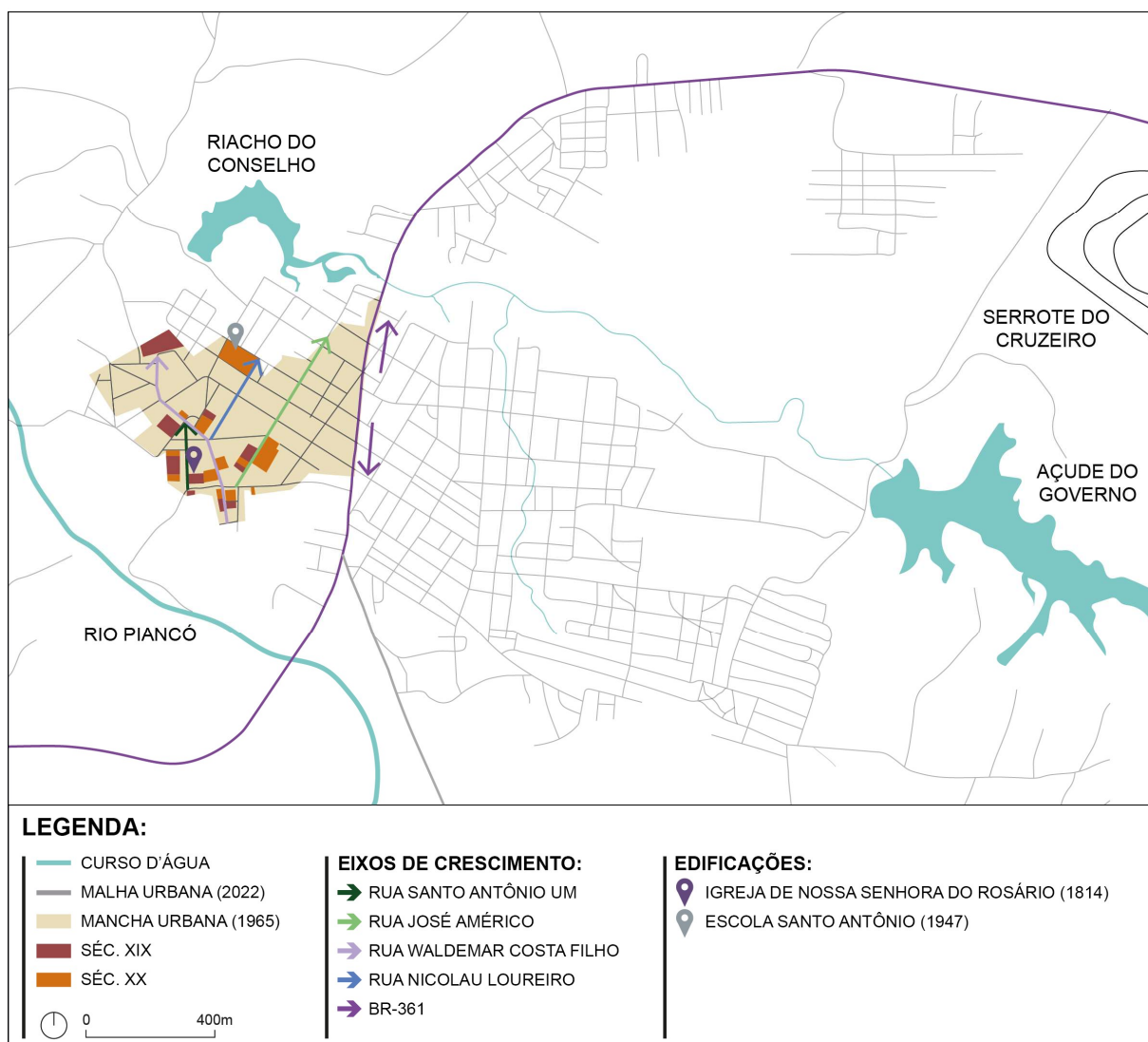


Figura 53: Localização da Escola Santo Antônio e da BR-361.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Durante o governo do prefeito Elzir Matos em Piancó, que teve início em 1955, a cidade experimentou um salto de desenvolvimento com o calçamento de várias ruas, a construção da Praça Salviano Leite, que se tornou a principal praça da cidade, e do Cinema (Figura 54), ambos em 1957 (LACERDA, 2004). Apesar de seu processo atual de descaracterização, é possível notar no Cinema elementos característicos do Art Déco empregado em sua fachada, por meio das marquises que marcam as aberturas, o escalonamento da sua platibanda e a formas arredondadas que ainda existem no prédio (CORREIA, 2017). A construção de um prédio com esse estilo arquitetônico na década de 1950, indica um lento processo de desenvolvimento da arquitetura.

Foi ainda durante a administração de Elzir Matos a construção da praça Mário Leite Ferreira em data não identificada, em substituição à praça da Figura 29, sua localização é apontada no mapa da Figura 57. O prefeito também construiu o Posto Telefônico, prédio não identificado, além dos sistemas de energia elétrica, difundido no país no século XX, e de abastecimento de água. Segundo Lacerda (2004), em 1958 Piancó era considerado um dos dez municípios mais progressistas do Brasil.



Figura 54: Imagem atual do Cinema, localizado na Praça Salviano Leite.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Tanto a praça Salviano Leite, como o Cinema, que foi instalado na praça, dão continuidade à expansão da mancha urbana da cidade ao longo do eixo de crescimento da rua José Américo (Figura 57). Esse aspecto pode ser reforçado, ainda, pelas Figuras 55 e 56. O Armazém do Povo, que aparece na foto do ano de 1969 (Figura 55), foi construído nessa mesma rua, em uma data não localizada. A fachada Art Déco do prédio, que atualmente é o Mercado Público Municipal, assim como a antiga sede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional da cidade (Figura 56), com ornamentos geométricos que remetem a esse estilo, associando-a ao século XX. Esse conjunto arquitetônico também foi instalado na rua

José Américo, expandindo a mancha urbana da cidade na direção nordeste, se aproximando cada vez mais da BR-361. Todos esses equipamentos que, em conjunto com as edificações do seu entorno, representam polos de crescimento (PANERAI, 2006), são localizados no mapa a seguir da Figura 57.



Figura 55: Imagem da Rua José Américo de Almeida em 1969.

Fonte: Página do “Museu Histórico de Piancó” (FACEBOOK, 2022).



Figura 56: Imagem da antiga sede do SAMU Regional de Piancó.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

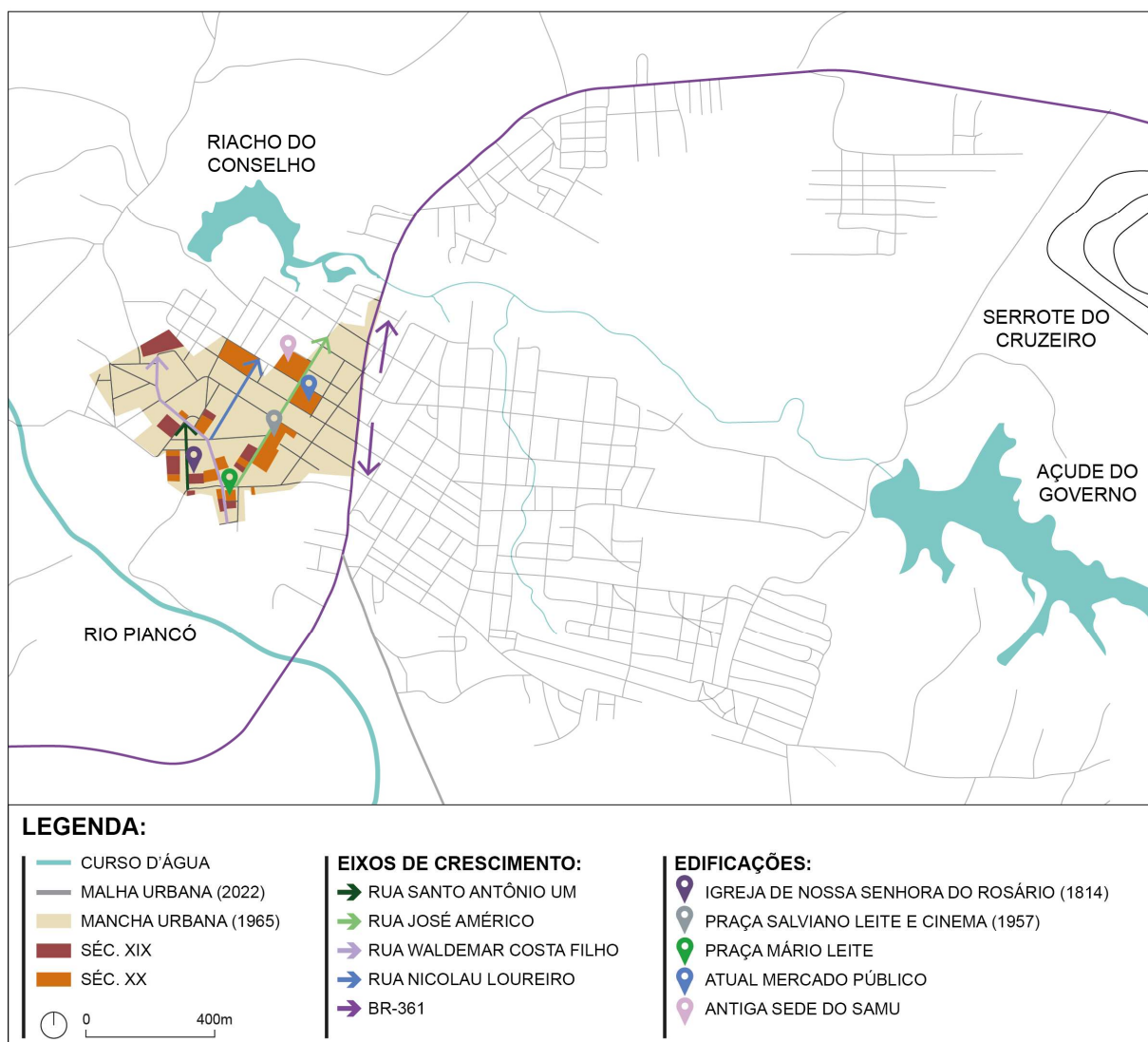


Figura 57: Localização da Praça Salviano Leite e Cinema, da Praça Mário Leite Ferreira, do atual Mercado Público e da antiga sede do SAMU.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Acompanhando essa trajetória de construções históricas até aqui, a Figura 58 representa um mapa com a síntese da localização de todos os prédios e ruas identificados como sendo pertencentes aos séculos XIX e XX. Com esse mapa, é possível deduzir que a cidade se consolidou primeiramente na sua região de origem, no entorno do polo de crescimento que abrange a Igreja Velha e demais edificações ao seu redor, seguindo o conceito de Panerai (2006). Ao longo dos anos, a sua mancha urbana foi crescendo, se deslocando do núcleo primitivo nas direções noroeste, norte, nordeste e leste, mas sem ultrapassar a BR-361 construída por volta da década de 1930, que pode ser associada a uma barreira de crescimento, conforme descrição de Panerai (2006). Em contrapartida, observa-se a atuação de eixos viários citados repetidamente nesse capítulo, como guias da expansão da cidade, com

destaque para as ruas Santo Antônio Um, Waldemar Costa Filho, Nicolau Loureiro e José Américo. Essas vias parecem ter se prolongado com o passar do tempo, nas direções noroeste e nordeste, destacadas com setas no mapa da Figura 58, atraindo ocupações ao longo das suas margens, fator que as associa aos eixos de expansão da mancha urbana definidos por Panerai (2006).

Destacam-se ainda, no mapa da Figura 58, as edificações citadas ao longo desse capítulo que podem ter gerado ocupações em seu entorno, a partir da atratividade das atividades e serviços que fornecem. Nesse sentido, esses elementos podem ser denominados como polos de crescimento de Piancó, seguindo a definição estabelecida por Panerai (2006).

É importante observar que a expansão da malha urbana ocorreu – e se mantém – oposta ao Rio Piancó, conforme explicitarão as análises do Capítulo 5. Muitas vezes corpos d'água acabam se tornando barreiras físicas de crescimento, como afirmou Panerai (2006), tendo uma atuação muito forte nas formas de ocupação do espaço urbano. Este foi o caso também da cidade paraibana de Monteiro (ANJOS, 2016), por exemplo, onde dois corpos d'água localizados próximos ao tecido urbano eram limitantes do crescimento da cidade e, apenas foram incorporados ao meio urbano após um período de tempo.

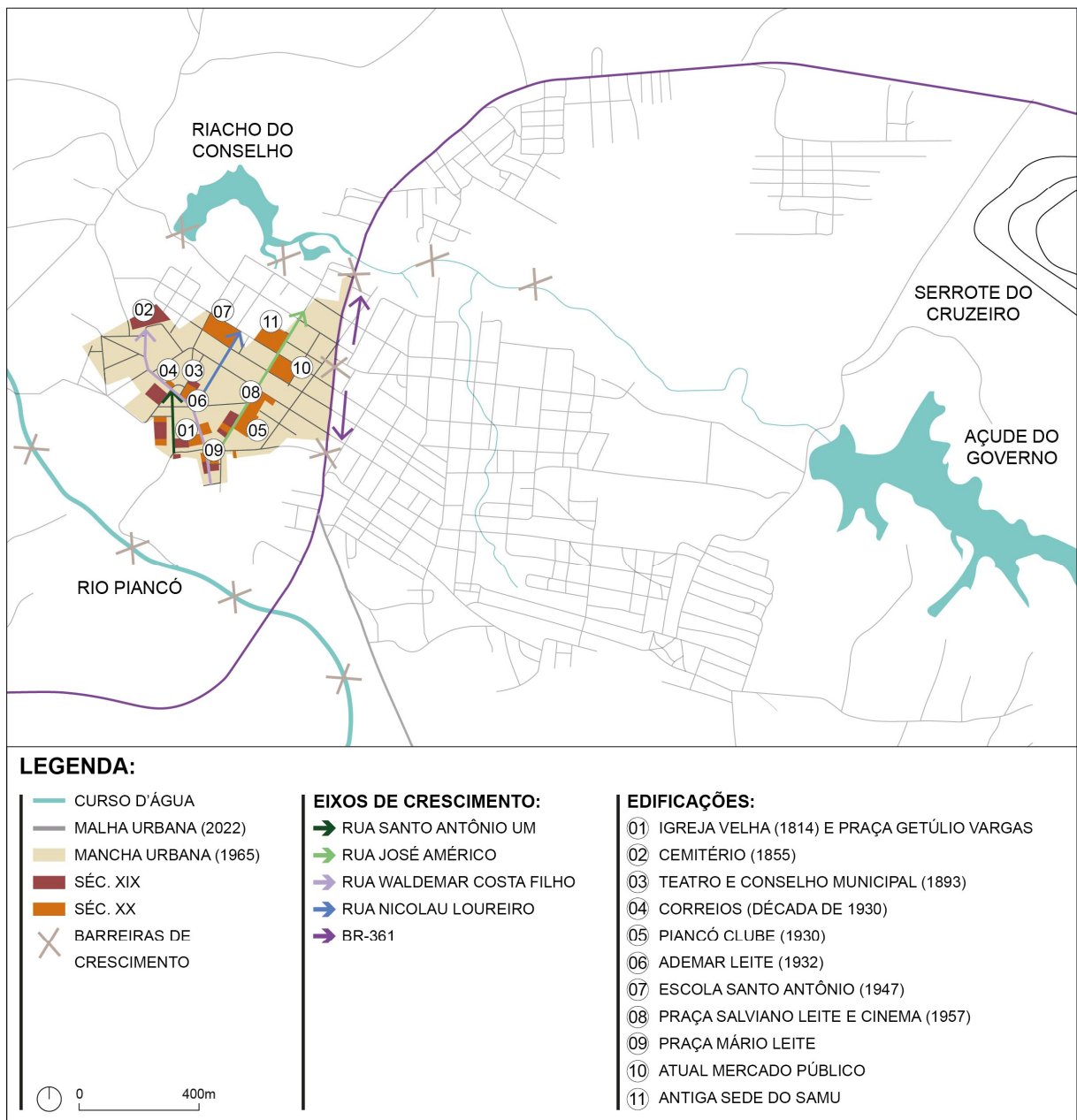


Figura 58: Localização das edificações construídas entre os séculos XIX e XX.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | OpenStreetMap (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

05

O CRESCIMENTO URBANO DE PIANCÓ-PB DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX AO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Após as análises da morfologia urbana até a segunda metade do século XX, elaboradas a partir de mapas e da trajetória das construções históricas do município, o presente capítulo se propõe a analisar o crescimento da mancha urbana da cidade entre a metade do século XX e o início do século XXI, por meio de mapas feitos com base em imagens de satélite, também considerando os eixos de expansão apontados pela pesquisa histórica empreendida.

São destacados aqui os processos de expansão da pequena cidade paraibana de Piancó, além dos adensamentos de vazios urbanos gerados por hiatos na expansão da cidade. Ao longo das análises, são indicados os elementos que fazem referência aos conceitos apresentados no referencial teórico, definidos por Panerai (2006) e Conzen (1960).

Aos processos que foram moldando a forma urbana de Piancó entre os anos 1965 e 2021, buscou-se a sua associação com a presença de elementos atrativos de ocupação nas áreas de crescimento da cidade, os polos e eixos de crescimento descritos por Panerai (2006), assim como os elementos limitadores do crescimento da forma urbana, por meio de barreiras, baseados na definição deste autor. A isto, somam-se o surgimento de cinturas periféricas na cidade, seguindo a definição de Conzen (1960), e os contextos sociais, econômicos e políticos de cada recorte temporal.

Vale lembrar que os recortes temporais deste capítulo têm início no ano de 1965, por ser o ano do primeiro registro topográfico encontrado a respeito da cidade de Piancó (BDGEX, 2022). E os demais períodos de análise foram limitados a partir da disponibilidade das imagens de satélite dos anos seguintes, não necessariamente possuindo relação com rupturas no padrão de ocupação da cidade, tampouco foram divididos com base em contextos históricos de cada época, como propõem os períodos morfológicos de Conzen (1960).

5.1. De 1965 a 1984

Este primeiro recorte temporal com intervalo de 19 anos, abrange o período entre os anos de 1965 e 1984, correspondendo historicamente ao período da Ditadura Militar brasileira. O país que vinha sofrendo economicamente na primeira metade do século XX, passa pelo “milagre econômico” por meio da adoção de medidas governamentais entre 1964 e 1967 (RAMOS, 2013), com o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentando um crescimento positivo até 1980. Por meio da criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN), a SUDENE teve uma atuação importante na expansão do setor de indústrias no Estado, enquanto o setor de serviços apresentou-se na liderança econômica da Paraíba entre 1975 e 1980 (TARGINO; CARVALHO; FARIAS, 2019).

Paralelamente a esse crescimento, a economia agrícola se desenvolvia de forma pouco expressiva, consequência não apenas do desenvolvimento dos setores industrial e de serviços, como também da grande seca que ocorreu entre 1979 e 1983 (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016), refletindo no processo de urbanização. Isso pode ter influenciado no aumento da mancha da cidade de Piencó entre 1965 e 1984, com a migração de pessoas da zona rural para a zona urbana em busca de melhores condições de vida. Essa hipótese é reforçada pela presença de uma indústria e de uma fábrica de tecelagem na mancha urbana que representa o crescimento da cidade até o ano de 1984, conforme ilustra o mapa da Figura 61. O conjunto formado pela Indústria de Produtos Mauri LTDA, o Grupo Escolar, a Tecelagem, e as edificações do seu entorno, se classifica, de acordo com a definição de Panerai (2006), como polo de crescimento

Ao longo deste tempo, em Piencó, houve um aumento contínuo da mancha urbana nas direções norte, oeste e sul, representando mais de um eixo de expansão (Figura 61). No entanto, o sentido de crescimento mais significativo se deu na direção leste da cidade e, com isso, a mancha acabou ultrapassando a BR-361, que se estabelecia, até as análises do capítulo anterior, como uma barreira de crescimento, conforme a descrição do elemento por Panerai (2006).

Daqui em diante, ao longo das análises, destaca-se muitas vezes o papel do sistema viário como um elemento morfológico direcionador da forma da cidade, com suas ruas apresentando potencial para se tornarem eixos de crescimento urbano e, portanto, elementos reguladores, com base na definição de Panerai (2006). A atuação das ruas na forma das cidades se dá, muitas vezes, pelo prolongamento de vias já existentes, ou ainda pela consolidação de caminhos feitos pela população, que foram se afirmando ao longo dos anos e se transformando em ruas que, posteriormente, foram sendo ocupadas, conforme evidenciarão as análises do presente capítulo.

Destacam-se, especialmente, no papel de eixos de crescimento, as ruas que possuem uma maior variedade de usos do solo e com maior conexão dentro da malha viária urbana. No recorte temporal em questão, é possível perceber que houve o

prolongamento de ruas importantes de Piancó ao longo desse processo de crescimento, entre 1965 e 1984, a exemplo das ruas Afonso Ventura (extensão da rua Antônio Brasilino), Mascarenhas de Moraes (extensão da rua Nascimento de Moraes) e Pedro Ângelo, destacadas no mapa da Figura 61. São vias extensas, muito bem conectadas, que oferecem diferentes tipos de serviços e facilitam o acesso a outros pontos da cidade, inclusive às ruas José Américo e Nicolau Loureiro, apontadas no capítulo anterior como eixos de crescimento urbano até 1965. Além disso, surgiu nesse momento uma outra via importante, a rua João Agripino Filho, que possivelmente também teve um papel muito atuante como um eixo de crescimento (PANERAI, 2006). As vias citadas foram destacadas no mapa da Figura 61 por meio de setas.

Todas essas ruas concentram, atualmente, equipamentos importantes, que estimulam o fluxo nessas vias, a partir das variações de uso do solo que oferecem. Essas edificações podem atrair ocupações em seu entorno, se comportando como polos de crescimento, seguindo a descrição de Panerai (2006). Estes elementos, apontados no mapa da Figura 61, correspondem à Igreja Matriz de Santo Antônio (Figura 59); ao Hotel Ouro Branco; à Unidade Básica de Saúde (UBS) VII Centro; ao Hospital Regional Wenceslau Lopes; à Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), da Figura 60, que será citada inúmeras vezes ao longo das análises; ao Terminal Rodoviário de Piancó; e ao Centro Especializado em Reabilitação (CER) II.



Figura 59: Imagem da Igreja Matriz de Santo Antônio.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.



Figura 60: Imagem da AABB.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Importante notar, ainda, que a forma da mancha urbana até esse momento se espalhou no sentido oeste-leste. O Rio Piancó, ao sul, representa uma barreira de crescimento (PANERAI, 2006) que perdura até os dias atuais, e existe outro corpo d'água ao norte da mancha urbana, o Riacho do Conselho, que também pode ter influenciado nessa direção oeste-leste de crescimento, ambos são apontados no mapa da Figura 61. Corpos d'água assumem o papel de barreiras de expansão (PANERAI, 2006), e podem ainda levar um tempo considerável até serem incorporados pela área edificada, como foi o caso da cidade de Monteiro (ANJOS, 2016).

No mapa a seguir (Figura 61), tem-se a síntese de todos esses processos citados acima. Como não foi possível traçar a malha urbana da cidade dos anos de 1965 e 1984, aplicou-se ao mapa o traçado viário atual que fica dentro do perímetro das manchas de ocupação desses anos. Entendendo que as ruas atuais podem não corresponder ao sistema viário dessa época, a utilização desse recurso se deu apenas em uma tentativa de entender melhor a expansão urbana da cidade nesse período.

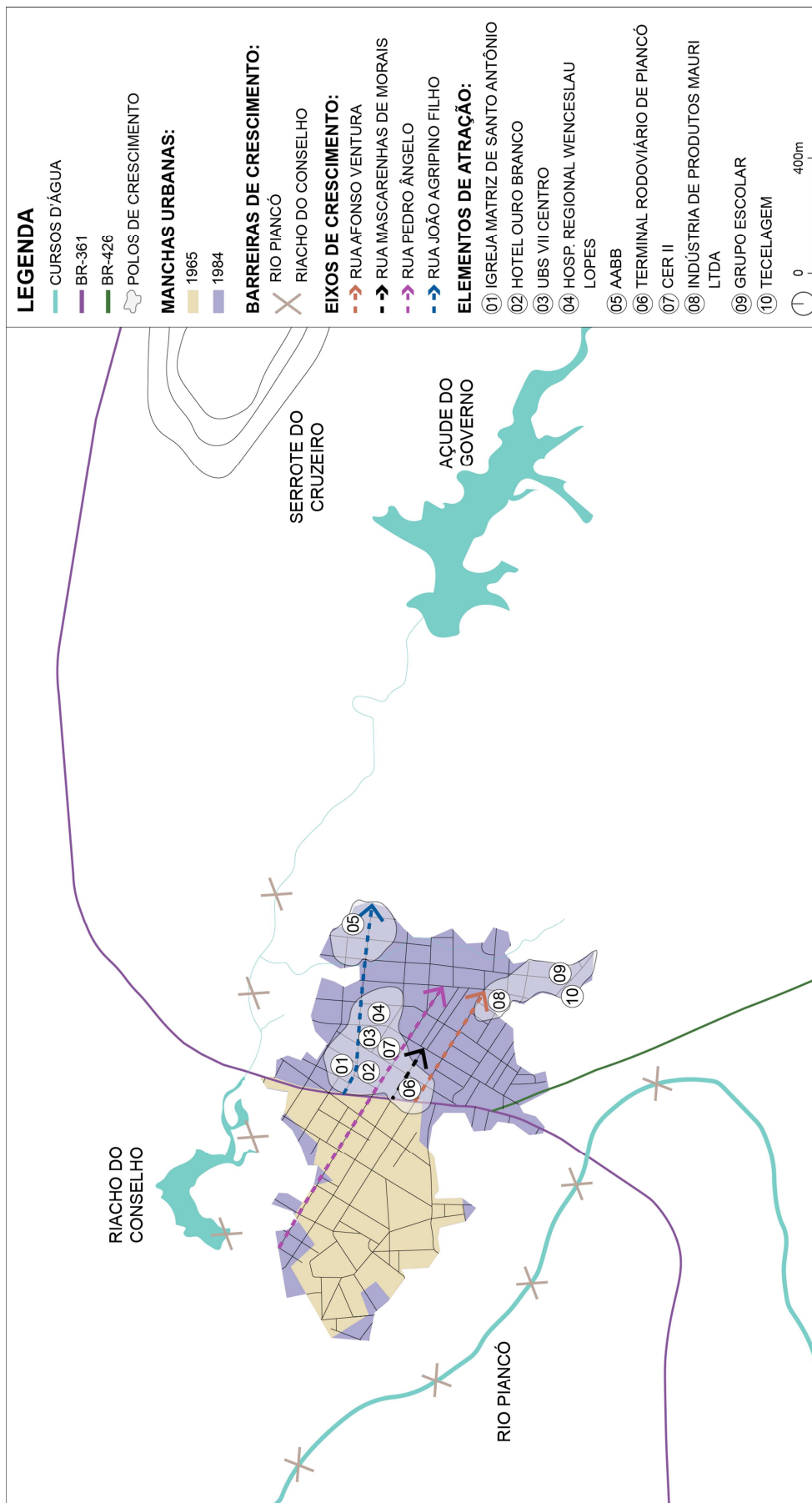


Figura 61: Crescimento urbano de Piancó de 1965 a 1984.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | Open Street Map (2022) | Land Viewer (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

5.2. De 1984 a 2004

Destaca-se nesse período, novamente, o papel da seca na urbanização de cidades do Semiárido brasileiro. Nessa época, ocorreram períodos de grande estiagem em 1987, 1990, 1992-98, 2002-03 (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016). Eventos desse tipo, que infelizmente são comuns nessa região do país, acabam afetando seus habitantes.

Além do impacto econômico que é gerado, existem problemas ambientais e sociais atrelados a esses episódios de escassez de recursos hídricos. Com uma seca gerando falta de água para as atividades agrícolas e para a pecuária, normalmente ocorrem nesses períodos uma migração de pessoas para a zona urbana. A escassez de água interfere, ainda, na atração de determinadas indústrias, por significar a falta de um recurso importantíssimo para as suas atividades. Percebe-se, nesse recorte temporal de análise, a expansão da mancha urbana de Piancó no entorno do polo de crescimento (PANERAI, 2006) representado pela Indústria de Produtos Mauri LTDA, o Grupo Escolar, a Fábrica de Tecelagem, e as demais edificações ao seu redor (Figura 64), o que pode ser relacionado ao êxodo rural impulsionado pelas secas.

Somado ao problema da escassez hídrica no Semiárido, a década de 1980 foi considerada como “década perdida” no cenário federal, pois houve um crescimento muito pouco relevante do PIB brasileiro (SAMPAIO, 2019). Portanto, é possível que tenha acontecido nessa época, que vai de 1984 a 2004, a continuidade da migração da população rural piancoense, que teve início no recorte temporal anterior, novamente buscando melhores condições de vida, e é muito provável que esses fatores econômicos tenham influenciado nesse processo.

Destaca-se, ainda, nessa época, a Constituição Federal de 1988, com a promoção da Reforma Urbana no país e o estabelecimento de ferramentas constitucionais direcionadas ao processo de desenvolvimento territorial e de gestão urbana. A partir dela, houve a base para a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a instalação

do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, em 2003 (FERNANDES, 2008).

Do crescimento de Piancó nesse período, verifica-se novamente um aumento expressivo da mancha urbana da cidade, com a continuidade das dinâmicas de expansão nas áreas ao redor da malha de 1984, nas porções sul, norte e leste. Destaca-se aqui principalmente a região norte, onde há a aproximação da ocupação com o Riacho do Conselho. Essa expansão se deu no entorno do polo de crescimento (PANERAI, 2006) formado pelo Grupo Escolar e demais ocupações do seu entorno, localizado a oeste da BR-361. Esses processos podem ser observados no mapa da Figura 64.

Há ainda a superação da barreira de crescimento (PANERAI, 2006) que o riacho representava até o recorte temporal anterior, com o surgimento de ocupações descontínuas ao longo da BR-361. A rodovia, até a mancha urbana de 1965, também era um limitador de crescimento, passando agora a se comportar como um eixo de expansão (PANERAI, 2006). Essas ocupações, se assemelham ao conceito de cintura periférica de Conzen (1960), formando hiatos urbanos, e são indicadas no mapa da Figura 64.

É muito comum que rodovias influenciem na construção das formas urbanas, visto que elas são ligações físicas entre as cidades, portanto costumam atrair ocupações ao longo do seu eixo, normalmente com a oferta de serviços voltados aos transportes, sendo elementos reguladores de crescimento.

É a BR-361, citada antes, que corta o município e liga Piancó às cidades de Itaporanga-PB e Patos-PB, que, de acordo com o REGIC (IBGE, 2020), são cidades que se articulam na rede urbana (Figura 15). O sentido da expansão se dá, justamente, no trecho que leva à cidade de Patos, conforme indica a seta no mapa da Figura 64, que é um Centro Subregional, apresentando uma grande influência no município analisado, que se reflete na sua forma urbana. Além da diversidade de usos do solo propiciadas pelas atividades de serviço ao automóvel, essa região concentra

também polos de crescimento (PANERAI, 2006), a partir do conjunto formado pelo campo de futebol do Piancozinho, a sede da Cagepa, o Parque de Exposição Elzir Matos, e demais ocupações no entorno dessas edificações. Entre as três cinturas periféricas (CONZEN, 1960) destacadas, a mais densa entre elas corresponde ao início do Bairro Piancozinho (Figura 62), que será citado algumas vezes ao longo das próximas análises.



Figura 62: Cintura periférica correspondente ao bairro Piancozinho.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Com a melhor resolução das imagens de satélite utilizadas a partir dos recortes que tratam do século XXI, foi possível registrar melhor as expansões no sistema viário e as suas modificações, com o traçado dos prolongamentos de ruas e o surgimento de novos eixos viários no entorno da cidade.

Houve, ao longo desse recorte temporal, uma expansão do sistema viário urbano, com o prolongamento de ruas que já existiam, como a Rua João Agripino Filho (Figura 63), já destacada no crescimento correspondente ao recorte temporal anterior e novamente evidenciada no mapa da Figura 64. Com isso, observa-se um crescimento contínuo da mancha urbana, conforme descrição de Panerai (2006). Essa expansão

possui um caráter majoritariamente residencial, a partir do eixo da via citada, nas proximidades da AABB, um dos principais equipamentos de lazer da cidade, que configura um polo de crescimento (PANERAI, 2006), junto com as ocupações do seu entorno, conforme já dito.



Figura 63: Casas no prolongamento da Rua João Agripino Filho, nas proximidades da AABB.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Nota-se ainda o surgimento de novas ruas com traçado irregular na porção leste de Piancó, no mapa da Figura 64. Há a possibilidade de que sejam oriundas de loteamentos, direcionando adensamentos posteriores em suas margens. As ruas seguem o seu papel como elemento regulador, na definição de Panerai (2006), também na porção sudeste da cidade, gerando outra mancha de crescimento contínuo, tendo como eixo central a Rua Napoleão Ângelo, indicada no mapa da Figura 64. Além disso, nota-se o surgimento de duas manchas descontínuas, ou cinturas periféricas, tais como a caracterização apontada por Conzen (1960), nessa área de Piancó, uma delas tendo como eixo a Rua Virgílio Silva, gerando vazios urbanos entre as novas ocupações e as ocupações que já existiam anteriormente.

A criação desses hiatos pode estar associada à topografia local, Piancó é uma cidade com relevo pouco acidentado, mas essa área da cidade, onde houve uma ruptura do tecido urbano, possui um aclave em relação à mancha urbana principal do município (TOPOGRAPHIC-MAP, 2022).

Nessas porções, destacam-se a existência dos seguintes elementos de atração: a Usina de Reciclagem e um outro campinho de futebol, ambos localizados no bairro Campo Novo, além de uma sede da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM). O conjunto formado por essas edificações e as ocupações das suas cinturas periféricas tem o potencial para exercerem a função de polos de crescimento (PANERAI, 2006).

Observa-se também, nesse momento, o começo da aproximação dessas manchas urbanas com um outro corpo d'água, correspondente ao chamado "Açude do Governo", a leste (Figura 64). Essa área possui apenas algumas ocupações pontuais no seu entorno, que provavelmente são fazendas agrícolas, não tendo sido incorporada ainda na malha urbana.

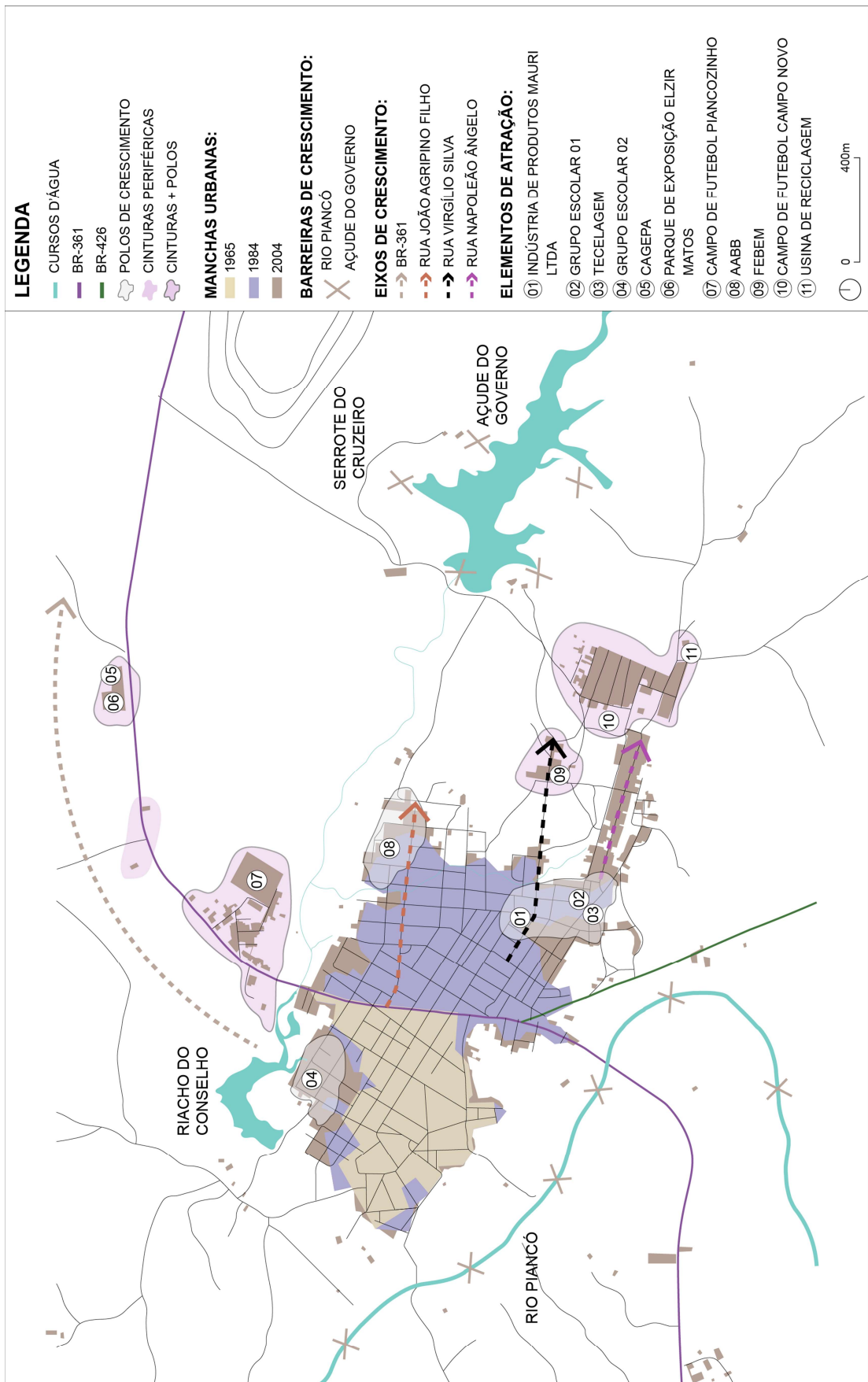


Figura 64: Crescimento urbano de Piancó de 1984 a 2004.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | Open Street Map (2022) | Google Earth (2022) | Land Viewer (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

5.3. De 2004 a 2010

A partir deste recorte, a maior quantidade de imagens de satélite disponíveis permitiu que os intervalos de análise passassem a ser menores. Por essa razão, dado o caráter pequeno da cidade de Piancó, é possível perceber seu crescimento lento durante curtos períodos de tempo, com expansões menos expressivas da mancha urbana. A boa resolução espacial das imagens permitiu, ainda, um maior detalhamento dos elementos destacados na mancha urbana piancoense a partir do ano de 2004.

Esse período, que começa em 2004 e vai até 2010, é marcado pelas políticas econômicas do primeiro mandato do presidente Lula, que teve início em 2002. Ao longo desses anos, até 2010, a economia brasileira apresentou respostas positivas às modificações aplicadas no âmbito nacional e se encontrava em prosperidade, com o controle da inflação e a balança comercial com saldo positivo (FREITAS; JONER, 2018). Os níveis de emprego e renda da população aumentaram, principalmente nos anos de 2004, 2007 e 2008.

As épocas prósperas da economia, acabam refletindo na construção das cidades e em reforços na sua estrutura. É nesse governo que se tem a criação do Programa de Aceleração de Crescimento, em 2007, se propondo a investir em melhorias na infraestrutura do país e na qualidade de vida da população (ME, 2022), que acabou gerando impactos na cidade de Piancó. Em 2008, houve convênios relacionados à Fundação Nacional de Saúde, atrelados à melhoria habitacional para controle da Doença de Chagas e ao sistema de abastecimento de água para atender ao município (PIANCÓ, 2022a).

É ainda de 2008 a habilitação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em Piancó, segundo a Portaria nº 2.569, de 29 de outubro de 2008 (BRASIL, 2008). A instalação deste equipamento próximo ao grupo escolar a oeste da BR-361, acabou fortalecendo o polo de crescimento (PANERAI, 2006) dessa região, formado em conjunto com as edificações do entorno. Entre os equipamentos de saúde destaca-se

também, no recorte temporal em questão, a Portaria nº 2.820, de 17 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009), que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na cidade.

Em termos de crescimento urbano em Piancó, até o ano de 2010 (Figura 65), percebe-se o surgimento de uma nova cintura periférica (CONZEN, 1960) ao longo do eixo da BR-361, que corresponde a um conjunto habitacional. O agrupamento residencial, conforme torna-se evidente no tópico 5.4, apresenta as características de polo de crescimento definidas por Panerai (2006). Além disso, é possível notar a expansão e o adensamento das cinturas periféricas (CONZEN, 1960) que já existiam ao longo da rodovia, principalmente no entorno do polo de crescimento (PANERAI, 2006) formado pelo campo de futebol do Piancozinho e edificações ao redor, que foi reforçado pela instalação da UPA. Suas localizações encontram-se destacadas no mapa da Figura 65.

Destaca-se nessa porção do município o começo das conexões entre essas cinturas periféricas (CONZEN, 1960). Com isso, tem-se a minimização das rupturas entre elas, a partir de expansões que ocorreram na malha viária ao longo desses anos. Observa-se ainda, entre 2004 e 2010, o surgimento de novas ocupações contínuas ao norte da mancha urbana principal de Piancó, nas proximidades do polo de crescimento (PANERAI, 2006) representado pela AABB e o seu entorno, e ao sul do bairro Piancozinho, com essas duas áreas se aproximando cada vez mais do Riacho do Conselho, elemento que as separa (Figura 65).

Além disso, na porção sudeste, cujas cinturas periféricas (CONZEN, 1960) antes se ligavam com o restante da cidade, em sua maioria, por meio de caminhos sinuosos, agora começa a ter quadras com desenhos de ruas mais ortogonais, que começaram a ser ocupadas por residências (Figura 65). Os vazios que separam essas áreas da mancha principal começam a ser adensados, alguns deles ocorrendo ao longo do eixo de crescimento (PANERAI, 2006) que é a Rua Virgílio Silva, e no entorno dos polos representados pela FEBEM e seu entorno, o campinho de futebol do bairro Campo Novo e suas ocupações vizinhas, dando continuidade às dinâmicas de expansão do recorte temporal anterior.

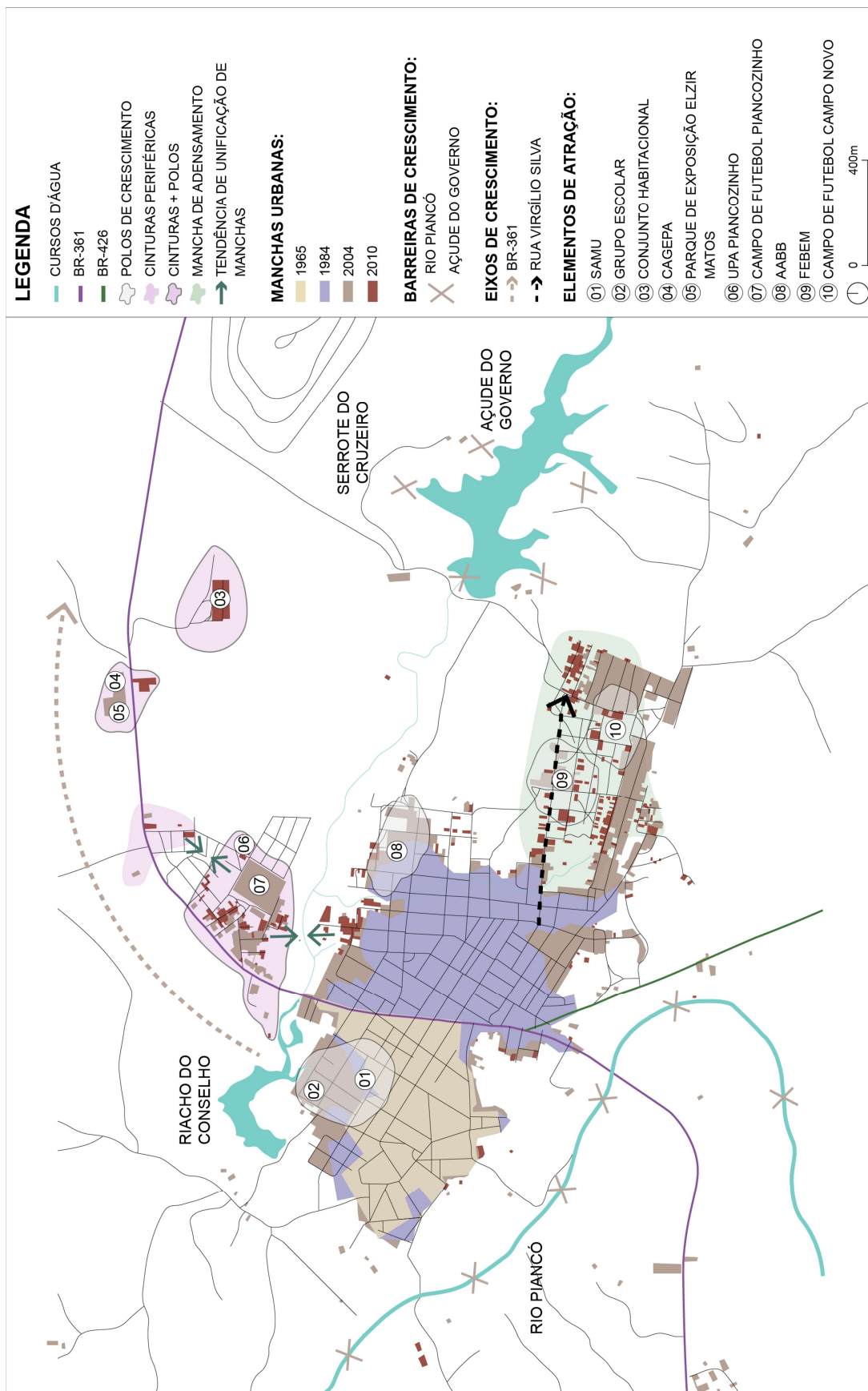


Figura 65: Crescimento urbano de Piancó de 2004 a 2010.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | Open Street Map (2022) | Google Earth (2022) | Land Viewer (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022) | IBGE (2010).

5.4. De 2010 a 2014

No âmbito do crescimento econômico experimentado nos 4 anos anteriores, foi possível haver ainda uma maior disponibilidade de subsídios públicos de apoio ao crédito para a construção habitacional. Com isso, ocorreu a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009, que injetou recursos significativos para a produção habitacional urbana e teve impactos relevantes nas cidades brasileiras (ROLNIK; KLINK, 2011).

No Estado da Paraíba, inicialmente o programa atendia apenas aos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Cabedelo, Conde, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita, mas foi estendido para todos os municípios do Estado ainda no ano da sua criação, em 2009 (PARAÍBA, 2009). A cidade de Piancó foi contemplada com recursos do PMCMV em 2012, para a construção de 15 unidades habitacionais no município (CNM, 2012), cujas localizações são indicadas no mapa da Figura 67.

Do PAC, a cidade ainda recebeu investimentos para a construção de uma Creche Pro Infância tipo 1, no bairro Campo Novo (CGU, 2017), nas proximidades da FEBEM (Figura 67). Além disso, houve um convênio em 2014 para o sistema de esgotamento sanitário, com estação completa de tratamento de afluentes (PIANCÓ, 2022a).

A partir desse momento de análise, entre 2010 e 2014, as tendências de crescimento, que foram se apresentando com o passar dos anos começam a se concretizar na cidade de Piancó, conforme ilustra o mapa da Figura 67. As cinturas periféricas (CONZEN, 1960) ao longo da BR-361 continuam em processo de adensamento, com a ocupação de lotes vazios, e expansão, com o prosseguimento da sua conexão a partir do preenchimento dos hiatos entre elas. Os adensamentos ocorreram, em sua maioria, no entorno dos polos de crescimento do campinho de futebol do Piancozinho, e da UPA construída no período anterior (entre 2004 e 2010), formados em conjunto

com as edificações ao redor desses equipamentos. Esse polo foi reforçado pela instalação do conjunto habitacional, construído a partir dos recursos do PMCMV (CNM, 2012), indicado no mapa da Figura 67 como “conjunto habitacional 02”. A partir das dinâmicas de crescimento nessa região, ocorridas até o ano de 2014, houve a unificação de duas cinturas periféricas, que ocupavam de forma descontínua as margens da BR-361.

Apesar de algumas ruas não terem se consolidado no entorno do campinho de futebol, a malha viária dessa área continua se expandindo, com a instalação do que parecem ser novos loteamentos, como pode ser observado na Figura 67, indicando a possibilidade de surgirem novas ocupações futuras nessa região da cidade. Destaca-se ainda o potencial de atração do conjunto habitacional citado no tópico 5.3, que foi nomeado no mapa da Figura 67 como “conjunto habitacional 01”, para diferenciá-lo da aglomeração residencial construída pelo PMCMV (CNM, 2012).

Já na porção norte da mancha principal de Piancó, na área próxima à AABB, apesar do seu processo de adensamento ter continuado, a sua aproximação com o Riacho do Conselho e o bairro Piancozinho é, nesse momento, menos expressiva. Destaca-se ainda, no presente recorte temporal, o potencial de atração do polo de crescimento (PANERAI, 2006) composto pelo SAMU, o Grupo Escolar e demais edificações do entorno, a oeste da BR-361.

O processo de adensamento da porção sudeste da cidade, indicado no mapa da Figura 67, apresentou progresso significativo nesse período de quatro anos. A malha viária nessa região continuou com o seu processo de consolidação, com o surgimento de novas quadras e também de novas ocupações nas quadras antigas. Foi durante esse recorte temporal a inauguração do Fórum Judicial da comarca de Piancó, em 2013 (TJPB, 2013). Atendendo aos municípios de Aguiar, Catingueira, Emas, Igaracy e Olho d'Água (Figura 66), o Fórum foi construído onde antes se localizava o campinho de futebol dessa área, fortalecendo o polo de crescimento (PANERAI, 2006) já formado pela FEBEM, a Creche Pro Infância Tipo 1, e demais edificações nessa área (Figura 67).



Figura 66: Imagem do Fórum Judicial de Piancó.

Fonte: TJPB (2013).

Destacam-se ainda os adensamentos de áreas que vinham se expandindo desde o recorte temporal passado, como é o caso da área ao sudeste da AABB (Figura 67), demonstrando a atração do polo de crescimento (PANERAI, 2006) composto pelo equipamento e as edificações do seu entorno. Foi nessa época também o início da instalação do Mirante de Santo Antônio sobre o “Serrote do Cruzeiro”, ponto mais alto do entorno da cidade, equipamento de turismo religioso locado de forma descontínua à malha urbana de Piancó, indicado no mapa da Figura 67.

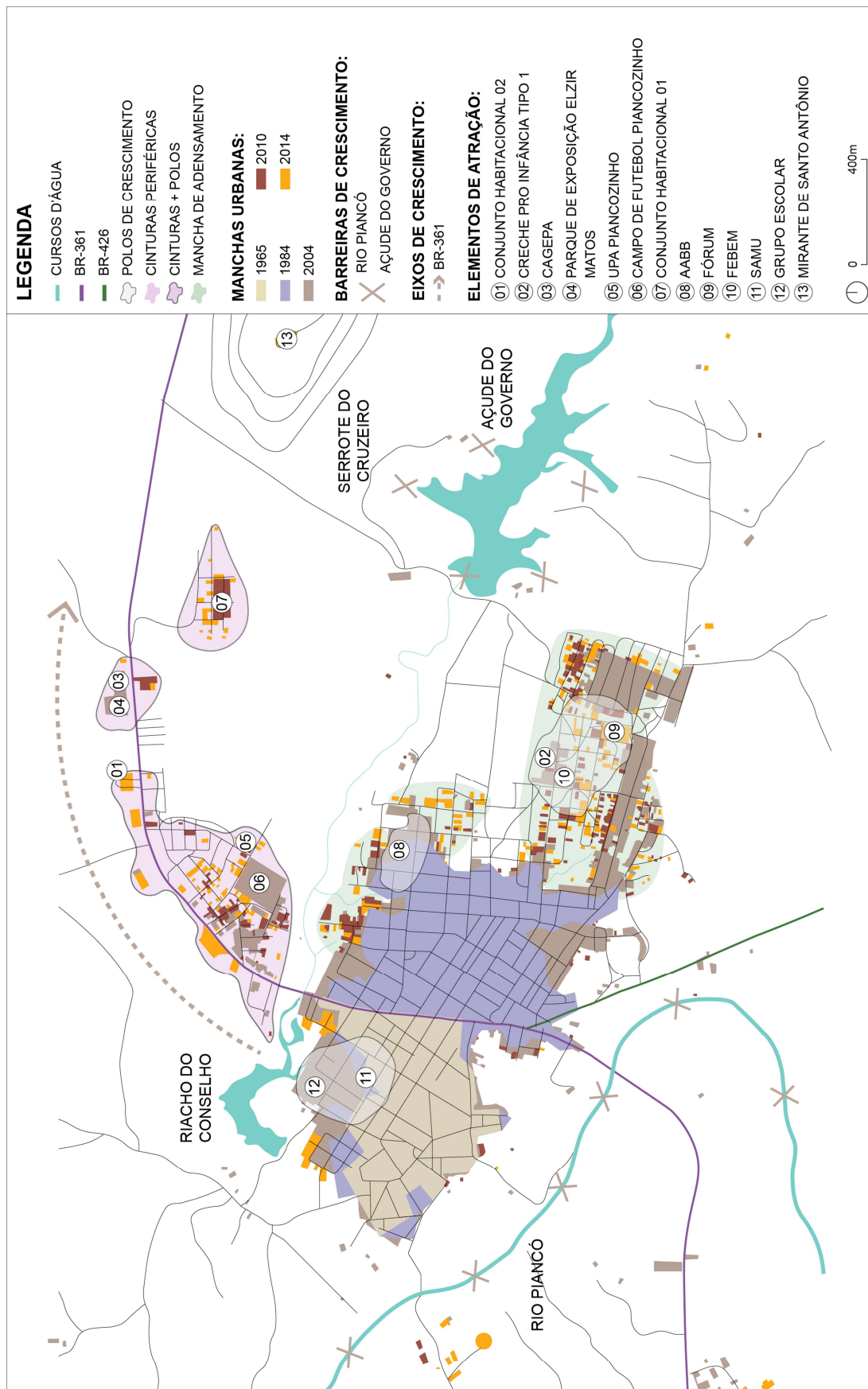


Figura 67: Crescimento urbano de Piancó de 2010 a 2014.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | Open Street Map (2022) | Google Earth (2022) | Land Viewer (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

5.5. De 2014 a 2018

Esse recorte temporal representa, nacionalmente, um período em que o país passou por uma grave crise econômica em 2014 e 2015, encerrando o ciclo próspero que teve sua gênese em 2002 (FREITAS; JONER, 2018). Soma-se a isso, no Semiárido brasileiro, novamente o problema das secas. O período de chuvas irregulares que começou em 2010, inicialmente teve seus impactos minimizados pela chuva abundante que encheu os reservatórios nos dois anos anteriores. No entanto, o ano de 2015 já era o quarto ano consecutivo de seca, culminando em perdas nas atividades agrícolas e no esvaziamento de reservatórios da região (NYS; ENGLE; MAGALHÃES, 2016). Esses fatores podem ter tido um reflexo na mancha urbana da cidade mais uma vez, com o aumento da migração da zona rural para a zona urbana.

Nesse período, observa-se a continuidade das tendências de crescimento dos períodos anteriores. Segue-se o processo de adensamento das cinturas periféricas (CONZEN, 1960) ao longo do eixo de crescimento (PANERAI, 2006) que representa a BR-361, com a ampliação do sistema viário nessas manchas descontínuas (Figura 69). Esse adensamento, somado ao surgimento de mais ruas, torna essas cinturas periféricas cada vez mais conectadas entre si. Nesse sentido, destaca-se a atuação dos polos de crescimento (PANERAI, 2006) dessas porções, representados pela CAGEPA, o Parque de Exposição, o conjunto habitacional 01 e o 02, a UPA, o campo de futebol do Piancozinho, e demais edificações no entorno desses equipamentos, que foram ainda reforçados pela transferência da nova sede do SAMU para essa região.

A instalação desse equipamento de saúde, às margens da BR-361 (Figura 68) apresenta uma localização estratégica, que permite o acesso rápido a várias partes da cidade a partir da rodovia, além de facilitar sua comunicação com os municípios de Patos e de Itaporanga, cidades integradas à rede urbana piancoense (Figura 15). A instalação desse equipamento, em uma área próxima à UPA do Piancozinho, conforme ilustra o mapa da Figura 69, reforça o estabelecimento de novas dinâmicas

urbanas nessa área mais periférica da cidade, somando-se a isso o potencial de atração dos polos de crescimento citados anteriormente. Além disso, indica o aumento da população, já que os recursos para a construção são direcionados em função da sua demanda.



Figura 68: Imagem da nova sede do SAMU de Piancó, na BR-361.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Entre as cinturas periféricas (CONZEN, 1960) existentes ao longo da rodovia, cabe ressaltar a aproximação entre as ocupações no entorno do conjunto habitacional 01 e o Mirante de Santo Antônio, instalado no recorte temporal anterior (2010-2014). Nota-se ainda a continuidade do adensamento dos vazios urbanos que ficam na parte sudeste do município (Figura 69), correspondente ao polo de crescimento (PANERAI, 2006) formado pela Creche, a FEBEM, o Fórum e ocupações do entorno. Além disso, há a expansão do sistema viário e o estabelecimento de novas edificações nessa mancha em direção a leste. Em direção ao norte, seu adensamento se aproxima cada vez mais do entorno do polo de crescimento (PANERAI, 2006) ao redor da AABB. Esses processos citados são indicados na Figura 69 por meio de setas.

As ocupações contínuas na parte norte da mancha urbana principal, no polo de crescimento (PANERAI, 2006), composto pelo Grupo Escolar a oeste da BR-361 e suas edificações vizinhas, também seguem as suas dinâmicas de expansão, iniciadas em períodos anteriores, conforme mostra a Figura 69.

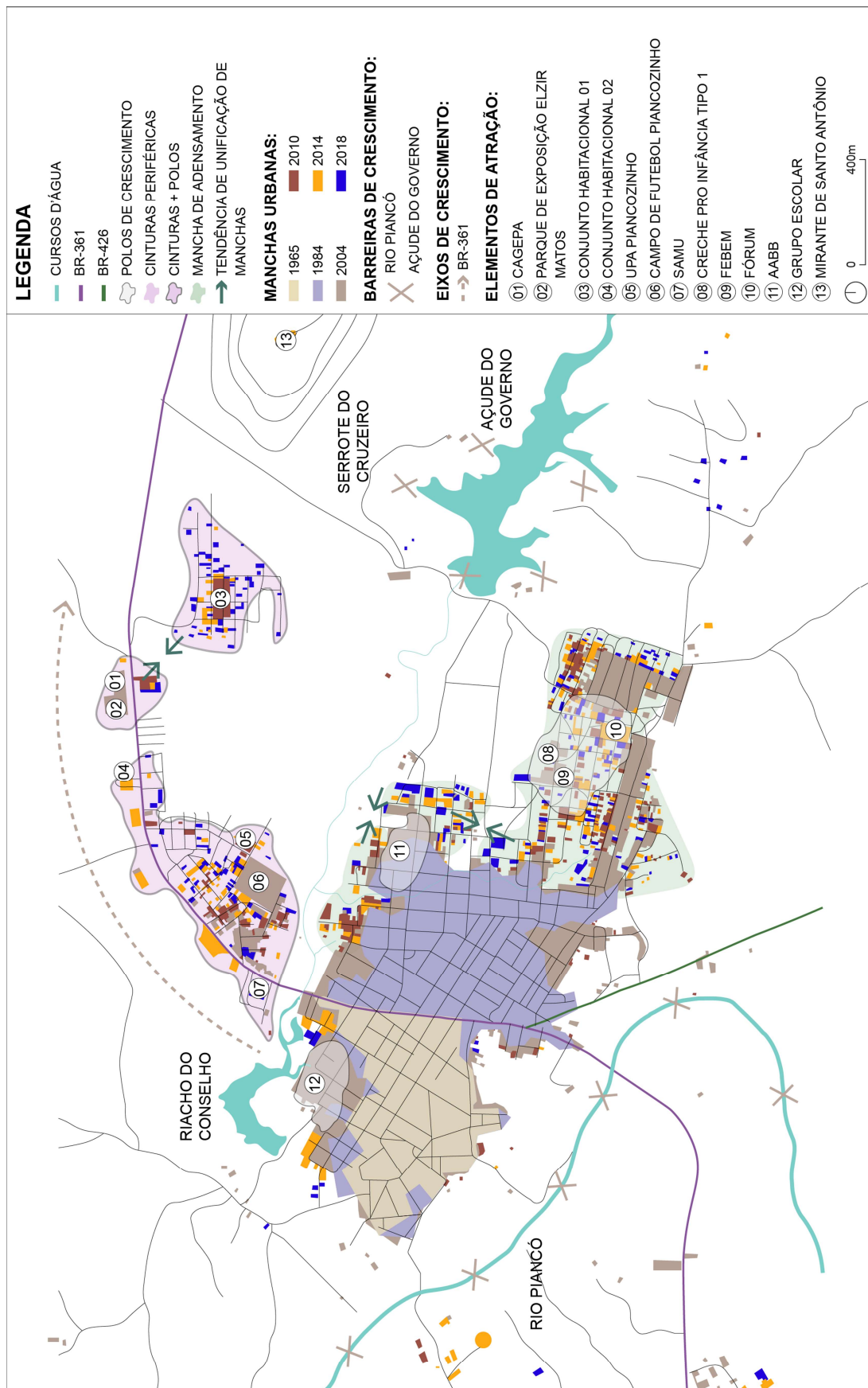


Figura 69: Crescimento urbano de Piancó de 2014 a 2018.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | Open Street Map (2022) | Google Earth (2022) | Land Viewer (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

5.6. de 2018 a 2021

A economia brasileira não se recuperou da crise que foi deflagrada em 2015. Entre os anos de 2018 e 2019, houveram leves sinais de recuperação (LIMA NETO et al, 2022). No entanto, os efeitos da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, geraram impactos socioeconômicos fortes em todo o mundo, com quedas no setor industrial e de serviços, além do aumento nas taxas de desemprego. Como consequência disso, esse é o período entre todos os que foram estudados, em que a cidade de Piancó aparentemente apresentou o menor número de novas ocupações.

Nesse momento abordado, seguem-se os adensamentos e ocupações ao longo do eixo de crescimento representado pela BR-361, por meio da ocupação de lotes vazios no interior do tecido urbano, além dos prolongamentos do sistema viário nessa área, conforme ilustra o mapa da Figura 71. Com isso, destaca-se novamente a atração proporcionada pelos polos de crescimento (PANERAI, 2006) compostos pelos conjuntos habitacionais nessa região, em conjunto com a UPA, o campo de futebol do Piancozinho, o SAMU, além das edificações no entorno desses equipamentos.

Além disso, aborda-se mais uma vez a aproximação da mancha urbana do bairro Piancozinho (Figuras 70 e 71) com a expansão da parte norte da mancha urbana principal de Piancó, próxima ao polo de crescimento (PANERAI, 2006) do entorno da AABB. Nesse momento, essas áreas encontram-se separadas apenas pelo Riacho do Conselho, que passa por essa região do município.



Figura 70: Imagem de mais ocupações no bairro Piancozinho, com a mancha urbana principal da cidade ao fundo.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Na parte sudeste e leste, houve a junção das manchas de adensamento que surgiram nos recortes de 2004-2010 (Figura 65) e 2010-2014 (Figura 67), além do aumento das ocupações nos vazios urbanos remanescentes dessas áreas, seguindo os processos vivenciados pela cidade nos anos anteriores. Esse processo apresenta uma grande influência da atração dos polos de crescimento (PANERAI, 2006) do entorno da AABB, da Creche, da FEBEM e do Fórum (Figura 71).

Além disso, percebe-se que a expansão da cidade ao noroeste da mancha urbana principal, próxima ao polo de crescimento (PANERAI, 2006) do entorno do Grupo Escolar, começa a se consolidar. Esses processos são indicados no mapa da Figura 71.

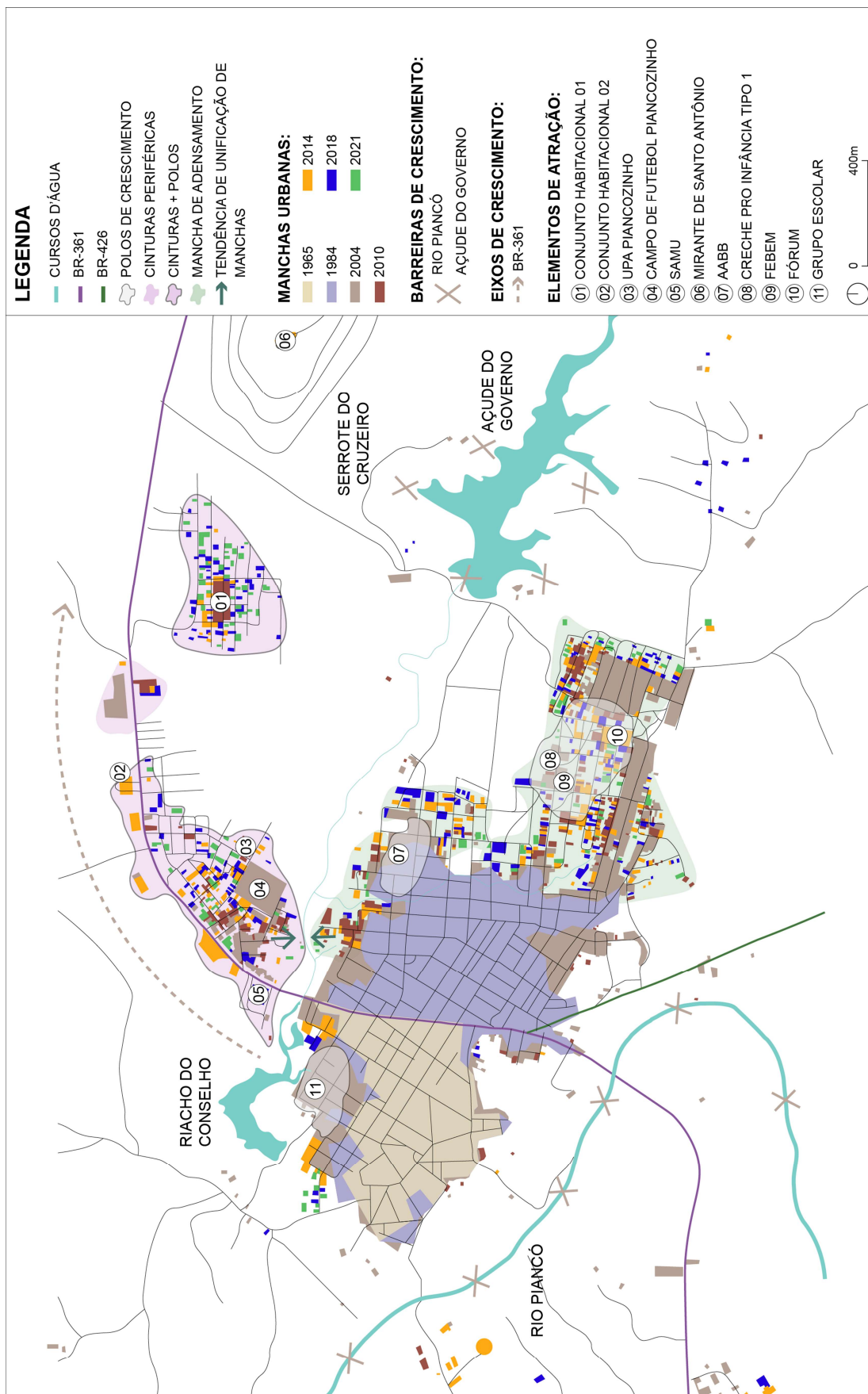


Figura 71: Crescimento urbano de Piancó de 2018 a 2021.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | Open Street Map (2022) | Google Earth (2022) | Land Viewer (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Torna-se importante reforçar que a análise do crescimento de Piancó apenas abrange o período que vai até o ano de 2021, pelas limitações impostas a partir da base de dados encontrada no âmbito da pesquisa, descritas na metodologia deste trabalho (Capítulo 2). Entende-se que a análise até esse ano não compromete a qualidade das observações, por se tratar de uma cidade de pequeno porte, com crescimento lento, conforme foi observado até aqui, onde as mudanças ao longo de um ano geralmente não são tão expressivas.

5.7. Síntese de crescimento e os principais vetores futuros de expansão da cidade

Viu-se até aqui que a cidade de Piancó apresentou, durante os recortes temporais analisados, dinâmicas de crescimento que foram se consolidando ao longo dos anos. Além disso, foi possível observar como a intensidade das expansões e adensamentos, pode ser atrelada às oscilações sofridas pela economia brasileira e paraibana, além dos problemas causados pela seca.

A mancha urbana pouco se aproximou do Rio Piancó durante os anos estudados (Figuras 72 e 75), seguindo um crescimento na direção oposta a essa barreira de crescimento (PANERAI, 2006). O Riacho do Conselho, ao norte do núcleo de origem da cidade, acabou sendo ultrapassado ao longo dos anos por meio de cinturas periféricas (CONZEN, 1960) ao longo da BR-361, que se mostrou um dos principais eixos de crescimento urbano (PANERAI, 2006) do município nos últimos anos, processo evidenciado na Figura 75.

Além disso, destacou-se a unificação das manchas de adensamento na porção leste da malha urbana principal da cidade, a aproximação da mancha urbana de Piancó em relação ao Açude do Governo, a forte atuação da consolidação da malha viária em ocupações posteriores, e o adensamento de todos os polos de crescimento

(PANERAI, 2006) que foram identificados durante os recortes temporais analisados, a partir do seu potencial de atração.



Figura 72: Área rural que separa a Igreja Velha do Rio Piancó (ao fundo da imagem), desde a origem da cidade.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Por meio das observações feitas, e com a identificação dessas dinâmicas de crescimento, que ocorreram entre os anos de 1965 e 2021, torna-se possível apontar algumas das prováveis tendências de expansão da malha urbana piancoense para os anos seguintes.

Provavelmente, a mancha urbana na porção leste da cidade, que acabou se unificando ao longo dos anos, continuará o seu processo de adensamento. Essa área possui ainda muitos vazios urbanos a serem preenchidos, cuja ocupação pode ser atraída pela presença, na região, de polos de crescimento (PANERAI, 2006) já citados anteriormente. Esses polos são formados pelo Fórum, a FEBEM, a Creche e a AABB, e pelas edificações do entorno desses equipamentos (Figura 75). As análises temporais mostraram que a porção sudeste dessa mancha é passível de adensamento. Apesar da presença do aclave nessa região (TOPOGRAPHIC-MAP, 2022), que pode ter impulsionado a criação do hiato urbano citado no recorte temporal de 1984-2004 (Tópico 5.2), ao longo dos anos seguintes foi possível observar a forte ocupação dessa área.

Além disso, é provável que a mancha urbana principal de Piancó siga seu processo de expansão em direção a leste, conforme apontam as setas vermelhas no mapa da Figura 75, seguindo o processo de crescimento que vem ocorrendo no município, desde a sua formação.

O eixo de crescimento (PANERAI, 2006) que a BR-361 apresenta (Figuras 73 e 75), também possui um potencial de continuar guiando a expansão urbana de Piancó com o prosseguimento do adensamento das cinturas periféricas (CONZEN, 1960) que surgiram em suas margens. É provável, ainda, que essas manchas continuem com o seu processo de unificação, indicado no mapa da Figura 75 por meio de setas verdes, através de instalação de novas ocupações e do prolongamento do sistema viário dessa região. Essa área acabou tendo um desenvolvimento expressivo entre 2004 e 2021, com a presença de polos de crescimento no entorno dos conjuntos habitacionais construídos nessa porção, da CAGEPA, do Parque de Exposição, da UPA, do campo de futebol e do SAMU, que oferecem uma diversidade de atividades nessa região da cidade (Figura 75). Em relação à unificação das manchas, é provável, ainda, que a malha urbana principal da cidade ultrapasse o Riacho do Conselho, que a separa destas ocupações descontínuas ao longo da BR-361, tornando o tecido urbano um só.



Figura 73: Ocupações ao longo da BR-361, no trecho em direção à Patos.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Outra dinâmica que chama a atenção é o adensamento que se iniciou em 2014, nas áreas próximas ao polo de crescimento (PANERAI, 2006) do entorno do Grupo Escolar, a oeste da BR-361, que pode se tornar expressivo com o passar dos anos. Em relação às barreiras de crescimento, seguindo a definição de Panerai (2006), são destacados no mapa da Figura 75 os elementos que podem atuar como obstáculos à expansão urbana.

É pouco provável que a cidade cresça em direção ao Rio Piancó. Apesar da exigência prevista na Lei Florestal nº 12.651 (BRASIL, 2012) da existência de uma margem não edificada ao longo de corpos d'água, para evitar problemas ambientais e urbanos, a margem do rio é relativamente extensa, possuindo áreas que talvez ainda sejam passíveis de ocupação, sem que esta ultrapasse a faixa de proteção ambiental. No entanto, como o crescimento da cidade não se mostrou muito expressivo em sua direção, conforme foi visto ao longo das análises, é provável que essa tendência de expansão em oposição ao rio permaneça.

Além disso, notou-se cada vez mais, ao longo dos anos analisados, a aproximação da mancha urbana com o Açude do Governo, a leste, conforme ilustra a Figura 75. No entanto, muito provavelmente, esse corpo d'água não deve ser incorporado no tecido urbano no futuro mais próximo, já que a inserção de elementos desse tipo na malha das cidades, conforme já foi dito anteriormente, pode ocorrer em um processo mais lento de crescimento.

Seguindo a expansão urbana ao longo da BR-361, a mancha de crescimento vai se aproximando do Serrote do Cruzeiro, conforme indica a seta no mapa da Figura 75. Percebe-se que, ao longo das análises, apesar da topografia poder ser associada à criação do hiato urbano na porção sudeste do município entre os anos de 1984 e 2004 (Figura 64), ela não impediu o adensamento dessa região nos anos seguintes. O Serrote do Cruzeiro (Figuras 74 e 75) é, portanto, é um dos únicos elementos do relevo da região onde a cidade se estabelece, que poderá funcionar como um inibidor e impedir o aumento da área urbana em sua direção.



Figura 74: Vista do Serrote do Cruzeiro a partir das imediações da AABB.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Todas essas observações foram sintetizadas no mapa a seguir, na Figura 75, que apresenta as manchas de expansão ao longo de todos os anos analisados, barreiras, polos e eixos de crescimento citados, possíveis direções de expansão da cidade que foram apontados neste tópico, entre outras informações.

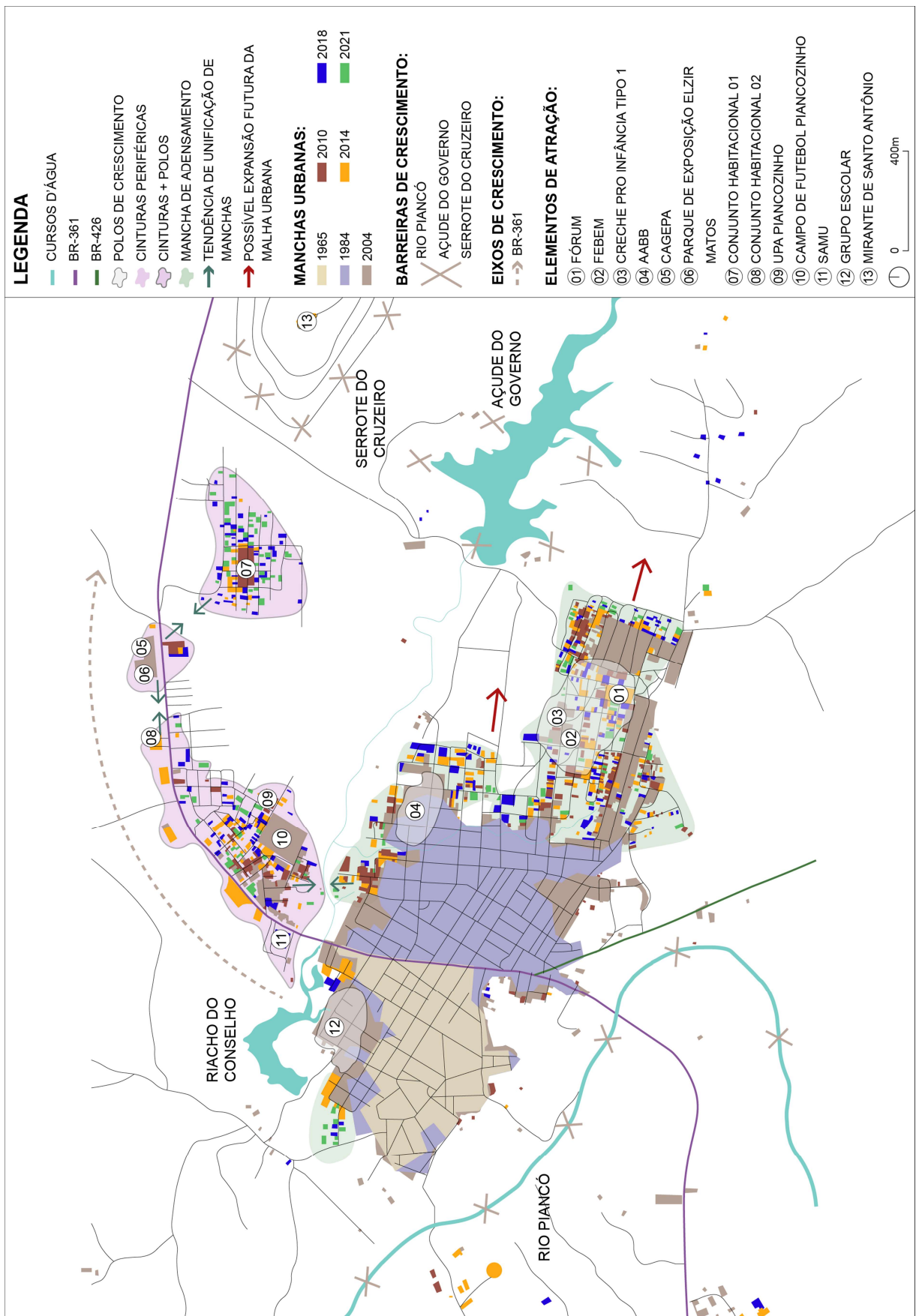


Figura 75: Crescimento urbano de Piancó de 2018 a 2021.

Fonte: Autoria própria, 2022. Com base em Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEX, 2022) | Open Street Map (2022) | Google Earth (2022) | Land Viewer (2022) | INPE (2022) | Topographic-Map (2022).

Durante a visita de campo, entre os dias 07 e 10 de junho de 2022, não foi identificada uma tendência à verticalização em Piancó. A maioria das construções seguem sendo térreas ou, no máximo, com dois pavimentos, sendo exceções os prédios que passam disso. Além disso, também não foi localizada a existência de nenhuma legislação local que estabeleça algum coeficiente que torne determinada área da cidade mais atrativa, tampouco legislações a respeito do controle de uso e ocupação do solo, como o Plano Diretor e o Código de Obras, assim como a existência de secretarias específicas de planejamento urbano municipal.

É importante reforçar que o nível de crescimento da cidade nos próximos anos vai depender muito da recuperação econômica de todo o país após a crise causada pela pandemia da COVID-19 e pelas consequências geradas a partir do isolamento social.

Torna-se válido citar ainda a chegada das águas da transposição do Eixo Norte do Rio São Francisco à Barragem Engenheiro Avidos, na cidade de Cajazeiras, em 2022 (G1 PARAÍBA, 2022). Essas águas se conectam ao rio Piranhas-Açu, que fazem parte da mesma Bacia Hidrográfica do rio Piancó. Espera-se que isso possa minimizar os efeitos socioeconômicos de próximas secas que podem atingir a cidade futuramente e, com isso, gerar menos impactos no desenvolvimento da cidade.

A partir de todas essas análises e apontamentos, entende-se que a cidade de Piancó, cresce de forma espontânea e não planejada, e que essas reflexões podem não se concretizar no futuro. No entanto, essa compreensão de como a cidade foi se expandindo ao longo do tempo, com a presença de dinâmicas de crescimento que foram se consolidando nesse processo, torna possível planejar melhor o desenvolvimento da morfologia urbana da cidade para os próximos anos, podendo justamente servir de base para a elaboração de um Plano Diretor Municipal no futuro, ou de políticas voltadas para o planejamento da construção da cidade. Sendo assim, as ocupações e adensamentos que ocorrerão, assim como os novos eixos de expansão, poderão se adequar às funcionalidades do município e evitar problemas urbanos posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho aborda a origem e o crescimento das pequenas cidades do Semiárido brasileiro, entre os séculos XVIII e XXI, fazendo uma análise específica do município de Piancó, na Paraíba. Esse estudo foi possível a partir da pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados, como mapas, e de fontes primárias, como fotografias, matérias de jornal e legislações. Tais elementos permitiram a compreensão da gênese dos núcleos urbanos do Semiárido brasileiro e também de Piancó, cuja análise se deu por meio da utilização de métodos de leitura do crescimento urbano que permitiram visualizar, com maior clareza, os processos de expansão pelos quais a cidade passou, desde o início da sua ocupação.

A partir dos resultados obtidos, verificou-se a influência de contextos locais e nacionais no desenvolvimento urbano do Semiárido brasileiro. Com destaque inicial para a expansão da pecuária pelo interior do país, associada à atuação da Igreja, por meio da instalação de capelas, que conduziram a origem de muitos dos seus núcleos. Atrelado a isso, soma-se a importância dos cursos d'água na fixação de muitas cidades, inclusive de Piancó. Ao longo dos anos seguintes, vários foram os fatores socioeconômicos e políticos que contribuíram para o processo de urbanização do Semiárido, como os tempos áureos da economia do algodão e as grandes secas que impulsionaram o direcionamento de vários investimentos para a área, com as obras de açudagem e de construção de rodovias - reforçadas pelo plano de unificação nacional de Getúlio Vargas, no século XX - que alteraram as dinâmicas dos municípios contemplados pelas mesmas.

Da formação de Piancó, o rio que banha a cidade, os bandeirantes, as fazendas de gado e a Casa da Torre, com a doação do terreno para a construção da Capela de Santo Antônio, foram elementos que participaram ativamente da gênese do seu núcleo urbano. Em seguida, as análises do seu crescimento, entre os séculos XVIII e XXI, permitiram observar seu lento processo de desenvolvimento, compatível com a

realidade de pequenas cidades, principalmente nos momentos em que a análise pôde apresentar recortes temporais mais curtos, já no século XXI.

A identificação da participação de elementos reguladores do espaço urbano em sua morfologia, levando em consideração as definições de Panerai (2006), e o conceito de cinturas periféricas de Conzen (1960), também foram fundamentais para o entendimento da expansão citadina até o ano de 2021. Notou-se uma forte atuação dos eixos viários de crescimento, a exemplo da BR-361, além de terem sido destacados o surgimento das cinturas periféricas ao longo dos recortes temporais, e a atuação das barreiras de crescimento na forma da cidade, como o Riacho do Conselho, a própria BR-361 e o Rio Piancó, que direcionou a ocupação urbana em oposição às suas margens desde o início da povoação do lugar. Importantes edificações puderam, ainda, expressar seu potencial na atração de fluxos em seu entorno, formando polos de crescimento (PANERAI, 2006) em conjunto com as ocupações ao seu redor, sendo o principal exemplo disso a Capela de Santo Antônio. Por fim, a partir dessas dinâmicas identificadas e das suas recorrências ao longo do tempo, foi possível traçar alguns dos caminhos que a cidade poderá seguir nos próximos anos.

Vale ressaltar que a metodologia de Conzen (1960) e os conceitos de Panerai (2006), muito citados ao longo do estudo, são mais fáceis de serem aplicados ao contexto das cidades europeias. Em municípios brasileiros, os elementos morfológicos descritos por estes autores podem não estar tão explícitos e facilmente identificáveis, ou podem simplesmente não existir, por se tratar de histórias urbanas diferentes. Apesar disso, dentro das possibilidades deste trabalho, foi possível identificar na cidade de Piancó-PB alguns desses elementos, principalmente a cintura periférica descrita por Conzen (1960), e a atuação da rede de ruas na construção da cidade, bem como o seu papel como eixo de crescimento, a partir da definição de Panerai (2006).

O andamento do estudo foi, em muito, limitado e dificultado pela disponibilidade de dados e pesquisas acerca da cidade de Piancó, sendo este um dos fatores que justificou a escolha deste tema e direcionou os caminhos posteriores à sua definição.

Atribui-se a esse fator o caráter panorâmico e inicial deste trabalho, que não permitiu o aprofundamento nas temáticas abordadas ao longo das suas páginas, mas que abre inúmeras possibilidades posteriores.

Espera-se que a presente pesquisa possa ter contribuído, de alguma forma, para o preenchimento da lacuna acadêmica referente aos pequenos núcleos urbanos brasileiros. E que ela possa servir de base para trabalhos futuros, sejam eles a respeito da cidade de Piancó, ou de uma das demais pequenas cidades do Semiárido brasileiro, aprofundando a abordagem utilizada neste estudo, ou ainda explorando outros tipos de aportes referentes à morfologia urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A UNIÃO. **Jornal A União**. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

A REDE URBANA. **Novas Divisões Regionais do Brasil: Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Disponível em: <<https://aredeurbana.wordpress.com/2017/10/02/novas-divisoes-regionais-do-brasil-regioes-geograficas-imediatas-e-regioes-geograficas-intermediarias/>>. Acesso em: 14 de ago. de 2022.

ABREU, M. A. Sobre a Memória das Cidades. **TERRITÓRIO**. Ano III, n. 4, p. 5-26, janeiro/junho de 1998, p. 5-26.

AESA. **COMITÊ PINCÓ-PIRANHAS-AÇU REUNE REPRESENTANTES PARA DEBATER GESTÃO DAS ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/2022/04/11/comite-pinco-piranhas-acu-reune-representantes-para-debater-gestao-das-aguas-do-sao-francisco/>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

AMORIM, L. M; SILVA, M. S. S; ARAÚJO, M. L. R. **Estudando a História da Paraíba: Uma coletânea de textos didáticos**. 5. Ed. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2021.

ANA. **Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu**. Brasília: ANA, 2016.

ANDRADE, R. C. G. **A Cidade de Coremas-PB: Geografia Histórica de uma Cidade Pequena**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

ANJOS, G. C. B. **Dinâmica espacial urbana: um estudo do crescimento urbano da cidade de Monteiro-PB entre os anos de 1991 e 2015**. Orientador: Prof. Dr. Mauro Normando Macêdo Barros Filho. Coorientador: Profª. Drª. Iana Alexandra Alver Rufino. 2016. 88 f. TCC (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

ARAGÃO, S. A cidade brasileira e a casa no século XIX. In: **Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX**, p. 37-38. São Paulo: Blucher, 2017.

ARAÚJO, E. B. *et al.* Modernismo em Cuiabá: Sede do Departamento de Correios e Telégrafos. In: **13º Seminário Docomomo Brasil**, 2019, Salvador. Inventário e Documentação, 2019.

ARRAES, D. E. A. **Curral de reses, curral de almas: urbanização no sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação e Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ASA BRASIL. **Semiárido-É no Semiárido que a vida pulsa!** Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/semiariado>> Acesso em: 18 jul. 2022.

BANDEIRA, L. A. M. **O feudo-A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BARBOSA, F. L. Contribuições da abordagem Histórico Geográfica ao entendimento das formas urbanas de Natal. In: **ENANPUR**, Natal, 2019. Anais XVIII ENANPUR, 2019.

BARTHEL, S. G. A. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CORETOS. **ARCHITECTON - Revista de Arquitetura e Urbanismo**, [S. l.], v. 6, n. 10, 2022. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/arquitetura/article/view/2337>. Acesso em: 5 ago. 2022.

BDGEX. **Banco de Dados Geográficos do Exército**. Disponível em: <https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp>. Acesso em: 26 de jul. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 1.546-A, de 9 de abril de 1937. Autoriza a execução de obras de emergência nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. **Diário Oficial Estados Unidos do Brasil**: seção 1, Rio de Janeiro, ano LXXVI, n. 85, p. 3-4, 15 abr. 1937.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.964, de 17 de novembro de 1942. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 para despesas de obras contra as secas. **Diário Oficial Estados Unidos do Brasil**: seção 1, Rio de Janeiro, ano LXXXI, n. 268, p. 1, 19 nov. 1942.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Conselho Deliberativo. Resolução nº 107, de 27 de julho de 2017. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 176, p. 48, 13 de setembro de 2017a.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Conselho Deliberativo. Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017. Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação aprovada pela Resolução CONDEL nº 107, e 27 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 232, p. 32, 5 de dezembro de 2017b.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.569, de 29 de outubro de 2008. Habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 do Município de Piancó – PB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 211, p. 88, 30 de outubro de 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.820, de 17 de novembro de 2009. Habilita a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, no Município de Piancó (PB). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 34. 18 de novembro de 2009.

BRASILINO FILHO, C. **Piancó, 250 Anos de História**. João Pessoa: Impreel Gráfica e Editora, 2003.

CARMO, C. L.; RAIÁ JÚNIOR, A. A.; NOGUEIRA, A. D. Aplicações da Sintaxe Espacial no planejamento da mobilidade urbana. **Ciência & Engenharia**. V. 22, n. 1, p. 29-38, jan.-jun. 2013.

CARVALHO, C. P. O. C. O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE NOS ANOS PÓS-SUDENE (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], v. 39, n. 134, 2018. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/987>. Acesso em: 8 de ago. de 2022.

CASARIN, H. C. S.; CASARIN, S. S. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012.

CLIMATEMPO. **Piancó-PB**. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/vento/cidade/5264/pianco-pb>. Acesso em: 04 ago. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Divulgada a lista de Município selecionados pelo Minha Casa, Minha Vida**. 2012. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/divulgada-lista-de-munic%C3%ADpios-selecionados-pelo-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 2 ago. 2022.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Paraíba**. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/programa-de-fiscalizacao-em-entes-federativos/4-ciclo/relatorios/pb>>. Acesso em: 2 ago. 2022.

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland: Análise do plano de cidade**. Tradução de Vitor Oliveira. Porto: Urban Forms, 2022, 161 p.

CONZEN, M. R. G. **Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis**. Londres: Institute of British Geographers, 1960.

CONZEN, M. P. How cities internalize their former urban fringes: a cross-cultural comparison. **Urban Morphology**, 2009, p. 29-54.

CORREIA, T. B. O art déco na arquitetura brasileira. **Revista UFG**, Goiânia, v. 12, n. 8, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48295>. Acesso em: 4 ago. 2022.

COSTA, S. A. P.; SAFE, S. M. S.; CASTRO, C. M. Reflexões sobre a Escola Italiana de Morfologia Urbana. In: **II Coninter-Globalização e Interdisciplinaridade**, 2013, Belo Horizonte. II Coninter-Globalização e interdisciplinaridade. Belo Horizonte: IEDS, 2013.

DESTINO PARAÍBA. **Piancó tem história, monumentos, belezas naturais e gastronomia regional**. Disponível em: <<https://www.destinoparaiba.pb.gov.br/ondeir/pianco-tem-historia-monumentos-belezas-naturais-e-gastronomia-regional/>>. Acesso em: 8 mai. 2022.

FACEBOOK. **Museu Histórico de Piancó – Célula Mater do Vale**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/museuhistoricodepianco/posts/>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

FERNANDES, Edésio. Política urbana na Constituição Federal de 1988 e além: implementando a agenda da reforma urbana no Brasil. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 7, n. 42, nov. 2008. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/29598>>. Acesso em: 14 de ago. de 2022.

FREITAS, G. S.; JONER, H. A economia brasileira no início do século XXI: um olhar estendido até a crise de 2015. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 2, n. 40, p. 10-27, 2018.

G1 PARAÍBA. **Águas da transposição do Rio São Francisco chegam à Barragem Engenheiro Avidos, na Paraíba**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/01/25/aguas-da-transposicao-do-rio-sao-francisco-chegam-a-barragem-engenheiro-avidos-na-paraiba.ghtml>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

GALLICA. **Homem Lopo**. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002607s/f1.%20item.r=Atlas%20Br%C3%A9silCarte%20Br%C3%A9silPortulan%20Br%C3%A9sil%3E.%20Acesso%20em:%2016%20de%20out.%202021.#/>>. Acesso em: 4 jun. 2022.

GAUTHIER, P.; GILLILAND, J. Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form. **Urban Morphology**, 2006, p. 41-50.

GEOFTP. **Organização do território/ estrutura territorial/ semiárido brasileiro**. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/semiariado_brasileiro/Situacao_23nov2017/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1986.

GOOGLE MAPS. **Piancó**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Pianco%C3%B3,+PB,+58765-000/@-7.198468,-37.94122,14z/data=!3m1!4m5!3m4!1s0x7a5d384c96b8d3d:0x4bfda28b249cb36b!8m2!3d-7.1967964!4d-37.9259885>>. Acesso em: 6 jun. 2022.

GONÇALVES, I. B.; MENEGUETTI, K. S. Análise tipo-morfológica aplicada a cidade nova planejada: conceito e método adaptados. **Revista de Morfologia Urbana**, 2019, 12 p.

GOULARTI FILHO, A. Agências e linhas dos correios na integração do território catarinense no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 395-428, abr./jun. 2017.

INFO SÃO FRANCISCO. **Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Disponível em: <<https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br/bacia-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 3 set. 2021.

INPE. **Divisão de Geração de Imagem**. Disponível em: <<http://www.dgi.inpe.br/catalogo/>>. Acesso em: 3 de jul. de 2022.

INSTAGRAM. **Piancó em imagens**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/piancoemimagens/>>. Acesso em: 4 de jul. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XII Volume. Rio de Janeiro, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História Piancó-PB**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pianco/historico>>. Acesso em: 16 de out. 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Semiárido Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=sobre>>. Acesso em: 27 ago. de 2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse por setores**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>. Acesso em: 8 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JORGE, K. C. A modificação da vida urbana da cidade de São Paulo no século XIX a partir das ações sanitárias - A construção de cemitérios e a prática de sepultamentos. In: **XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinariedade, Territórios e Deslocamentos**, 2007, São Leopoldo – RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

JUSBRASIL. Diários Oficiais. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/>>. Acesso em: 29 de jul. de 2022.

LACERDA, Y. A. **Elzir Matos: O Construtor de Piancó**. Cajazeiras: Gráfica Real, 2004.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 4. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 590 p.

LAND VIEWER | EOS. **Land Viewer**. Disponível em: <<https://eos.com/landviewer/?lat=-22.91077&lng=-43.17826&z=17&preset=highResolutionTmsSensors>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

LIMA NETO, O. et al. Impacto da pandemia na economia brasileira. **Revista Gestão em Foco**, nº 14, p. 199-205, 2022. Disponível em: <<https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2022/03/IMPACTO-DA-PANDEMIA-NA-ECONOMIA-199-a-205.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

LIVING ATLAS. **Landsat Explorer**. Disponível em: <<https://livingatlas2.arcgis.com/landsatexplorer/>>. Acesso em: 3 jul. 2022.

LUCCHESI, F. As obras contra as secas e a interiorização da burocracia: a ação do DNOCS no sertão da Paraíba. **Revista Euroamericana de Antropologia**, Salamanca, nº 2, p. 51-59, jun. 2016.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

MANGUEIRA, N. M. I. **Contestação e crise na República Velha: a Coluna Prestes em Piancó-PB, um estudo bibliográfico**. Orientador: Prof^a. Dr^a. Silvana Vieira de Sousa. 2014. 53 f. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.

MAPBIOMAS BRASIL. **MAPBIOMAS**. Disponível em: <<https://mapbiomas.org/>>. Acesso em: 8 mai. 2022.

MATTOS, L.C. *et al.* A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 55, p. 556-580, dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/72576>>. Acesso em: 7 de ago. de 2022.

MELO, V. A. O automóvel, o automobilismo e a modernidade no Brasil (1891-1908). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 1, p. 187-203, 2008. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/199>>. Acesso em 4 ago. 2022.

MENEGUETTI, K. S. Faixas de hiato urbano em cidades novas planejadas: Maringá, Paraná. In: **X Colóquio QUAPÁ-SEL: produção e apropriação dos espaços livres e da forma urbana**, 2015, Brasília: Universidade de Brasília.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Semiárido brasileiro**. Disponível em: <<https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>>. Acesso em: 1 set. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/despesas-do-pac>>. Acesso em: 2 ago. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Projeto de Integração do Rio São Francisco**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco>>. Acesso em: 11 set. 2021.

MOUDON, A. V. Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field. **Urban Morphology**, 1997, p. 3-10.

NYS, E.; ENGLE, N.L.; MAGALHÃES, A.R. **Secas no Brasil: política e gestão proativas**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE; Banco Mundial, 2016. 292 p.
OCTÁVIO, J. **História da Paraíba: Lutas e resistência**. VI. Editora A União, 1994.

OLIVEIRA, E. N. C. A ECONOMIA DO ALGODÃO NO NORDESTE BRASILEIRO. In: **VI CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & VI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPHU/SERGIPE**, 2018, ARACAJU/SERGIPE. Anais eletrônicos, 2018.

OLIVEIRA, V. **Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso brasileiros**. 2018. *E-book* (112 p.) color. ISBN: 978 989 20 8164 9. Disponível em: vitoroliveira.fe.up.pt uf. Acesso em: 23 mai. 2022.

OPENSTREETMAP. **OpenStreetMap**. Disponível em: <<https://www.openstreetmap.org/#map=17/-7.19986/-37.92473&layers=H>>. Acesso em: 8 mai. 2022.

PALHANO, R. R. O Theatro Municipal de Piancó. **CONCEITOS**, 2011, p. 167-174.

PANERAI, P. **Análise Urbana**. 1 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PARAÍBA. **Começam inscrições do “Minha Casa, Minha Vida” para todos os municípios**. Disponível em: <<http://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-38921.html>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

PEREIRA, R. H. *et al.* **O uso da Sintaxe Espacial no desempenho do transporte urbano: limites e potencialidades**. Brasília: IPEA, 2011. Texto para Discussão 1630.

PEREIRA COSTA, S. A.; SAFE, S. M. S.; CASTRO, C. Reflexões sobre a Escola Italiana de Morfologia Urbana. In: **CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, 2013, Belo Horizonte. Globalização e Interdisciplinaridade, 2013.

PERES, O. M.; POLIDORI, M. C. Modelos Urbanos baseados em Autômatos Celulares: integrando ambiente natural e o crescimento urbano. In: **I Workshop de Computação Aplicada ao Meio Ambiente da Sociedade Brasileira de Computação**, 2009, Bento Gonçalves. Anais do XXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, 2009.

PIANCÓ. **Convênios**. Disponível em: http://pianco.pb.gov.br/lib/bolsa/conenios-federais.php?quick_filter=pac&quick_filter_operator=Contains#>. Acesso em: 2 ago. 2022a.

PIANCÓ. **Prefeitura de Piancó**. Disponível em: <<http://pianco.pb.gov.br/>>. Acesso em: 8 mai. 2022b.

Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2004-2013): síntese executiva com apreciação das deliberações do CBHSF aprovadas na III Reunião Plenária de 28 a 31 de julho de 2004. Brasília: Agência Nacional de Águas, Superintendência de Recursos Hídricos, 2005.

POLIDORI, M. C.; SARAIVA, M.; PERES, O. M.; SANTOS, A. P. A segunda onda: bordas da cidade, exclusão, concentração e irregularidade. In: **III ENANPARQ: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**, 2014, São Paulo. Anais do III ENANPARQ: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014.

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

- RAMOS, P. Questão agrária e modernização da agropecuária brasileira entre 1964 e 1984: fatores e atores da derrota da reforma agrária. In: **II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**, 2013, São Carlos, SP. Anais do II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, 2013.
- REZENDE, A. L. M. A higiene e a morte – o miasma e a onda do pútrido. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 1.1, p. 8-12, jul./dez., 1997.
- REZENDE, V. F. Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Niterói, v. 15, nº 2, p. 213-216, nov. 2013.
- ROLNIK, R.; KLINK, J. J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos**. CEBRAP, p. 89-109, 2011.
- ROMANINI, A.; ROSSETTO, A. M. Regiões Morfológicas: uma leitura bidimensional do plano da área central da cidade de Florianópolis/SC/Brasil. In: **X Seminário Internacional de Investigación em Urbanismo**, 2018, Barcelona. Anais X Seminário Internacional de Investigación em Urbanismo, 2018.
- ROSANELI, A. F. A Morfologia Urbana como abordagem metodológica para o estudo da forma e da paisagem de assentamentos urbanos. In: **6 Colóquio Quapá-SEL**, 2011, São Paulo. Anais do 6 Colóquio Quapá-SEL. São Paulo: Quapá, 2011. v.1. 15 p.
- ROSITO, L. H. As origens da iluminação pública no Brasil. **O Setor Elétrico**, ed. 37, p. 30-35, 2009.
- SANTOS, S. L. *et al.* REGIÃO SEMIÁRIDA E SUAS PARTICULARIDADES: CONVIVÊNCIA COM A SECA E ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DOS AFLUENTES. In: **III WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**, 2017, Campina Grande. III WIASB. Campina Grande: Realize, 2017, v.3, p.5.
- SAMPAIO, D. P. Economia brasileira no início do século xxi: desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017). **SEMESTRE ECONÔMICO**, v. 22, p. 107-128, 2019.
- SILVA, A. C. A. B. **As águas do rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017.
- SILVA, J. M. P. As unidades de paisagem como método de análise da forma urbana: reflexões sobre sua incorporação pelo campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 20, p. 71-93, 2013.
- SILVA, L. M. T. Características da urbanização na Paraíba. **Revista Cadernos do Logepa**, v. 4, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/logepa/article/view/11009>>. Acesso em: 7 de ago. de 2022.
- SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- SOARES, M. S. M. **Formação da rede urbana do sertão de Piranhas e Piancó da capitania da Paraíba setecentista**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.
- SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiá: Paco Editorial, 2013, 148 p.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. Edição ilustrada. São Paulo: Livraria Pioneira e Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

TARGINO, I.; CARVALHO, R. G.; FARIAS, W.S. Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, Edição Especial, p. 19-27, 2019.

TOPOGRAPHIC-MAP. **Piancó**. Disponível em: <<https://pt-br.topographic-map.com/maps/gwin/Pianc%C3%B3/>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. **Novo Fórum Judicial da comarca de Piancó será inaugurado no próximo dia 12 de abril**. 2013. Disponível em: <<https://www.tjpb.jus.br/noticia/novo-forum-judicial-da-comarca-de-pianco-sera-inaugurado-no-proximo-dia-12-de-abril>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

VILLELA, J. L. M. O advento do Estado Novo, a morte de Lampião e o fim do cangaço. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 9, p. 81-94, 1997.

WHITEHAND, J.W.R. The structure of urban landscapes: strengthening research and practice. **Urban Morphology**, p. 5-27, 2009.

JORNAIS

A União, Anno XXXV, número 48, página 2, Parahyba, de 3 de março de 1926.

A União, Anno XLIV, número 170, 2ª Secção, Parahyba, de 2 de agosto de 1936.

APÊNDICE A | QUADRO DE METADADOS

FONTE	DADO	ANO	FORMATO DO ARQUIVO	ESCALA	TRIAGEM
OpenStreetMap	Mapa padrão da cidade	2022	PNG JPEG SVG PDF	Variável	Utilizado como base para identificação do sistema viário atual
	Mapa ciclístico com curvas de nível	2022	Disponível apenas para consulta	Gráfica	Não utilizado, pois não está disponível para download
	Mapa de transporte público	2022	Disponível apenas para consulta	Gráfica	Não utilizado, pois não está disponível para download
	Mapa humanitário	2022	Disponível apenas para consulta	Gráfica	Não utilizado, pois não está disponível para download
Topographic-Map	Mapa topográfico de Piencó/PB	Sem informação	JPEG	Gráfica	Utilizado como base para observações acerca do relevo e identificação da localização do Serrote do Cruzeiro
MapBiomias Brasil	Mapas de uso e cobertura do solo	1985-2020	GeoTIFF	Gráfica	As áreas consideradas como não vegetadas no mapa não necessariamente correspondem às áreas ocupadas
BDGEx	Carta Topográfica Matricial	1965	XML TIFF	1/100.000 e escala gráfica	Utilização para identificação da mancha urbana de 1965
Land Viewer	Imagem do satélite Landsat 5 TM	1984	JPEG KMZ GeoTIFF	Sem escala	Utilização para identificação da mancha urbana de 1984
	Imagens dos satélites Sentinel-2, Landsat 5 TM, Landsat 7, Landsat 8 e CBERS-4	1985 - 2022	JPEG KMZ GeoTIFF	Sem escala	Baixa resolução espacial e, em alguns casos, alto percentual de cobertura de nuvens
Landsat Explorer	Imagens do satélite Landsat	2000, 2004, 2013 - 2022	TIFF	Gráfica	Baixa resolução espacial e, em alguns casos, alto percentual de cobertura de nuvens
SUDENE	Carta topográfica da Paraíba	1974	JPEG	Gráfica	Mesma mancha urbana do da carta topográfica de 1965 do BDGEX (2022)

Google Earth Pro	Imagem de satélite	1985	JPEG	Gráfica	Baixa resolução
	Imagem de satélite	2004	JPEG	Gráfica	Utilizada para identificação da mancha urbana de 2004
	Imagem de satélite	2006	JPEG	Gráfica	Intervalo curto em relação a 2004
	Imagens de satélite	2010	JPEG	Gráfica	Utilizada para identificação da mancha urbana de 2010
	Imagem de satélite	2011	JPEG	Gráfica	Intervalo curto em relação a 2010
	Imagem de satélite	2012	JPEG	Gráfica	Intervalo curto em relação a 2010
	Imagens de satélite	2013	JPEG	Gráfica	Parte da cidade apresenta uma imagem de 2012 e outra parte de 2013
	Imagem de satélite	2014	JPEG	Gráfica	Utilização para identificação da mancha urbana de 2014
	Imagem de satélite	2016	JPEG	Gráfica	Intervalo curto em relação a 2014
	Imagens de satélite	2017	JPEG	Gráfica	Parte da cidade apresenta uma imagem de 2016 e outra parte de 2017
	Imagem de satélite	2018	JPEG	Gráfica	Utilizada para identificação da mancha urbana de 2018
	Imagens de satélite	2022	JPEG	Gráfica	Parte da cidade apresenta uma imagem de 2017 e outra parte de 2018
	INPE	Imagem do satélite CBERS-4A (WPM)	2020	TIFF	Sem escala
Imagem do satélite CBERS-4A (WPM)		2021	TIFF	Sem escala	Utilizado para delimitação da mancha urbana de 2021
Imagem do satélite CBERS-4A (WPM)		2022	TIFF	Sem escala	Alta cobertura de nuvens sobre a cidade
IBGE	Mapa de setores censitários	2010	PDF	Variada	Utilizado como suporte para a delimitação da mancha urbana de 2010
	Mapa de setores censitários	2020	KML	Sem escala	Intervalo curto em relação a 2021
	Mapa de base de faces de logradouros	2010	SHP	Sem escala	Utilizado como suporte para a delimitação da mancha urbana de 2010
	Mapa de áreas urbanas do Brasil	2015	SHP	Sem escala	Mancha urbana imprecisa
	Mapa de base de faces de logradouros	2020	SHP	Sem escala	Intervalo curto em relação a 2021
Secretaria de Infraestrutura de Piancó	Fotos dos mapas topográficos planialtimétricos	2001 e 2002	JPEG	1/1.000	Utilizado apenas para consulta